



RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE
2025

Alupar

Índice

3	Apresentação	39	Capital humano
		43	Diversidade
4	Mensagem do Presidente	44	Segurança e saúde
6	Destaques de 2025	47	Comunidades
9	Desempenho financeiro	51	Gestão de impactos sociais
11	Gestão de ativos	54	Mudanças climáticas
19	Novos negócios	61	Inovação
22	Operação e manutenção	63	Meio ambiente
24	Gestão de reservatórios	64	Água, resíduos e efluentes
26	Gestão da sustentabilidade	66	Biodiversidade
28	Governança ESG	69	Anexos
29	Matriz de Materialidade	70	Complemento aos conteúdos técnicos
31	Governança corporativa	92	Sumário de conteúdo da GRI
35	Ética e <i>compliance</i>	100	Sumário de conteúdo do SASB
37	Fornecedores	102	Declaração de Asseguração



STC (Santa Catarina)

Apresentação

A Alupar está no maior ciclo de crescimento da sua história. Entre 2025 e 2029, a Companhia investirá cerca de R\$ 9,1 bilhões no setor de energia elétrica e construirá projetos estratégicos para esse setor no Brasil, no Peru, no Chile e na Colômbia.

A sustentabilidade é um pilar para o êxito desses empreendimentos. A gestão responsável e eficiente dos impactos socioambientais em todas as fases dos projetos, com boas práticas de governança corporativa, impulsiona a capacidade de gerar valor financeiro e benefícios diretos para a sociedade em cada um dos países onde a Alupar está presente.

O Relatório de Sustentabilidade faz parte do compromisso da Companhia com um modelo de negócio sustentável. O documento, publicado anualmente desde 2020, tem o objetivo de informar a todos os públicos interessados os programas e sistemas para gerenciar riscos e oportunidades nas esferas econômica, ambiental e social, de forma integrada ao planejamento estratégico.

As informações e os dados apresentados nesta edição abrangem todas as controladas da Alupar Investimentos S.A. no Brasil e no exterior, considerando o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025. Esse é o mesmo escopo utilizado pela Companhia para a consolidação das demonstrações financeiras, permitindo uma análise integrada sobre o desempenho

anual. A TNE, contabilizada por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, não integra o escopo de conteúdo técnico do Relatório.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o conteúdo foi elaborado de acordo com as normas GRI, da Global Reporting Initiative, e com o padrão do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para a indústria do setor elétrico. O Relatório foi submetido a verificação externa e independente de terceira parte, que avaliou o atendimento aos requisitos das normas de relato.

A organização e a estrutura de capítulos apresentada reflete os temas mais relevantes para a gestão de sustentabilidade da Alupar, identificados a partir de um estudo para a construção da Matriz de Dupla Materialidade (saiba mais na página 29). Essa metodologia permite mapear e integrar, sob a ótica da gestão de sustentabilidade, tanto os riscos e oportunidades que podem impactar a capacidade de geração de valor financeiro quanto os impactos das atividades e operações sobre as pessoas e o meio ambiente.

O Relatório foi preparado e consolidado a partir do trabalho de coleta e análise de dados das áreas administrativas e operacionais da Alupar. Antes da publicação, o conteúdo foi revisado e aprovado pelas lideranças executivas e pelo Conselho de Administração.

Uma boa leitura a todos!

Mensagem do Presidente

A Alupar se consolidou, em 2025, como a única empresa privada e 100% brasileira do setor de energia a expandir suas fronteiras de atuação para a América Latina. Com o *know-how* para construir e operar projetos *greenfield* em seu DNA, a Companhia acelerou o desenvolvimento dos seus projetos estratégicos na Colômbia, no Chile e no Peru, além dos empreendimentos em andamento no Brasil.

Com investimentos próximos a R\$ 9 bilhões, o portfólio de novos negócios representa o maior ciclo de crescimento da história da Alupar. Até 2029, serão finalizados 11 projetos que fortalecerão os sistemas de transmissão dos quatro países e contribuirão para ampliar o acesso da população à energia.

No atual contexto global de transição energética, os projetos de transmissão são vitais para garantir a conexão dos parques de geração renovável aos grandes centros consumidores. Assim, a capacidade de execução e a eficiência em cumprir as entregas dentro dos prazos e orçamentos planejados são diferenciais da Alupar para impulsionar o desenvolvimento com sustentabilidade e beneficiar todos os *stakeholders* da Companhia.

Os três projetos energizados em 2025 comprovam a maturidade da Companhia na implementação de seu portfólio. No último ano, foram concluídas três linhas de transmissão

com grandes desafios logísticos e de engenharia: TNE (Manaus-Boa Vista), ELTE (litoral de São Paulo) e TCE (Colômbia). Esses projetos evidenciam a qualidade da gestão dos impactos ambientais, o respeito com as comunidades locais e tradicionais e a capacidade de inovar, com a implementação das melhores soluções construtivas alinhando as óticas financeira e de sustentabilidade.

A TNE conecta Roraima ao Sistema Interligado Nacional, permitindo a redução do consumo de combustíveis fósseis para geração de energia elétrica naquele estado. A ELTE, construída em meio a uma das regiões mais preservadas de Mata Atlântica do Brasil, reforça a disponibilidade de carga no litoral de São Paulo, uma das áreas com maior densidade populacional do país. A TCE aumenta a confiabilidade do setor elétrico na Região Metropolitana de Bogotá.

Apoiada em sua estratégia de geração de valor no longo prazo, combinada à alocação eficiente de recursos e gestão de excelência dos ativos, a Alupar ampliou seu portfólio de ativos em 2025. A Companhia arrematou um novo projeto *greenfield* no Peru e concluiu a aquisição da TBO, transmissora que opera no estado da Bahia.



Paulo Roberto de Godoy Pereira
CEO da Alupar



PCH Queluz (São Paulo)

O ano de 2025 foi marcado pelo crescimento, com a ampliação de nossa equipe no exterior e resultados financeiros positivos

Adicionalmente, os ativos de geração continuam sendo operados no mais alto nível de excelência e segurança. As usinas hidrelétricas, complexos eólicos e o parque fotovoltaico produzem energia limpa e renovável para atender clientes e consumidores nos mercados livre e regulado.

Com essa configuração de negócios, a gestão ESG tem se tornado, cada vez mais, um pilar de sustentação para a estratégia da Alupar. Para garantir o alcance dos objetivos estratégicos, o gerenciamento dos aspectos sociais, ambientais e de governança está integrado aos processos operacionais, permitindo uma atuação que assegura tanto retorno financeiro para os acionistas quanto benefícios tangíveis para os demais públicos.

Com o objetivo de potencializar esses impactos positivos, a Companhia estruturou sua Estratégia de Investimento Social Privado, que organiza o direcionamento de recursos e o desenvolvimento de projetos em prol das comunidades. Assim, as unidades de negócio poderão implementar ações e iniciativas ainda mais conectadas ao propósito de posicionar a Alupar como um agente de transformação positiva nos territórios, fortalecendo as potencialidades locais e contribuindo para a construção de um legado duradouro de desenvolvimento sustentável.

Outro pilar estratégico da Alupar é a valorização das pessoas que atuam nas áreas administrativas e operacionais. Em 2025, 45,7% das contratações para novas vagas nos países da América Latina foram concluídas, consolidando uma cultura de companhia com atuação internacional. Além disso, por meio do programa Novos Talentos, uma nova geração

de profissionais está sendo formada para atuar no setor elétrico do Brasil e do exterior.

Com programas de capacitação, ferramentas para atrair e impulsionar a carreira dos melhores talentos e oportunidades para o crescimento profissional, a Companhia tem se destacado com resultados positivos e consistentes ao longo dos últimos anos.

Em 2025, a receita líquida apresentou um crescimento de 8,2% na comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 3,5 bilhões. O EBITDA aumentou 7,4%, chegando a R\$ 2,8 bilhões, enquanto o lucro líquido consolidado saltou 19,3%, atingindo o montante de R\$ 1,3 bilhão. Além disso, a Companhia manteve classificações positivas nos *ratings* atribuídos pela agência de classificação de risco Fitch Ratings e segue demonstrando robustez para dar continuidade aos investimentos do novo ciclo de crescimento e internacionalização.

A partir de 2026, a Alupar avançará na implementação dos projetos conquistados. Com uma equipe engajada na preservação dos valores corporativos, compromisso com a sustentabilidade e disciplina financeira, a Companhia está pronta para superar os desafios e seguir sendo um dos atores mais relevantes e estratégicos no setor de energia do Brasil e da América Latina.

Paulo Roberto de Godoy Pereira
CEO da Alupar

Destaques de 2025

Em 2025, entregamos três projetos de transmissão de energia elétrica estratégicos para o atendimento da população. As linhas de transmissão e subestações da ELTE, TNE e TCE foram concluídas e entraram em operação comercial. Além disso, avançamos com a modernização da TECP, estratégia para a cidade de São Paulo.

ELTE | Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.

A ELTE é uma transmissora de energia que abastece os municípios da Baixada Santista, no litoral do estado de São Paulo. Em agosto de 2025, concluímos a energização do Trecho Norte, abrangendo a construção da subestação Domênico Rangoni (na cidade do Guarujá) e de 40 quilômetros de linhas de transmissão.

Localizada em uma região de difícil acesso, em meio à Mata Atlântica, a construção da ELTE foi um dos projetos de engenharia mais desafiadores que já executamos. As obras, iniciadas em 2022, demandaram um elevado planejamento técnico e logístico para a realização de obras civis e instalação de equipamentos em áreas naturalmente alagadas e com menor impacto ambiental.

Entre as soluções adotadas estiveram o lançamento de cabos com drones, a construção de torres autoportantes (com menor supressão vegetal) e o uso de helicópteros para transporte de materiais e pessoas.

A ELTE também é formada pelo Trecho Sul, onde está localizada a subestação Manoel da Nóbrega. Essa parte do empreendimento já havia iniciado a operação comercial em 2024.



TNE | Transnorte Energia S.A.

Concluída em setembro de 2025, a TNE é um ativo estratégico para a integração de Roraima, o último estado brasileiro que não estava conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Com a conclusão do projeto, a população local passa a ser abastecida com a energia elétrica produzida pelos parques geradores nacionais, contando com fontes mais limpas e renováveis – como hidráulica, eólica e solar.

Com 724 quilômetros de extensão, a Linha de Transmissão de 500 kV Manaus-Boa Vista conta com 1.390 torres e três subestações (SE Lechuga, SE Equador e SE Boa Vista).

Parte do traçado está localizada dentro da Terra Indígena Waimiri Atroari, o que demandou a elaboração de um plano de trabalho específico e treinamento das equipes para garantir o respeito às tradições e à relação da etnia com o meio ambiente.



TCE | Transmissora Colombiana de Energía

A entrada em operação da TCE marca uma nova fase no ciclo de expansão internacional da nossa Companhia. A transmissora iniciou suas atividades em outubro de 2025, contando com uma linha de transmissão de 237 quilômetros de extensão e duas subestações (SE Nueva Esperanza e SE La Virginia).

O projeto é essencial para aumentar a confiabilidade do sistema elétrico colombiano, atendendo a Região Metropolitana de Bogotá, que possui cerca de 8 milhões de habitantes.

Um dos destaques do projeto foi o intenso trabalho de resgate arqueológico realizado na região de Nueva Esperanza, que possibilitou a recuperação de aproximadamente 16 toneladas de peças de cerâmica e outros tipos de artefato com alto valor para a história e a cultura local. Os materiais estão expostos no Museo Arqueológico Nueva Esperanza (MANE), construído pela TCE e doado para gestão da universidade Uniminuto.

TECP | Transmissora de Energia Central Paulistana

A TECP é responsável pela operação e manutenção da Subestação Centro, localizada em uma das regiões com maior densidade populacional na cidade de São Paulo (a maior da América Latina). O projeto consiste na substituição de equipamentos antigos por outros modernos e com maior capacidade de carga.

Em 2025, concluímos a primeira das quatro fases de modernização da TECP, com a troca de equipamentos fabricados na década de 1970. Um dos principais benefícios dessas intervenções é a redução das emissões fugitivas do gás SF₆ (hexafluoreto de enxofre), utilizado como isolante elétrico e que tem o maior potencial de aquecimento global. Para isso, utilizamos tecnologias que detectam vazamentos por meio da diferença de pressão dos equipamentos.



Escritório corporativo (Peru)

Internacionalização

No Peru, arrematamos o Grupo 3 do leilão de transmissão realizado em setembro de 2025. Com prazo de concessão de 30 anos a partir da entrada em operação, o projeto *greenfield* prevê investimentos da ordem de US\$ 220 milhões em quatro frentes de engenharia. Ao todo, construiremos cinco novas subestações e 247 quilômetros de linhas de transmissão, além de ampliações em subestações existentes.

Reconhecimentos



Fomos reconhecidos, pelo 6º ano consecutivo, como um dos **Lugares Mais Incríveis para Trabalhar**, no ranking FIA Business School



Nossa Companhia ficou em 1º lugar na edição 2025 do **Troféu Transparência - Prêmio Anefac**, na categoria até R\$ 5 bilhões, que reconhece as empresas com as melhores práticas na divulgação de demonstrações financeiras e informações contábeis



Nosso inventário de gases de efeito estufa (GEE) foi classificado pela 3ª vez com o **Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol**

Crescimento

Em julho de 2025, concluímos a aquisição da Transmissora Barreiras Oeste (TBO), localizada no estado da Bahia. A transmissora opera a Linha de Transmissão de 230 kV Rio das Águas – Rio Grande II e Barreiras II – Barreiras. A transação, no valor total de R\$ 175 milhões, foi a primeira do tipo M&A realizada pela nossa Companhia. O negócio agrega valor à estratégia de crescimento e diversificação de portfólio da nossa Companhia, com uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 21,7 milhões no ciclo 2025/2026.

Desempenho financeiro

Nossa Companhia, em 2025, novamente entregou resultados financeiros positivos aos acionistas e investidores – alicerçada na estratégia que combina disciplina financeira, alocação eficiente de recursos em projetos *greenfield* com geração de valor consistente no longo prazo, governança e gestão de processos e pessoas com qualidade.

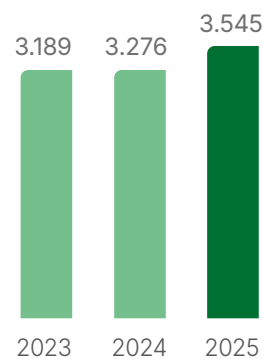
No encerramento do período, a receita líquida totalizou R\$ 3,5 bilhões, com um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior. Um conjunto de fatores contribuiu para essa evolução. Concluímos as obras e energizamos a ELTE, em São Paulo, e a TCE, nossa primeira transmissora no exterior. Ainda no segmento de transmissão, tivemos reajustes da RAP em nossos ativos e adquirimos a TBO (primeira operação de M&A da Companhia). Na geração, o aumento foi impulsionado por maiores preços no mercado brasileiro, pelo maior faturamento da UHE La Virgen, no Peru, e pela assertividade de nossa estratégia de sazonalização.

Dentro desse cenário, o EBITDA apresentou um aumento de 7,4%, atingindo R\$ 2,8 bilhões, com uma margem EBITDA de 79,5%. O lucro líquido consolidado de 2025 foi de R\$ 1,3 bilhão, representando um crescimento de 19,3% na comparação anual.



TME (Mato Grosso)

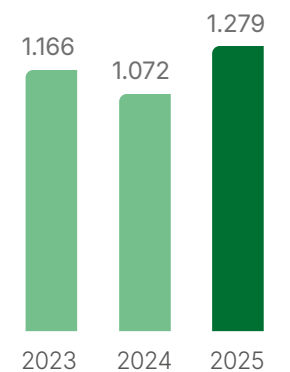
Receita líquida (R\$ milhões)



EBITDA (R\$ milhões)



Lucro líquido (R\$ milhões)





Transleste (Minas Gerais)

A dívida líquida consolidada da Companhia no fechamento do ano era de R\$ 9,3 bilhões, um aumento de 2,4%. Apesar desse aumento, a relação entre dívida líquida e EBITDA caiu de 3,5x (em 2024) para 3,3x (em 2025). Mais de 88,5% do endividamento tem perfil de vencimento no longo prazo.

A baixa alavancagem, aliada ao portfólio de projetos, à alta previsibilidade de receitas e à geração de caixa operacional, possibilitou a manutenção da avaliação positiva da Companhia nos principais ratings de agências de classificação de risco. A Fitch Ratings reafirmou o *rating* em escala nacional “AAA (bra)” e o *rating* em escala internacional para moeda estrangeira “BB+”, ambos com perspectiva estável.

O valor econômico direto gerado por nossos negócios totalizou R\$ 5,1 bilhões, dos quais R\$ 4,1 bilhões foram distribuídos e R\$ 0,9 bilhão foi retido. Na distribuição do valor econômico, a parcela mais significativa refere-se ao pagamento a provedores de capital (42,4% do total distribuído).

Demonstração do Valor Adicionado - principais linhas (R\$ mil)	2025	2024	2023
Valor econômico direto gerado – receitas	5.058.730	4.616.081	4.400.596
Valor econômico direto retido	922.750	798.377	818.674
Valor econômico distribuído			
Custos operacionais	1.543.570	1.309.329	1.283.535
Salários e benefícios de empregados	227.775	207.099	218.897
Pagamentos a provedores de capital	1.747.307	1.764.895	1.584.479
Pagamentos ao governo	609.991	529.841	489.438
Investimentos na comunidade	7.337	6.540	5.573
Valor econômico distribuído total	4.135.980	3.817.704	3.581.922

Os dados desta seção consideram o desempenho consolidado regulatório da Alupar, preparado de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Para informações sobre as demonstrações financeiras individuais, resultados consolidados conforme normas contábeis IFRS, relatório do auditor independente e análises dos segmentos de transmissão e geração, [clique aqui](#) e acesse o site de Relações com Investidores.



GESTÃO DE ATIVOS



UHE São José (Rio Grande do Sul)

Nossa Companhia é uma *holding* 100% brasileira e independente, especializada no desenvolvimento de projetos *greenfield* para geração e transmissão de energia. Com 20 anos de experiência no setor elétrico, possuímos um portfólio diversificado de ativos em operação e em construção no Brasil, no Chile, na Colômbia e no Peru.

No segmento de transmissão, contamos com 8.399 quilômetros de linhas de transmissão e 23 subestações próprias energizadas. Na frente de geração, temos uma capacidade instalada de 798,5 MW de fontes renováveis (hidráulica, eólica e solar). Também contamos com uma comercializadora de energia, a Alup, que oferece soluções completas e integradas para clientes no mercado livre de energia brasileiro.

Além dos ativos em operação, possuímos um *pipeline* para o desenvolvimento de 11 novos projetos (3 no Brasil e 8 na América Latina), no maior ciclo de investimentos da história da nossa Companhia. Até 2029, temos uma previsão de investir R\$ 9,1 bilhões para a construção de novos ativos de transmissão em todos os países nos quais estamos presentes.

*Desde a fundação,
nossa Companhia
participou de
100% dos leilões
de transmissão de
energia realizados
no Brasil*

Geração

- 4 usinas hidrelétricas (UHEs)
- 5 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)
- 7 parques eólicos
- 1 parque fotovoltaico
- 798,5 MW de capacidade instalada

Transmissão

- 10,1 mil km de linhas de transmissão
 - 8,4 mil km em operação
 - 1,7 mil km em construção
- 44 subestações próprias
 - 23 em operação
 - 21 em construção
- 19,5 mil MVA (megavolt-ampère) de capacidade de transformação
- 60 ativos

alup Comercialização

+ de 200 unidades consumidoras

Atende indústrias, empresas de saneamento básico, de entretenimento e outros clientes do mercado livre de energia

22 MWmed (megawatt médio) comercializados

Nossos ativos de geração

Usina hidrelétrica (UHE)

- 1 UHE São José**
Capacidade instalada: 51 MW
Participação acionária: 100%
- 2 UHE Foz do Rio Claro**
Capacidade instalada: 68,4 MW
Participação acionária: 100%
- 3 UHE Ferreira Gomes**
Capacidade instalada: 252 MW
Participação acionária: 100%
- 4 UHE La Virgen**
Capacidade instalada: 93,8 MW
Participação acionária: 91,67%

Pequena central hidrelétrica (PCH)

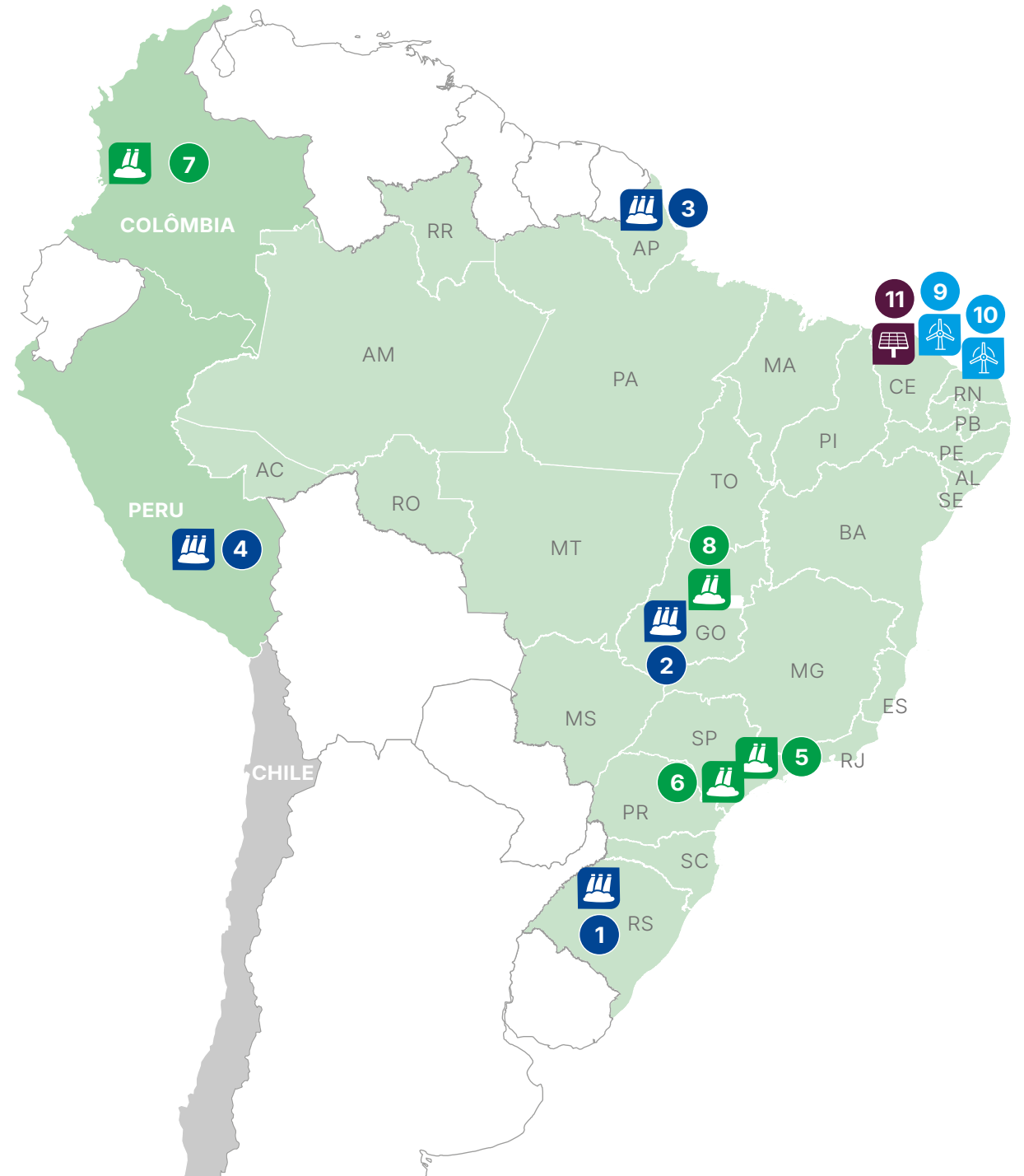
- 5 PCH Queluz**
Capacidade instalada: 30 MW
Participação acionária: 68,83%
- 6 PCH Lavrinhas**
Capacidade instalada: 30 MW
Participação acionária: 61%
- 7 PCH Morro Azul**
Capacidade instalada: 19,9 MW
Participação acionária: 99,97%
- 8 PCH Verde 8**
Capacidade instalada: 30 MW
Participação acionária: 85%

Complexos eólicos

- 9 Energia dos Ventos**
Capacidade instalada: 98,7 MW
Participação acionária: 100%
- 10 Agreste Potiguar**
Capacidade instalada: 63 MW
Participação acionária: 100%

Usina fotovoltaica (UFV)

- 11 Pitombeira**
Capacidade instalada: 61,7 MWp
Participação acionária: 100%

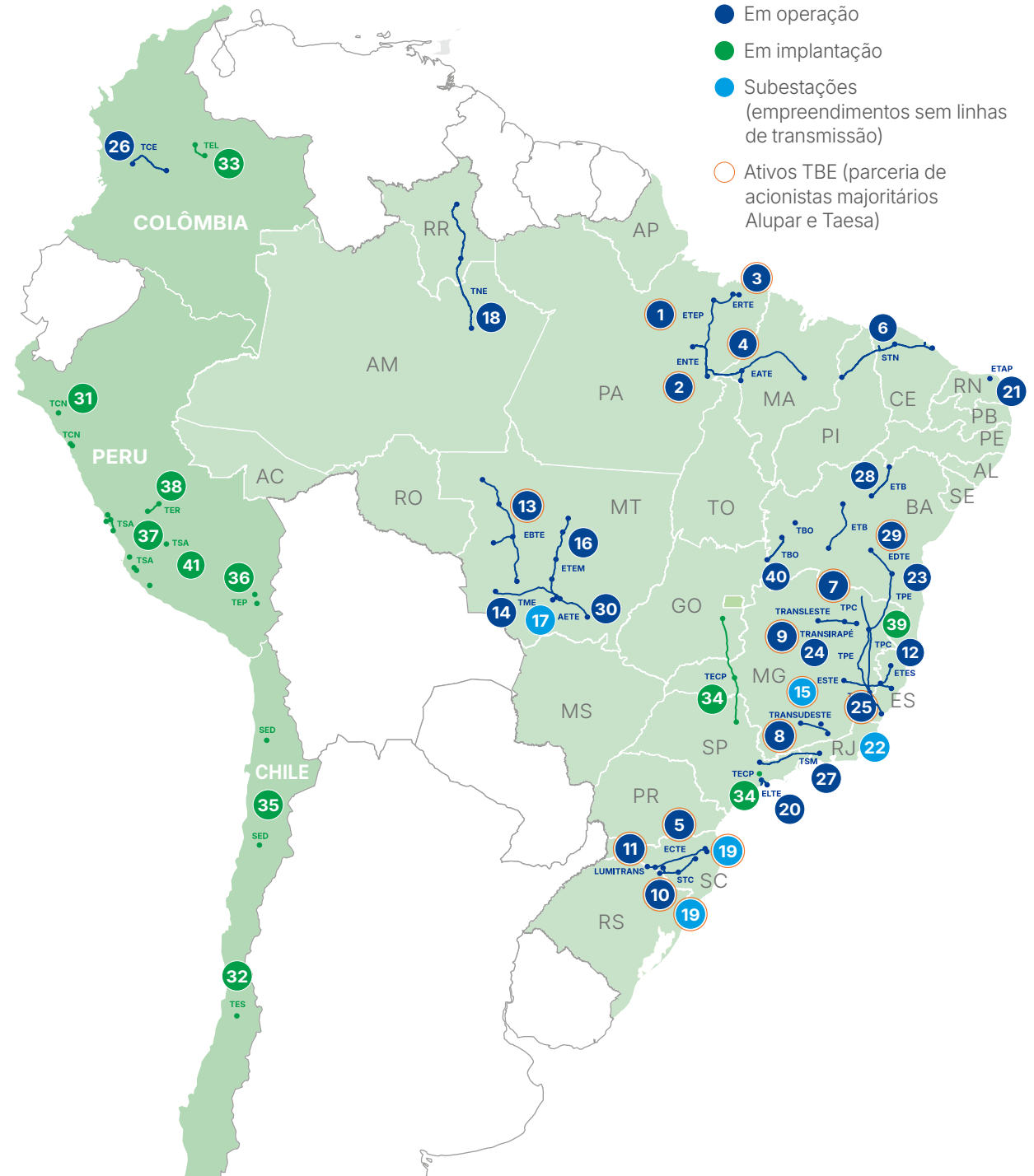


Nossos ativos de transmissão

Ativo	Extensão (km)	Participação acionária
1 ETEP	328,5	50,02%
2 ENTE	459,3	50,01%
3 ERTE	154,9	50,01%
4 EATE	931,1	50,02%
5 ECTE	252,4	50,02%
6 STN	635,0	51,00%
7 TRANSLESTE	138,5	33,71%
8 TRANSUDESTE	143,6	33,71%
9 TRANSIRAPÉ	61,0	33,71%
10 STC	230,0	60,01%
11 LUMITRANS	39,9	55,01%
12 ETES	107,0	100,00%
13 EBTE	949,5	25,51%
14 TME	348,0	60,00%
15 ESDE	0,0	50,02%
16 ETEM	235,0	62,79%
17 ETVG	0,0	100,00%
18 TNE	724,0	35,39%
19 ETSE	0,0	50,02%
20 ELTE	40,0	100,00%
21 ETAP	20,0	100,00%

Ativo	Extensão (km)	Participação acionária
22 ETC	0,0	100,00%
23 TPE	541,0	65,70%
24 TCC	288,0	65,70%
25 ESTE	239,9	50,02%
26 TCE	237,0	100,00%
27 TSM	330,0	65,70%
28 ETB	446,0	65,00%
29 EDTE	164,3	25,06%
30 AETE	193,0	32,06%
31 TCN	9,0	100,00%
32 TES	15,7	100,00%
33 TEL	100,0	100,00%
34 TECP ¹	551,0	99,95%
35 SED	0,0	100,00%
36 TEP	9,5	100,00%
37 TSA	176,5	100,00%
38 TER	77,0	100,00%
39 TPC	509,0	100,00%
40 TBO	162,0	100,00%
41 Palca	248,0	100,00%

1. Incorporou a TAP em 2025.



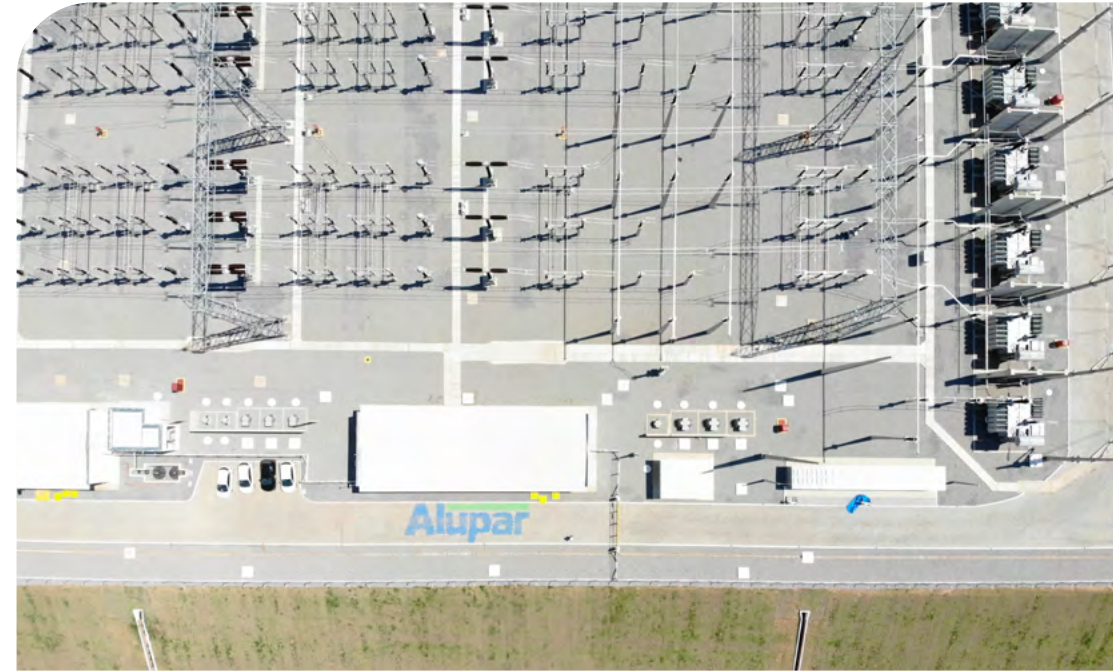
Transmissão

Os ativos de transmissão de energia que operamos passam por 15 estados diferentes do Brasil. Em 2025, iniciamos a operação comercial da TCE, uma linha de transmissão de 237 quilômetros na Colômbia, começando uma nova fase de expansão internacional dos nossos negócios. Realizamos ainda, pela primeira vez em nossa história, a aquisição de um ativo de transmissão em operação – a TBO (saiba mais na página 8).

A remuneração dos serviços de transmissão de energia ocorre por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida nos contratos de concessão firmados nos leilões e corrigida por indexadores de inflação (IGP-M ou IPCA, por exemplo). A diversificação do portfólio, incluindo a geração de receitas em moeda estrangeira proporcionada com a estratégia de internacionalização, fortalece a resiliência financeira da Companhia.

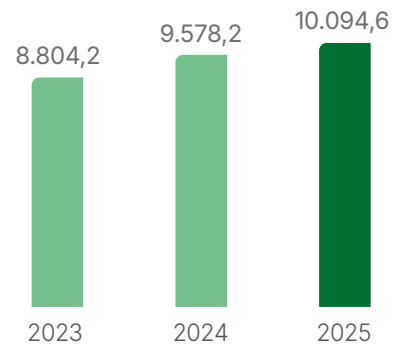
O recebimento da RAP pode ser diminuído no caso de falhas ou paradas operacionais que gerem interrupção na transmissão de energia. A Parcela Variável (PV) é o indicador que mede o percentual de desconto considerado conforme as paralisações e regras aplicáveis. Continuamente, trabalhamos para que a PV seja o mais baixa possível, buscando atingir a máxima disponibilidade dos ativos.

Parte da energia transportada nas redes de transmissão é naturalmente perdida, em razão das características dos equipamentos e da configuração das instalações do Sistema Interligado Nacional (SIN). Inerentes ao modelo de negócio de transmissão, essas perdas não são gerenciáveis pela nossa Companhia e representaram, em 2025, 2,67% do total de energia transmitida pelas controladas. Essa estimativa é calculada com base nos dados de perdas da rede básica divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

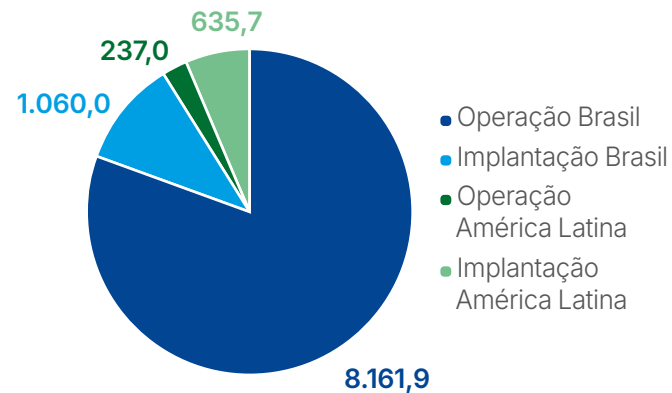


ETC (Espírito Santo)

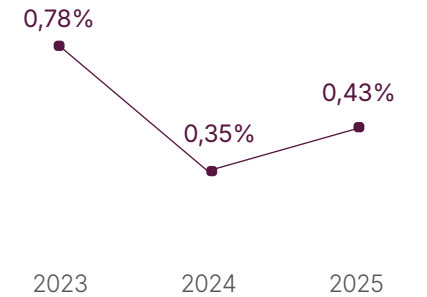
Comprimento das linhas de transmissão (km)



Linhas de transmissão por região e status em 2025 (km)



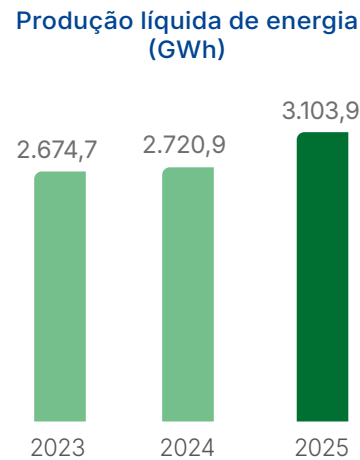
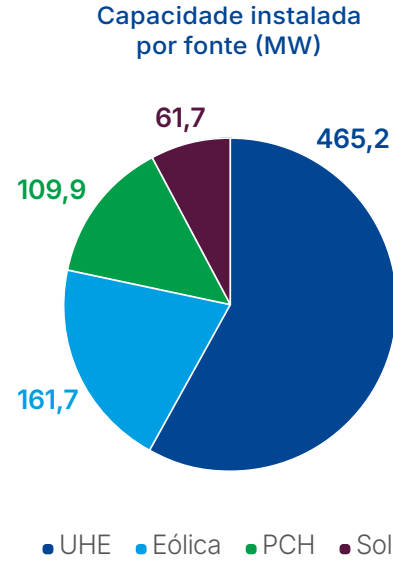
Parcela Variável (PV)



Geração

Nossos ativos de geração estão em operação no Brasil, no Peru e na Colômbia. Todos eles produzem energia elétrica a partir de fontes 100% renováveis, por meio de UHEs, PCHs, parques eólicos e um parque fotovoltaico.

Nossa capacidade instalada é de 798,5 MW e, em 2025, geramos um total de 3,1 mil GWh, um volume 14,1% maior que o do ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela maior geração nos complexos eólicos, cuja energia produzida aumentou 41,6% na comparação anual. Além disso, as UHEs Ferreira Gomes e La Virgen também ampliaram sua produção.



Produção de energia por ativo (GWh)	2025		2024	2023
	Bruta	Líquida	Líquida	Líquida
UHE São José	231,9	226,3	342,0	213,5
UHE Foz do Rio Claro	297,5	293,3	286,7	275,1
UHE Ferreira Gomes	1.128,7	1.095,5	906,6	1.005,0
UHE La Virgen	449,3	442,6	378,7	368,9
Consolidado hídrica UHE	2.107,4	2.057,7	1.914,0	1.862,6
Complexo Eólico Energia dos Ventos	319,5	312,6	276,7	368,6
Complexo Eólico Agreste Potiguar	204,6	203,7	87,9	102,4
Consolidado eólica	524,1	516,3	364,6	470,9
PCH Queluz	144,4	143,4	127,3	127,9
PCH Lavrinhas	106,2	105,3	56,8	37,2
PCH Verde 8	84,0	82,9	99,5	89,2
PCH Morro Azul	118,5	115,6	83,3	86,9
Consolidado hídrica PCH	453,1	447,1	367,0	341,2
UFV Pitombeira	84,6	82,8	75,3	na
Total	3.169,2	3.103,9	2.720,9	2.674,7

É importante mencionar que o setor de geração de energia no Brasil tem sido impactado pelo chamado *curtailment*, que consiste na determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS) para limitar a geração de energia eólica e solar. Entre as causas principais para esse cenário estão falhas no sistema de transmissão (indisponibilidades externas), excesso de oferta de energia em relação à demanda (razão energética) e opção por uma operação mais conservadora.

O *curtailment* impacta a geração de receitas com a comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR). Esse efeito é gerenciado mensalmente em nossa Companhia para posterior ressarcimento em conformidade

com a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Nos parques geradores que estão no Ambiente de Contratação Livre (ACL), os cortes de geração são gerenciados por meio de compras de energia referente às exposições no mercado de curto prazo. Essa atuação garante o cumprimento dos contratos bilaterais de compra e venda de energia.

Em 2025, compramos 1.000,2 GWh de energia no atacado, principalmente para cobrir a exposição da Alupar no leilão A-1 (suprimento entre janeiro de 2024 e dezembro de 2025) e os efeitos do *curtailment*. Em 2024 e 2023, os volumes comprados haviam sido de 920,9 GWh e 668,9 GWh, respectivamente.

Produção líquida de energia por regime regulatório	2025	2024	2023
Ambiente de Contratação Regulado (ACR)	1.629,5	1.583,1	1.464,0
Ambiente de Contratação Livre (ACL)	1.474,4	1.137,8	1.210,7
Total	3.103,9	2.720,9	2.674,7

PCH Morro Azul (Colômbia)



Comercialização

A Alup, nossa comercializadora de energia elétrica no varejo, fortalece a diversificação do portfólio e as avenidas de crescimento da nossa Companhia. A empresa atende empresas que, de acordo com as regras da ANEEL, podem operar no mercado livre (o ACL) e adquirir o suprimento de energia elétrica por meio de contratos com geradores e comercializadores.

Com uma acelerada expansão desde sua criação, em 2024, a Alup possui uma carteira de mais de 200 clientes, entre indústrias, empresas de saneamento básico, casas de shows e espetáculos, entre outros setores. O abastecimento desses parceiros é garantido por meio da energia renovável produzida em nosso próprio parque gerador.

Um dos principais diferenciais da Alup é a integração entre a estratégia comercial, focada em gerar ganhos e benefícios para

os clientes, e um *know-how* operacional reconhecido para a gestão dos ativos de geração. Essa combinação é percebida pelos clientes como fator de credibilidade e mitigação de riscos.

Além dos contratos de compra e venda de energia, a Alup oferece soluções de descarbonização para seus clientes. A comercializadora conta em seu portfólio com créditos de carbono, emitidos no âmbito de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDLs), e I-RECs, certificados que garantem a origem renovável da energia e que podem ser usados para reduzir as emissões de escopo 2 das empresas (saiba mais na página 60).

A energia que geramos também é vendida por meio do acordo que possuímos com a WEG para o Complexo Eólico Agreste Potiguar e de contratos entre nossas usinas e clientes do mercado regulado.

Em 2025, o backlog de contratos manteve-se estável em relação ao ano anterior, acima de R\$ 70 milhões e com acordos com prazo médio de quatro anos



UFV Pitombeira e Complexo Eólico
Energia dos Ventos (Ceará)

TNE (Amazonas
e Roraima)

Novos negócios

Com uma estratégia de internacionalização para outros países da América Latina e captura de oportunidades de alto valor agregado no Brasil, iniciamos em 2025 a execução do maior ciclo de investimentos da história da nossa Companhia. Nos próximos quatro anos, realizaremos 11 novos projetos de transmissão, com um CAPEX estimado da ordem de R\$ 9,1 bilhões. Esses novos ativos proporcionarão uma RAP total de R\$ 1,2 bilhão.

No último ano, trabalhamos em diferentes frentes para garantir a execução desses empreendimentos conforme o cronograma e o orçamento planejados. Contratamos novos colaboradores e reforçamos nossas equipes nos escritórios da Colômbia, do Chile e do Peru. Estruturamos e iniciamos um amplo programa de comunicação e aculturação das pessoas, fortalecendo os valores, princípios e competências.

*O ano de 2025
foi marcado pelo
planejamento e
pela preparação
dos investimentos
em novos projetos*

Nossos times também avançaram nas etapas de preparação e desenvolvimento dos projetos na América Latina. Em 2025, foram conduzidos trabalhos para obtenção das licenças ambientais, mapeamento de processos arqueológicos e autorizações setoriais. Na frente de gestão fundiária, evoluímos na formalização dos contratos para construção das subestações e linhas de transmissão, com mais de 1,6 mil proprietários envolvidos. Iniciamos a elaboração dos projetos de engenharia e a contratação de equipamentos para os sistemas de transmissão, com entregas previstas a partir do ano de 2026.

Para garantir um alto padrão de qualidade e sustentabilidade nas importações de equipamentos, conduzimos visitas técnicas internacionais para avaliar os processos produtivos e as tecnologias dos fornecedores habilitados para as concorrências. Uma equipe própria realizou, em 2025, uma viagem estratégica à China para avaliar diferentes fabricantes de equipamentos, avaliando aspectos como eficiência e qualidade do processo produtivo, estrutura dos ambientes de trabalho e qualificação e valorização dos profissionais locais.

O maior ciclo de investimentos da história da Alupar

11
projetos

R\$ 9,1 bilhões
Capex total

R\$ 1,2 bilhão
RAP total



3 projetos
RAP total
R\$ 463 milhões¹

1. Conforme data-base de cada leilão.

- TECP – Transmissora de Energia Central Paulistana
- TAP – Transmissora Alto do Paraíba²
- TPC – Transmissora Paraíso do Café
- TES – Transmisora de Energía de Santiago
- SED – Sincro Energia del Desierto SpA
- TEL – Transmisora de Energía de los Llanos
- TCN – Transmisora Costa Norte
- TEP – Transmisora de Energía de Puno
- TSA – Transmisora Sierra Azul
- TER – Transmisora de Energía de Runatulto
- + 4 projetos (Grupo 3 – Palca)

Ambiental

17 processos de licenciamento ambiental
17 processos de arqueologia
27 processos de licenciamento de obras e autorizações setoriais

Obras e engenharia

674 km de linhas de transmissão
21 subestações novas + 21 ampliações
52 interconexões

Fundiário

1,6 mil propriedades envolvidas
11,5 mil documentos fundiários
84% de avanço na TAP²
65% de avanço na TPC

Fornecimento

43 trafos
24 reatores
3,7 mil km de cabos de alumínio
16 mil toneladas de estruturas metálicas

Projetos no Brasil

Três projetos *greenfield* estão sendo desenvolvidos no Brasil, também com avanços relevantes nas fases de execução.

A TECP (Transmissora de Energia Central Paulistana), que opera a Subestação Centro na cidade de São Paulo, concluiu a primeira fase do projeto de modernização, com um recorde de migração dos transformadores em três meses. A segunda fase já foi iniciada com as obras para instalação de uma nova subestação, prevista para 2029.

No último ano, a TECP incorporou a TAP (Transmissora do Alto Paranaíba), passando a explorar também os serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do Lote 2 do Leilão ANEEL 02/2023. Esse projeto consiste na construção de 551 quilômetros de linhas de transmissão entre os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Em 2025, obtivemos a licença prévia para o empreendimento e protocolamos o pedido de licença de instalação.

A TPC (Transmissora Paraíso do Café) é um empreendimento com 509 quilômetros de linhas de transmissão, interligando três subestações no estado de Minas Gerais. No último ano, submetemos Estudo de Impacto Ambiental (EIA) aos órgãos competentes e recebemos autorização da ANEEL para antecipação da energização do trecho 2 para o ano de 2027.



TECP (São Paulo)

Os projetos de implantação no Brasil somam mais de 1.000 km de linhas em três estados do país



PCH Lavrinhas (São Paulo)

Operação e manutenção

A operação dos nossos ativos de geração e de transmissão, no Brasil e no exterior, é realizada por equipes próprias da nossa Companhia. Nosso objetivo é manter os mais elevados índices de disponibilidade e eficiência dos equipamentos, garantindo a entrega de energia elétrica para clientes e consumidores em todas as regiões nas quais atuamos.

O monitoramento de todo o parque gerador do Brasil é realizado no Centro de Operações de Geração (COG), no município de Cruzeiro (São Paulo). As unidades de geração localizadas na Colômbia e no Peru têm sua operação realizada por equipes alocadas localmente em cada um dos países.

Os ativos de transmissão, por sua vez, são operados a partir do Centro de Operações Regional (COR), em Cuiabá (Mato Grosso). Utilizamos sistemas que permitem a operação remota, com acompanhamento em tempo real das condições dos ativos e realização de manobras, mantendo interface constante com o ONS e outros agentes do setor elétrico. As equipes operacionais atuam em turnos para cobrir 24 horas nos 7 dias da semana, capacitadas para agirem em casos de contingência.

Para garantir o alto índice de disponibilidade dos ativos, conduzimos um programa contínuo de monitoramento e manutenção das estruturas e dos equipamentos. Nossas equipes realizam inspeções periódicas das linhas de transmissão e mantemos equipes de prontidão em três Regionais de Manutenção, nos estados de Mato Grosso (Regional Centro-Oeste), Minas Gerais (Regional Sudeste) e Bahia (Regional Nordeste). Além disso, contamos com operadores-mantenedores nas subestações estratégicas.

Nossa área de pré-operação é responsável pelo planejamento das intervenções necessárias para a otimização da disponibilidade dos ativos. A equipe de pós-operação, por sua vez, analisa o desempenho das operações e investiga eventuais situações de falha, para propor melhorias nos processos e reportar a performance internamente e às autoridades setoriais.

Parte do nosso portfólio de ativos de transmissão é formado por empresas da TBE (Transmissoras Brasileiras de Energia), um grupo de 15 transmissoras que têm a Alupar e a Taesa como acionistas majoritários. Esse conjunto de empresas possui uma equipe própria de operação e manutenção, que atua com os mesmos princípios de segurança e integridade.

A TBE conta com um centro de operações em Lages (Santa Catarina) e outro para *backup* em Açailândia (Maranhão), além de cinco Regionais nos estados de Santa Catarina, do Mato Grosso, do Espírito Santo, do Maranhão e do Pará.

Fator médio de disponibilidade das usinas por fonte

	2025	2024	2023
UHE	96,3%	98,0%	95,8%
Eólica	99,8%	99,5%	99,8%
PCH	88,1%	73,9%	70,5%
Solar	99,7%	97,0%	na

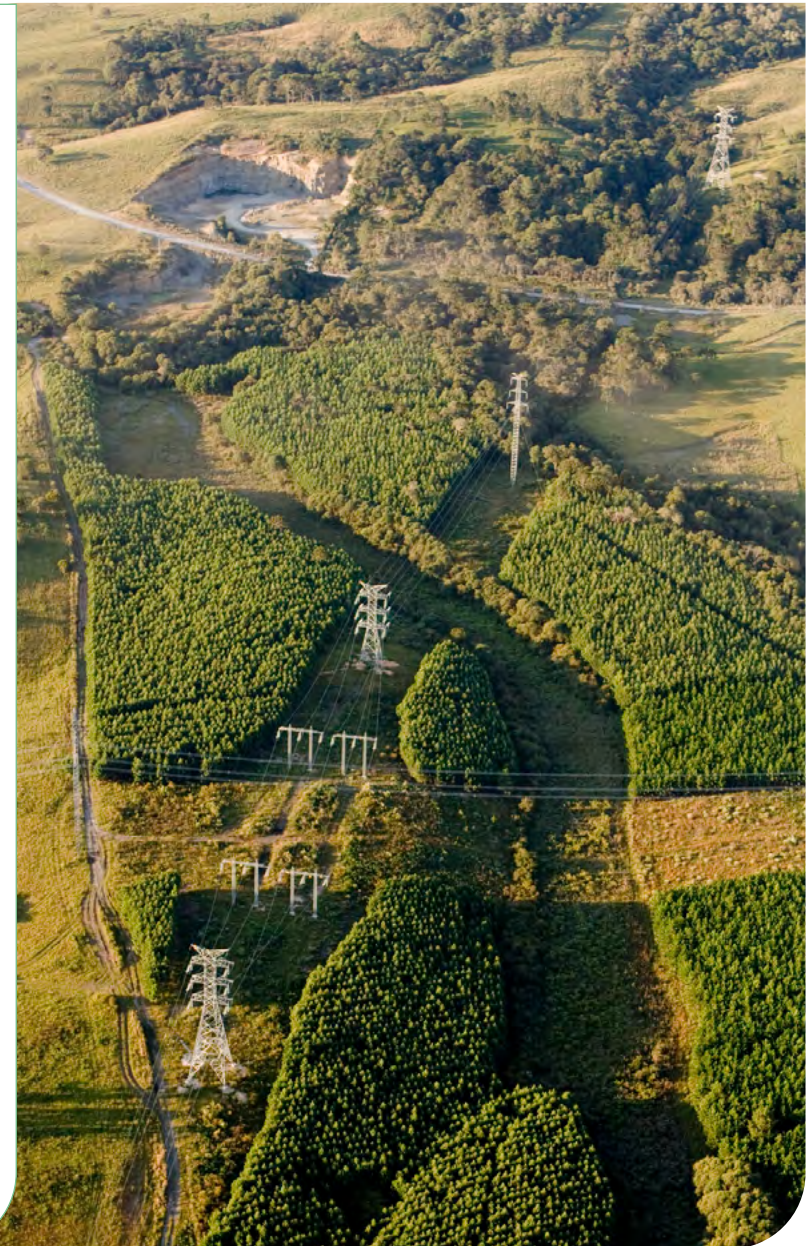
Combate a incêndios

No segmento de transmissão, as queimadas são um dos principais fatores que podem levar à indisponibilidade dos equipamentos. Para reduzir esse tipo de ocorrência, investimos em programas e ações de comunicação voltados para a prevenção de incêndios.

A roçada das faixas de serviço é uma das principais atividades de manutenção que realizamos com foco na prevenção de incêndios. Para aumentar a eficiência dessas operações, iniciamos um estudo para o uso de softwares e bases de dados digitais capazes de indicar as melhores épocas para a roçada, considerando as condições climáticas em cada localidade.

Adicionalmente, realizamos campanhas de comunicação periódicas para conscientizar as comunidades locais sobre os riscos dos incêndios e como evitar a ocorrência de queimadas. As ações também divulgam nossos canais para a comunicação de emergências.

Todos os nossos ativos possuem planos de contingência estruturados para responder a situações desse tipo e garantir a integridade das linhas de transmissão e das subestações.



STC (Santa Catarina)

Gestão de reservatórios

Nas usinas hidrelétricas, a gestão dos reservatórios de água que proporcionam a geração de energia é um aspecto central do nosso modelo de atuação. Essa atuação ocorre de forma multidisciplinar, com o envolvimento de diferentes equipes para garantir o gerenciamento de impactos ambientais e a preservação de áreas florestais, o uso compartilhado dos recursos hídricos e a segurança das barragens.

Em todos os nossos ativos de geração, possuímos equipes próprias que monitoram e avaliam as condições das UHEs e PCHs. O trabalho, conduzido em conformidade com os parâmetros regulatórios e os mais elevados padrões de engenharia, garante a segurança da infraestrutura, com foco na prevenção de incidentes.

Cada uma de nossas usinas no Brasil possui o seu Plano de Segurança de Barragem (PSB), constituído de acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens. O documento estabelece as rotinas de monitoramento e inspeção das estruturas, ações preventivas e manuais para a atuação das equipes.

UHE São José (Rio Grande do Sul)

Um dos documentos que integram o PSB é o Plano de Ação de Emergência (PAE), que identifica as áreas potencialmente impactadas em caso de incidentes e os tipos de ações emergenciais a serem conduzidas. A gestão dos PAEs de cada usina é realizada com apoio de um software digital, que estrutura uma base de dados atualizada e permite a articulação com as equipes de Defesa Civil e os Planos de Contingência Municipais.

Em 2025, concluímos a realização de simulados de emergência em todas as usinas que operamos. Nesses eventos, testamos e avaliamos, em um ambiente controlado, os mecanismos e as ferramentas para comunicação de incidentes às autoridades e comunidades, a eficácia das sinalizações e rotas de fuga, além dos protocolos internos de atuação.

As mesmas diretrizes de segurança são aplicadas nos ativos de geração hidráulica no Peru e na Colômbia, atendendo às exigências de regulações locais.

No entorno dos reservatórios, somos responsáveis por ações de reflorestamento e de manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs). As medidas para monitoramento e restauração dessas áreas, consolidadas por meio do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial, contribuem para a preservação da biodiversidade e para o engajamento das comunidades do entorno (saiba mais na página 66).

Para potencializar nosso modelo de gestão sobre os reservatórios, participamos dos Comitês de Bacias



UHE Ferreira Gomes (Amapá)

Hidrográficas (CBHs), que discutem a gestão compartilhada dos recursos hídricos. Atuamos nos CBHs do Rio Araguari, do Rio dos Bois, do Baixo Parnaíba e do Rio Paraíba do Sul, abrangendo todas as regiões em que possuímos ativos de geração hídrica no Brasil.

No Peru, integramos o Comité Multisectorial, liderado pela Autoridad Local del Agua (ALA). Esse grupo engaja empresas, instituições e comunidades locais em prol do uso consciente e eficiente da água.

Engajamos públicos locais nas ações de preparação para emergência e pela participação em comitês de bacias

*UFV Pitombeira e
Complexo Eólico Energia
dos Ventos (Ceará)*

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Na Alupar, nós temos o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerando e transmitindo energia de forma responsável e com impactos positivos para a sociedade. Essa visão impulsiona nossa Companhia a integrar, cada vez mais, a estratégia empresarial e a gestão dos aspectos econômicos, sociais e ambientais associados ao nosso modelo de negócio, identificando e tratando riscos e oportunidades financeiros e socioambientais.

Para fortalecer nossa governança nessa frente, estruturamos nossa Estratégia de Sustentabilidade sobre três eixos – Ambiental, Social e Governança (ESG, na sigla em inglês). Essa plataforma reúne os pilares que orientam a atuação e a tomada de decisão sobre projetos e investimentos, considerando tanto a geração de valor para os acionistas quanto as contribuições positivas dos nossos negócios para os demais *stakeholders*.

Uma das principais referências para a construção da nossa Estratégia de Sustentabilidade é a Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que definiu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o propósito de direcionar e impulsionar o desenvolvimento global. Com base em análises e estudos de mercado, avaliamos como nossos negócios podem contribuir para o crescimento socioeconômico e ambiental das regiões em que estamos presentes, apoiando o alcance das metas estabelecidas pelos ODS.

Esse alinhamento faz parte do compromisso que assumimos, desde 2021, como signatários do Pacto Global, iniciativa da ONU para engajar empresas e organizações sociais em prol do desenvolvimento sustentável e de princípios universais de ética, direitos humanos, proteção ambiental e combate à corrupção.

Outra ferramenta que direciona nossa atuação estratégica é a Matriz de Materialidade, que

estabelece os temas prioritários para a gestão de sustentabilidade, assim como os respectivos impactos, riscos e oportunidades na esfera ESG. Em 2025, atualizamos a Matriz de Materialidade a partir de um novo estudo conduzido com base em pesquisas setoriais e no engajamento de públicos de interesse (saiba mais na página 29).

Estratégia de Sustentabilidade



Governança ESG

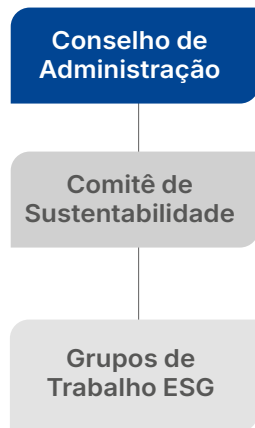
Os princípios e as diretrizes da Estratégia ESG estão formalizados na Política de Sustentabilidade, que complementa os valores expressos no Código de Conduta e no Código de Ética, Conduta & Compliance de Terceiros. Nesses normativos, referenciamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmamos nosso compromisso com a valorização dos direitos humanos, o combate ao assédio, a garantia de condições de trabalho decente e a promoção da diversidade, equidade e inclusão.

Para gerenciar a execução da Estratégia ESG e os resultados alcançados, nossa Companhia instituiu uma estrutura de governança multidisciplinar que envolve desde o Conselho de Administração até as áreas de negócio.

Para apoiar as deliberações do Conselho de Administração, contamos com o Comitê de Sustentabilidade, cujos membros possuem habilidades e competências para tratar desafios e oportunidades relacionados ao desenvolvimento sustentável e para o amadurecimento das temáticas dessa natureza na mais alta instância de governança.

Possuímos, ainda, grupos de trabalho que contribuem para o alinhamento dos temas estratégicos, reunindo líderes e especialistas e apoiando a atuação do Comitê de Sustentabilidade, instalado no âmbito do Conselho de Administração. Em 2025, mereceu destaque a atuação dos grupos de diversidade, governança e social.

Estrutura de governança ESG



Reunião de Liderança (São Paulo)

Matriz de Materialidade

A Matriz de Materialidade, atualizada e revisada em 2025, é um instrumento que apoia o desenvolvimento da nossa Estratégia ESG. Por meio de consultas e entrevistas com *stakeholders*, avaliação de estudos setoriais e *benchmarking* com outras companhias do setor elétrico, identificamos nossos 11 temas materiais.

Esses temas reúnem os aspectos mais relevantes para nortear a identificação e o desenvolvimento de iniciativas com foco no tratamento de impactos, riscos e oportunidades sociais, ambientais e econômicos em toda a nossa cadeia de valor.

Nosso objetivo é minimizar a exposição a fatores de risco que possam comprometer a capacidade de geração de valor e mitigar potenciais impactos negativos das nossas atividades e operações. Também buscamos, simultaneamente, capturar as oportunidades que gerem ganhos de produtividade, eficiência e competitividade, além de potencializar impactos positivos que nossos negócios entregam à sociedade nos países em que atuamos.

Para consolidar nossa Matriz de Materialidade, conduzimos um estudo dividido em quatro fases. A primeira etapa abrangeu a elaboração de uma lista de potenciais temas de interesse na agenda de sustentabilidade, a partir da análise de normas

e *frameworks* ESG reconhecidos e utilizados por investidores e analistas financeiros, avaliação das divulgações de empresas pares de mercado e levantamento de tópicos ESG discutidos na imprensa geral e especializada no setor elétrico.

A segunda parte do estudo consistiu no engajamento estruturado dos *stakeholders*. Agentes reguladores, investidores, acionistas, representantes do poder público, analistas de instituições financeiras e líderes comunitários participaram de entrevistas qualitativas, e todos os outros públicos interessados (colaboradores, clientes, fornecedores, associações setoriais e ONGs) foram convidados a participar de uma pesquisa on-line. Esse processo possibilitou a identificação de percepções sobre impactos, riscos, oportunidades e externalidades relacionados à nossa estratégia e modelo de negócios.

A revisão de nossos temas materiais em 2025 envolveu amplo engajamento de stakeholders e análise documental em quatro fases de trabalho



Na terceira fase, nossas lideranças foram engajadas em entrevistas direcionadas para a avaliação dos riscos e oportunidades de sustentabilidade que podem impactar a competitividade e a capacidade de geração de valor da Companhia. Também correlacionamos os tópicos ESG aos riscos diagnosticados no modelo de gestão de riscos corporativos praticado em nossa governança.

A quarta e última etapa do estudo de materialidade integrou os diferentes insumos de pesquisa em uma matriz na qual os temas propostos para consulta foram classificados de acordo com a materialidade dos impactos, dos riscos e das oportunidades que representam, além da importância para a percepção dos *stakeholders*. Assim, nossa Matriz de Materialidade integra uma avaliação abrangente sobre a relevância financeira (riscos e oportunidades) e o efeito sobre a cadeia de valor (impactos) dos temas mapeados.

Ao final desse processo, identificamos os riscos, oportunidades e impactos (atuais e potenciais) associados a cada um dos temas. Esse mapa será utilizado, em 2026, para contribuir para uma avaliação sistêmica dos efeitos financeiros dos aspectos ESG, alinhada ao programa de gestão de riscos corporativos.

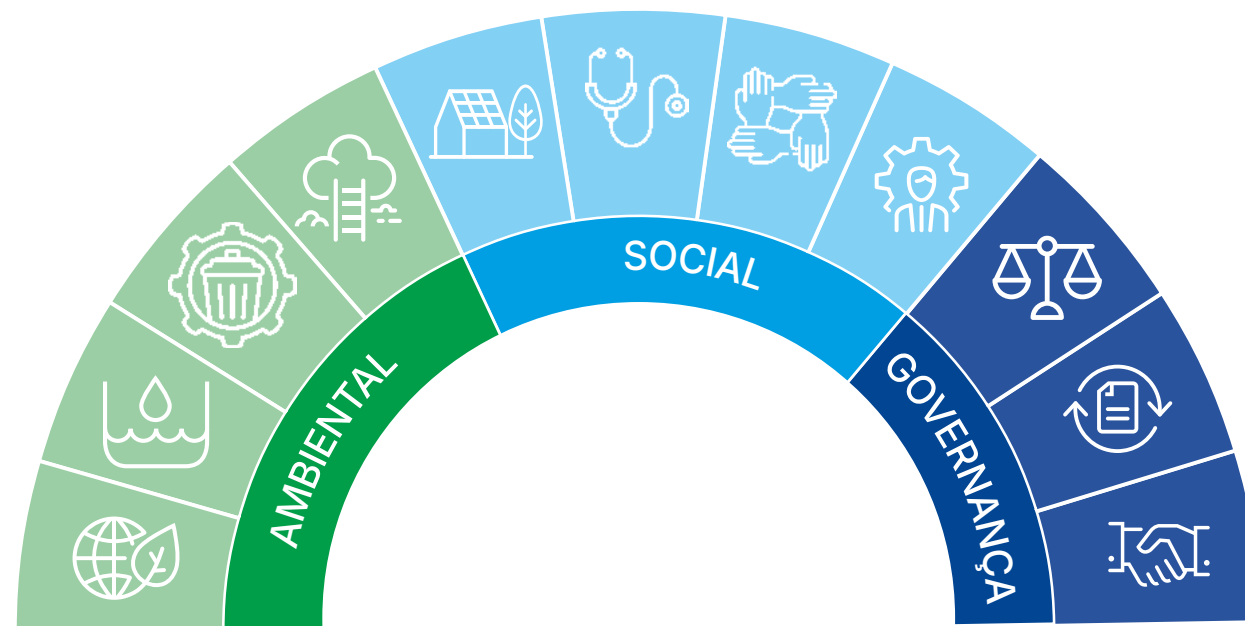
Nossos temas materiais

Este conteúdo foi desenvolvido com interatividade.

Clique nos temas materiais para entender o escopo coberto e os ODS relacionados a cada um deles. Para retornar à visualização inicial, clique no botão "Voltar ao início".

Segmentos de negócio cobertos:

-  Geração
-  Transmissão
-  Implantação
-  Comercialização





GOVERNANÇA CORPORATIVA

Reunião de Liderança
(São Paulo)

Nosso sistema de governança corporativa é um dos pilares estratégicos que sustentam o crescimento dos negócios e a geração de valor resiliente com um portfólio internacional de ativos de geração e transmissão de energia. As políticas corporativas e os processos de gestão direcionam a atuação dos órgãos deliberativos da Companhia com base na ética, na transparência e na maximização do valor gerado para os acionistas e todos os outros públicos de interesse.

Nossa Companhia possui ações representativas do capital social listadas na B3, a bolsa de valores de São Paulo, integrando o segmento Nível 2. O acionista controlador detém 52,16% do total de ações da Companhia. Os outros 47,84% são negociados no formato de *units* (uma ação ordinária e duas ações preferenciais).

Seguimos as boas práticas de mercado em nossa estrutura e no funcionamento das instâncias de governança



Escritório corporativo (São Paulo)

Estrutura de governança

A governança da nossa Companhia é liderada pelo Conselho de Administração, instância máxima de aprovação e deliberações sobre investimentos e projetos estratégicos. O órgão é formado por sete membros efetivos, sendo dois deles independentes, e dois membros suplentes, todos eles eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de dois anos.

Em linha com as melhores práticas de mercado, possuímos quatro Comitês consultivos que assessoram a atuação do Conselho de Administração. Esses colegiados, formados por

conselheiros especialistas nas temáticas estratégicas, são responsáveis por fazer recomendações ao Conselho após análise dos relatórios informativos e prestações de contas submetidos pela Diretoria.

A atuação dos Comitês de Assessoramento é complementada por Comissões das quais participam líderes e especialistas da nossa Companhia. Nessas esferas, temas relevantes para a estratégia dos negócios são analisados, com o acompanhamento de indicadores e objetivos táticos.

Por meio da atuação dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e da sua interação com as Comissões, qualquer situação que configure potencial desvio de conduta ou impacto negativo relevante envolvendo a Companhia é comunicada às instâncias de governança. Nenhuma preocupação crucial de desvio ou impacto grave foi identificada em 2025.

Nossa Diretoria é formada por quatro executivos com experiência e conhecimentos técnicos do setor elétrico, cujos mandatos têm duração de dois anos. O órgão lidera

a execução do plano estratégico estruturado sob as diretrizes do Conselho de Administração, direcionando a atuação das áreas administrativas e operacionais.

A estrutura de governança pode contar, ainda, com o Conselho Fiscal, órgão de caráter não permanente previsto em nosso Estatuto Social, atuando com independência na fiscalização de atividades da administração e das demonstrações financeiras quando instalado. Em 2025, o Conselho Fiscal não foi instalado.



Escritório corporativo (São Paulo)



ELTE (São Paulo)

Gestão de riscos

Para fortalecer nossa governança e a gestão do ciclo de investimentos e de internacionalização da Companhia, conduzimos em 2025 um plano para a evolução do nosso modelo de gestão de riscos. Estruturamos um sistema para documentação dos riscos estratégicos, classificação e priorização, além de definirmos medidas e planos de ação voltados para mitigação e controle.

Com o apoio de uma consultoria especializada, desenvolvemos uma metodologia para a criação do Dicionário de Riscos, ferramenta que permite o mapeamento e a consolidação dos riscos inerentes ao modelo de negócio, classificando-os de acordo com a sua natureza e categoria.

A ferramenta também indica quais segmentos de negócio podem ser impactados e a correlação com aspectos ESG – sociais, ambientais e de governança corporativa. Um exemplo é o mapeamento de riscos relacionados à ocorrência de eventos climáticos extremos, considerando os impactos e a vulnerabilidade da infraestrutura diante desses fatores.

Após essa etapa, finalizamos a construção do nosso Mapa de Riscos. Nessa ferramenta, os riscos são classificados de acordo com réguas que medem o potencial de impacto (qualitativo e quantitativo) e o grau de vulnerabilidade

da Companhia, calibradas a partir da visão estratégica e percepção do ambiente de negócios dos nossos executivos.

Para gerenciar nosso programa de gestão de riscos, estamos consolidando uma área corporativa de Enterprise Risk Management (ERM). Em 2026, daremos sequência à evolução do modelo de gestão com a formalização da nossa Política de Gestão de Riscos. Também realizaremos a capacitação dos *risk owners*, líderes responsáveis pela elaboração e pela execução de planos de resposta para os riscos priorizados.

Além dessa estrutura, possuímos uma área de Auditoria Interna, que atua de maneira independente com o objetivo de assegurar que os processos desenhados pela administração sejam adequados e funcionem para gerenciar riscos, garantindo a rastreabilidade e a confiabilidade das informações financeiras e a integridade dos controles internos.

O Comitê de Auditoria, que assessora o Conselho de Administração, é responsável pelo acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna. O órgão avalia a execução do plano anual com base em relatórios e recomendações da área, emitindo pareceres fundamentados para a aprovação dos conselheiros em linha com as melhores práticas de governança.



Ética e compliance

Nosso Programa de Compliance e Integridade é um instrumento fundamental para a continuidade dos negócios e a mitigação de riscos para a Companhia. Abrangendo 100% das operações no Brasil e no exterior, o programa possui ferramentas para fortalecer a cultura de ética em nossa cadeia de valor, treinar e capacitar líderes e equipes e prevenir situações ou atitudes que estejam em desconformidade com princípios éticos ou nossos valores.

Anualmente, realizamos um plano de comunicação que divulga continuamente nosso compromisso com uma atuação ética. Por meio dos canais internos e externos, redes sociais e outros meios de engajamento, divulgamos a todos os nossos colaboradores e demais *stakeholders* nossas políticas de *compliance* e práticas de combate à corrupção e fraudes. Caso algum colaborador tenha dúvidas sobre como agir em determinada situação ou deseje orientações sobre o Programa, disponibilizamos um e-mail interno para a área de Compliance.

Os treinamentos recorrentes sobre ética e *compliance* ampliam o entendimento dos

colaboradores sobre o Programa de Compliance e Integridade e as diretrizes do Código de Conduta. Em 2025, entre as diferentes capacitações que realizamos, um dos destaques foi um *workshop* sobre prevenção de lavagem de dinheiro, com exemplos de situações práticas que podem ocorrer no setor elétrico e condução de um palestrante externo especializado.

O combate à corrupção é um tema tratado continuamente nas ações de treinamento e de engajamento. Além de *webinars* sobre nossas práticas anticorrupção para todos os líderes e colaboradores, disponibilizamos o treinamento anticorrupção em formato EAD, com uma linguagem mais acessível a todos os tipos de público. A capacitação abrangeu inclusive os diretores e membros do Conselho de Administração. Além disso, reforçamos as ações de comunicação próximas ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, instituído pela ONU em 9 de dezembro. Até o encerramento do período, 80,2% dos colaboradores já haviam concluído a grade de treinamentos e capacitações em *compliance* da nossa Companhia.

Colaboradores treinados nas políticas e práticas anticorrupção até 31/12/2025¹

Número de pessoas treinadas

Percentual sobre o quadro funcional em 31/12/2025

Por região		
Norte	30	90,9%
Nordeste	109	89,3%
Centro-Oeste	93	98,9%
Sudeste	426	93,0%
Sul	60	100,0%
Exterior	54	27,6%
Por nível funcional		
Diretoria	10	58,8%
Superintendência	2	100,0%
Gerência	23	65,7%
Coordenação, supervisão e especialistas	65	60,7%
Serviços auxiliares	9	36,0%
Administrativo e técnico-operacional	663	85,3%
Total	772	80,2%

¹ No âmbito do Conselho de Administração da Alupar, quatro dos sete membros efetivos (57,1%) foram treinados até 31/12/2025.



Canal de Denúncias

O Canal de Denúncias é um dos principais mecanismos do Programa de Compliance e Integridade para a detecção e correção de desvios em relação aos nossos valores e princípios éticos. A ferramenta é aberta para o recebimento de comunicações e preocupações de todos os públicos que se relacionam com a nossa Companhia.

Em 2025, concluímos a integração do Canal de Denúncias às operações no exterior. Essa evolução é importante para garantir a conformidade e a integridade em todos os projetos desenvolvidos a partir do atual ciclo de expansão e internacionalização dos negócios. Gerenciado por empresa externa e independente, o Canal de Denúncias está disponível nos idiomas português e espanhol e pode ser acessado pela internet ou por chamada telefônica gratuita (0800) no Brasil, na Colômbia, no Peru e no Chile.

Todos os relatos recebem um número de protocolo, que permite ao manifestante acompanhar o andamento e a resolução da manifestação. Nossas políticas e procedimentos asseguram o direito de não retaliação e a possibilidade de anonimato.

As denúncias recebidas são organizadas por empresa independente e direcionadas para análise do Compliance Officer. As atividades de investigação são conduzidas conforme o Manual de Compliance e sob a supervisão do Comitê de Ética, Conduta e Compliance, instância de assessoramento do Conselho de Administração.

Em 2025, recebemos 26 manifestações, sendo que nenhuma delas tratou de aspectos de discriminação ou corrupção. Também não registramos nenhum processo judicial relacionado a corrupção ou questões de concorrência desleal.

Como acessar o Canal de Denúncias

<https://contatoseguro.com.br/pt/alupar/>



0800 516 0029



01-800-5191246



(0800) 78275



800 914 343

Fornecedores

Nossos fornecedores, parceiros estratégicos para a implantação dos novos projetos e para a operação dos ativos de transmissão e de geração, compartilham os valores e princípios éticos que norteiam a governança da nossa Companhia. Para garantir o engajamento dessas empresas em torno da nossa visão estratégica e de sustentabilidade, conduzimos um modelo de gestão compartilhada que envolve as áreas de Suprimentos, Compliance e as próprias gerências responsáveis pelos contratos de fornecimento.

Todos os fornecedores contratados expressam, por meio de cláusulas contratuais, sua aderência às diretrizes do nosso Código de Ética, Conduta & Compliance de Terceiros. O documento reafirma nosso compromisso com o combate a qualquer tipo de violação dos direitos fundamentais do trabalho em nossa cadeia de valor, incluindo condições de restrição à liberdade de associação e negociação coletiva ou de trabalho infantil ou trabalho análogo ao escravo.

Os fornecedores de materiais e serviços em operações essenciais para os negócios



PCH Verde 8 (Goiás)

passam pelo processo de *due diligence* de *compliance*. Nessa etapa, uma série de documentações é analisada para assegurar que os potenciais parceiros estão em conformidade com aspectos fiscais, trabalhistas e ambientais. Também avaliamos se existem processos

judiciais e associação a condições de trabalho análogas à escravidão ou a crimes de corrupção, além de uma avaliação reputacional. Ao final, um parecer de recomendações é emitido para análise da Diretoria e do Conselho de Administração antes de a contratação ser realizada.

Parceiros estratégicos são submetidos à due diligence de compliance, que analisa bancos de dados via sistema para avaliar a conformidade do potencial fornecedor



UHE Foz do Rio Claro (Goiás)

Nossa área de Compliance também pode ser demandada pelos gestores para atividades de *background check*. Esse procedimento inclui a avaliação de *compliance* e análise de histórico de potenciais fornecedores, com foco na identificação e prevenção de riscos para a reputação e a imagem da Companhia. Além disso, a ferramenta utilizada para condução da *due diligence* está disponível para consulta diretamente pelas equipes de Suprimentos e Jurídico.

Em 2025, 60 contratos dos segmentos de geração e de transmissão passaram pela *due diligence de compliance*, abrangendo critérios sociais e ambientais. Eles representaram 14,8% dos 405 contratos firmados no período. Nas empresas que compõem a TBE e nas atividades de implantação da América Latina, a avaliação documental de conformidade fiscal e trabalhista de novos fornecedores é realizada antes da

assinatura dos contratos. Em 2025, todos os 105 novos fornecedores da TBE e 33 novos parceiros para implantação de ativos na América Latina foram submetidos a essa verificação.

Durante a execução dos contratos, as áreas gestoras dos projetos são responsáveis pelo acompanhamento dos fornecedores, assim como pela realização das entregas de suprimentos e de serviços. As empresas que prestam serviços para nossas operações também são acompanhadas periodicamente, por meio de avaliações documentais, para garantir a conformidade trabalhista e de saúde e segurança dos profissionais alocados em nossas unidades. Nossa equipe de Gestão de Pessoas realiza essa avaliação de forma sistêmica, condicionante para a validação e liberação dos fluxos de pagamento.

Nas fases de implantação dos projetos, acompanhamos as empreiteiras responsáveis pelas obras por meio de visitas *in loco* das equipes de Meio Ambiente. Dessa forma, avaliamos a aderência desses fornecedores aos requisitos e procedimentos estabelecidos em contrato, bem como condições de trabalho e conformidade legal.

Durante o ano de 2025, 645 empresas de prestação de serviços foram submetidas ao acompanhamento trabalhista. Não identificamos nenhum caso de não conformidade que tenha levado à rescisão contratual no período.



60

potenciais parceiros submetidos à due diligence de compliance

198

fornecedores avaliados em aspectos sociais antes da contratação

645

contratadas com alocação de terceiros acompanhadas em critérios trabalhistas

CAPITAL HUMANO



A capacidade técnica e o comprometimento dos nossos profissionais são alavancas que impulsionam o crescimento dos nossos negócios em todos os países nos quais atuamos. A formação e o desenvolvimento das nossas lideranças e equipes é um pilar do nosso modelo de negócio que fortalecemos continuamente.

Um dos destaques da nossa gestão em 2025 foi a criação da Academia de Negócios, em parceria com o Insper, uma das principais instituições de ensino executivo do Brasil. A primeira turma, em um curso totalmente customizado para nossa Companhia, é formada por 30 líderes das nossas operações no Brasil e contou com três módulos concluídos em 2025. O objetivo do curso é fortalecer a visão de longo prazo desses gestores, fornecendo conteúdos e ferramentas para aprimorar competências de gestão de negócios, estratégia, visão sistêmica, gestão de equipes e

inovação. Os participantes também atuam em um projeto aplicado como parte do treinamento.

O Mestres da Energia é outra frente para fortalecer a capacitação e o desenvolvimento técnico das nossas equipes. O programa completou dois anos de existência em 2025, focado em mapear colaboradores que possuem um alto nível de especialização técnica em atividades operacionais e prepará-los para atuarem como multiplicadores desse conhecimento. Realizamos 185 participações, com destaque para o segmento de geração, e, em 2026, incentivaremos a ampliação da iniciativa nos negócios de transmissão.

O Transmitindo Conhecimento, programa que possibilita aos colaboradores o compartilhamento de conhecimentos adquiridos em seminários e eventos externos, chegou à sua 19ª edição no último ano. Consolidada como uma ferramenta de integração e engajamento, a iniciativa tem um alto índice de aprovação entre nossos profissionais, com um NPS (Net Promoter Score) de 89.

Ofertamos aos colaboradores um total de 34,7 mil horas de treinamento em 2025, um aumento de 26,1% em relação ao ano anterior. Com o objetivo de robustecer nossa plataforma de qualificação e treinamento, consolidaremos os diferentes programas sob a Universidade Alupar, em 2026.



Centro de Operações Regional (Mato Grosso)

Média de horas de treinamento por colaborador ¹	2025	2024	2023
Por gênero			
Homens	38,62	35,85	4,89
Mulheres	28,06	14,10	25,58
Por nível funcional			
Diretoria	2,38	3,61	22,81
Superintendência	77,25	10,13	4,48
Gerência	34,73	16,09	33,77
Coordenação, supervisão e especialistas	27,26	19,94	38,09
Serviços auxiliares	8,80	21,42	1,73
Administrativo e técnico-operacional	38,75	33,31	5,43
Total	35,99	30,33	nd

1. Calculada como o total de horas de treinamento realizadas ao longo do ano em cada categoria dividido pelo headcount de cada categoria no encerramento do período.

Lançamos a Academia de Negócios e promovemos mais de 34 mil horas de treinamento em 2025



55%
de aumento no
número de
colaboradores
avaliados no Ciclo
de Pessoas em
relação a 2024

Além das iniciativas internas, nossos esforços para a contínua qualificação dos colaboradores abrangem parcerias com outras instituições. Por meio do Programa de Educação Continuada, nossos colaboradores podem receber subsídio para a realização de cursos de formação técnica, graduação e pós-graduação.

Para as equipes que atuam nas operações na América Latina, os programas de treinamento e de qualificação são similares

aos realizados no Brasil, com adaptações para estarem adequados ao porte, à complexidade e às demandas locais. As ações abrangem treinamentos técnicos, de saúde e segurança e comportamentais, além da formação direcionada da Escola de Liderança para os gestores e do apoio financeiro para cursos de idiomas e Ensino Superior. Iniciamos, ainda, um programa de idiomas a fim de impulsionar nossa expansão e facilitar as sinergias entre os países.

Por meio do Ciclo de Pessoas, conduzido anualmente, avaliamos o desempenho dos nossos líderes e colaboradores e estabelecemos um plano de desenvolvimento profissional. O processo abrange a autoavaliação, a avaliação do gestor e a realização de comitês com a área de Gestão de Pessoas e executivos. Ao final, cada profissional recebe um *feedback* individual para alinhamento de expectativas, reconhecimento de pontos fortes e identificação de oportunidades de melhoria.

Todos os colaboradores com pelo menos três meses de atuação na Companhia são elegíveis ao Ciclo de Pessoas. Em 2025, também implementamos esse processo nas empresas que compõem a TBE. Com isso, alcançamos um total de 556 colaboradores avaliados, o que equivale a 58% do quadro funcional no final do período.

Nas unidades do exterior, estruturamos um processo de avaliação de desempenho alinhado à fase atual dos projetos, que será implementado em 2026. O objetivo é conduzir as avaliações a cada dois anos, sendo elegíveis todos os colaboradores com pelo menos seis meses de atuação na Companhia.

Ciclo de Pessoas	2025		2024		2023	
	Colaboradores avaliados	Percentual de avaliados ¹	Colaboradores avaliados	Percentual de avaliados ¹	Colaboradores avaliados	Percentual de avaliados ¹
Por gênero						
Homens	404	55,88%	290	42,90%	70	10,53%
Mulheres	152	63,33%	68	29,57%	79	36,74%
Por nível funcional						
Diretoria	0	0,00%	0	0,00%	2	12,50%
Superintendência	2	100,00%	2	50,00%	2	40,00%
Gerência	22	62,86%	10	31,25%	16	45,71%
Coordenação, supervisão e especialistas	57	53,27%	24	26,97%	33	37,93%
Serviços auxiliares	21	84,00%	23	82,14%	19	59,38%
Administrativo e técnico-operacional	454	58,43%	299	40,68%	77	10,92%
Total	556	57,74%	358	39,51%	149	16,93%

1. Calculado como o total de colaboradores avaliados no ano em cada categoria dividido pelo headcount de cada categoria no encerramento do período.

Novos talentos e oportunidades

Com a conquista de novos negócios e a internacionalização para atuação em outros países da América Latina, criamos oportunidades para que novos profissionais e jovens talentos possam ingressar em carreiras técnicas e administrativas em nossa Companhia. Em 2025, quase metade (45,7%) das contratações que realizamos foram para vagas abertas no Chile, na Colômbia e no Peru.

A ampliação das operações internacionais levou a um aumento de 2,7 pontos percentuais na taxa de rotatividade na comparação com o ano anterior. Encerramos o ano com um índice de 22,5%. Considerando apenas o quadro funcional no exterior, a taxa sobe para 38,3%.

Os programas de estágio são a principal avenida para que novos talentos, alinhados à nossa cultura corporativa, possam iniciar suas jornadas profissionais no setor elétrico. Nesse sentido, temos fortalecido nossa presença em feiras de estágio e eventos com universidades, no Brasil e no exterior.

Em 2025, concluímos a primeira turma do Programa de Estágio Técnico, com a contratação de 33% dos estudantes que participaram do ciclo de desenvolvimento. Ainda no último ano, iniciamos o Programa

de Estágio Novos Talentos, com a abertura de 20 vagas para áreas administrativas nos escritórios do Brasil e da Colômbia. Um dos diferenciais dessa iniciativa é a preparação dos estagiários para uma atuação estratégica e de longo prazo na Companhia. O ciclo de desenvolvimento conta com um processo de integração aos negócios, interação com a liderança, trilha de desenvolvimento comportamental e de gestão.

A qualidade da nossa gestão sobre o capital humano tem sido sistematicamente reconhecida nos últimos anos. Em 2025, novamente nossa Companhia foi

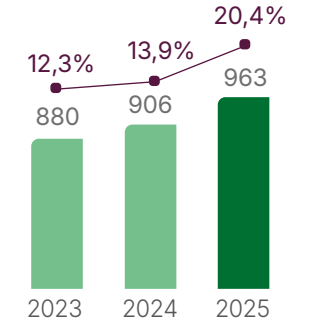
selecionada para o *ranking* Lugares Mais Incríveis para Trabalhar, elaborado pela FIA Business School.

Além disso, com o uso de ferramentas digitais e de inteligência artificial, temos aprimorado os mecanismos para capturar as percepções dos nossos colaboradores e identificar oportunidades de melhoria em nossa forma de gestão. Alcançamos uma participação de 91% do total de colaboradores na última edição da nossa Pesquisa de Clima, um importante instrumento para mapeamento do clima organizacional e avaliação das nossas práticas.



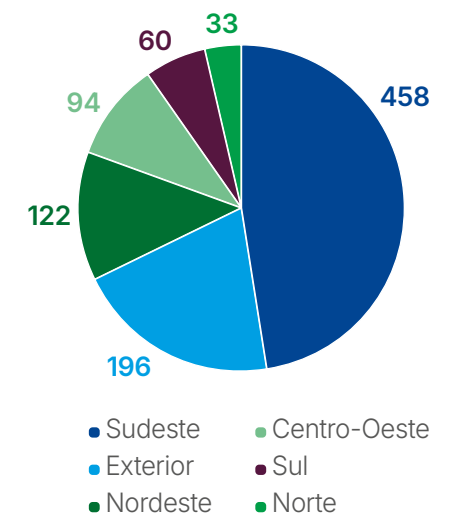
Turma 2025 de estagiários da Alupar (São Paulo)

Crescimento e internacionalização das equipes



- Total de colaboradores
- Percentual do quadro funcional no exterior

Colaboradores por região em 2025



Diversidade

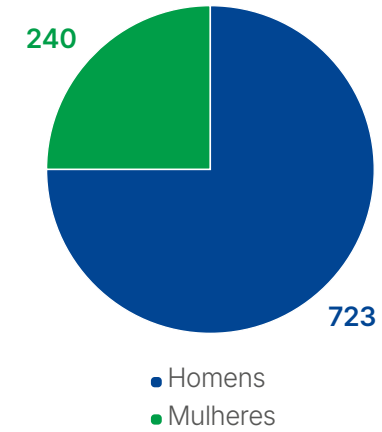
Em nossa Companhia, buscamos promover um ambiente de trabalho inclusivo e diverso, no qual todos os colaboradores podem desenvolver o máximo de seu potencial profissional sem nenhum tipo de discriminação ou preconceito. Essa visão faz parte dos valores que sustentam a maneira como trabalhamos e é impulsionada de forma estruturada por meio do Programa Alento.

Implementado há quatro anos, o Programa Alento é gerenciado pelo Grupo de Trabalho de Diversidade e Inclusão, colegiado que reúne gestores e colaboradores de diferentes áreas e se reporta diretamente ao Comitê

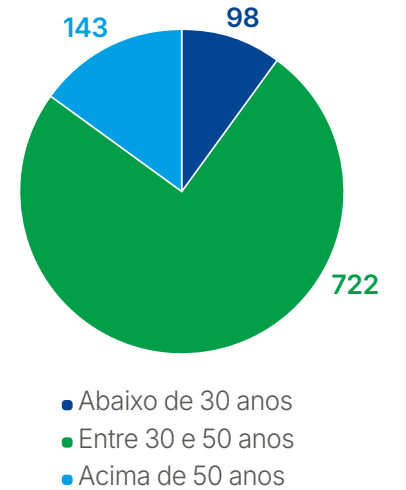
de Sustentabilidade. Em 2025, demos continuidade às atividades de letramento e conscientização das nossas lideranças, abordando aspectos relacionados à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, e aplicamos treinamento de prevenção e combate ao assédio e à discriminação no ambiente de trabalho.

Para o ciclo de 2026, iremos fortalecer a promoção do respeito em nossas ações, dando continuidade às capacitações em combate ao assédio moral e sexual, respeito à diversidade e aos direitos humanos e ferramentas de comunicação não violenta (CNV).

Colaboradores por gênero em 2025¹

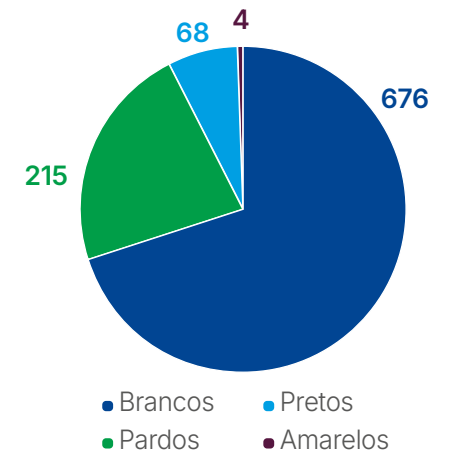


Colaboradores por faixa etária em 2025¹



Escritório corporativo (São Paulo)

Colaboradores por raça em 2025¹



1. Considera dados das fichas de admissão dos colaboradores, conforme sistema de folha de pagamento na data-base de 31/12.

Segurança e saúde

A segurança é a prioridade da nossa Companhia em todas as fases dos projetos que desenvolvemos, desde a implementação até a operação. Nosso sistema de gestão possui políticas e diretrizes aplicáveis a 100% dos negócios no Brasil e no exterior, além de procedimentos de trabalho específicos para mitigar riscos de acidentes e incidentes em cada tipo de segmento em que atuamos. Dessa forma, atendemos aos requisitos legais de cada um dos países nos quais estamos presentes, em especial as Normas Regulamentadoras no Brasil, o Decreto 44 no Chile, o Decreto 1072 na Colômbia e a Lei nº 29783 no Peru.

Em 2025, cada segmento de negócio (geração, transmissão e implantação de ativos) passou a ter sua própria equipe de segurança, formada por engenheiros e técnicos de segurança do trabalho. Essa estrutura responde diretamente ao diretor operacional e atua de acordo com premissas comuns, que desenvolvemos em linha com os melhores padrões setoriais.

Esse modelo descentralizado possibilita que o monitoramento e a avaliação das condições de segurança estejam mais próximos das áreas operacionais, o que dá mais agilidade



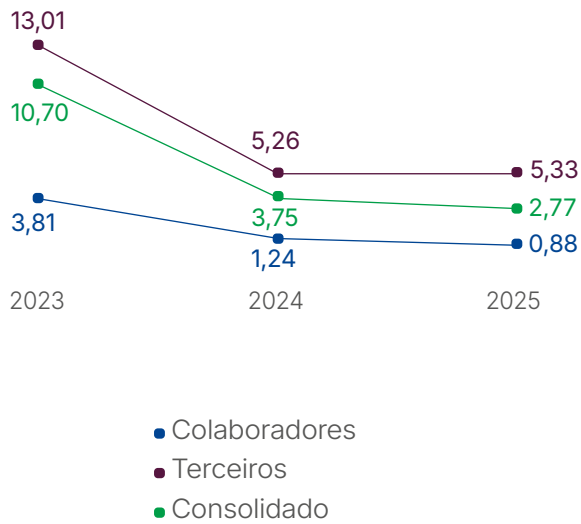
PCH Verde 8 (Goias)

às tomadas de decisão, à gestão dos processos e à resposta às contingências.

Continuamos a avançar no fortalecimento da nossa gestão de segurança em outras frentes ao longo do ano. Concluímos a revisão da política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) e iniciamos a implementação de um sistema digital para centralização das informações e dados relacionados ao tema, como controle das permissões de trabalho, avaliações de risco e cumprimento de treinamentos

Consolidamos uma nova estrutura de equipes, direcionadas para cada segmento de negócio, e revisamos nossa política de SSO

Taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento



Criamos, ainda, a Comissão de Segurança, uma estrutura de apoio à Diretoria Executiva para acompanhamento da gestão e do desempenho corporativo. O colegiado reúne diretores e representantes das áreas de segurança de cada negócio, responsáveis pela avaliação de indicadores, discussões sobre rotinas e direcionamento de planos de trabalho com foco na melhoria contínua.

No período, registramos uma evolução significativa dos indicadores de saúde e segurança ocupacional. Além de reduzirmos a taxa de frequência de acidentes com e sem afastamento em 26,1%, tivemos uma diminuição de 99,7% da taxa de gravidade. O desempenho reflete o amadurecimento do sistema de gestão e da cultura de segurança, com foco em medidas preventivas e no envolvimento direto das contratadas.

Nossas diretrizes e políticas de SSO são compartilhadas com os fornecedores, e estabelecemos, por meio de cláusulas contratuais, a obrigatoriedade de adesão aos nossos padrões de gestão por parte das empresas contratadas. Nos projetos em construção e nos ativos em operação, nossas equipes próprias inspecionam *in loco* as condições de segurança e aplicação das ferramentas para mitigação de riscos.

Todos os terceiros são adequadamente capacitados em aspectos de saúde e segurança. Exigimos das contratadas a apresentação dos respectivos certificados de treinamentos normativos e de proficiência, conforme as Normas Regulamentadoras aplicáveis. Além disso, os profissionais alocados em nossas unidades passam pela Integração Inicial

Operacional de SSO e são envolvidos nos Diálogos de Segurança.

Nosso modelo de gestão se apoia, adicionalmente, na atuação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPAs), instaladas nas unidades de acordo com a exigência legal e formadas por representantes designados pela Companhia ou eleitos diretamente pelos colaboradores. As CIPAs são o principal fórum estruturado para o engajamento dos profissionais no planejamento de ações de saúde e segurança ocupacional, tendo papel relevante na investigação de incidentes, na preparação da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) e na divulgação das campanhas de segurança.

Principais indicadores de segurança do trabalho	2025			2024			2023		
	Colaboradores	Terceiros	Consolidado	Colaboradores	Terceiros	Consolidado	Colaboradores	Terceiros	Consolidado
Número de acidentes registráveis	2	9	11	2	14	16	7	71	78
Número de acidentes com óbito	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Taxa de frequência de acidentes registráveis ¹	0,88	5,33	2,77	1,24	5,26	3,75	3,81	13,01	10,70
Taxa de gravidade de acidentes ¹	1,75	30,22	13,86	1,87	6.097,94	3.803,35	nd	nd	nd

1. Taxas calculadas com o fator de 1 milhão de horas-homem trabalhadas.

Saúde e bem-estar

Para que nossos colaboradores desempenhem suas atividades com o máximo potencial, promovemos um ambiente de trabalho saudável e de atenção à saúde física e mental. Desenvolvemos nosso Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) de acordo com todos os parâmetros regulatórios, estabelecendo rotinas de exames periódicos e análises clínicas.

Um médico do trabalho acompanha e fornece orientações para a melhoria das condições de saúde dos nossos colaboradores. Conduzimos, ainda, programas para avaliar e aprimorar a ergonomia em nossas unidades e escritórios, além de ações de comunicação contínuas para incentivar a adoção de hábitos saudáveis. Também exigimos que nossas contratadas possuam seus próprios PCMSOs devidamente implementados, monitorando de forma documental a vigência dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) dos terceiros que atuam em nossas operações.

Em 2025, com o objetivo de ampliar o alcance das campanhas de educação e conscientização, realizamos palestras de médicos e especialistas. Nesses encontros, apresentamos informações mais detalhadas sobre a importância de medidas preventivas para o combate ao câncer de mama e de próstata, a doenças cardíacas e outros temas.

Além disso, por meio do programa Bem-Estar Viva+, oferecemos suporte para que nossos colaboradores pratiquem atividades físicas e exercícios que melhoram a qualidade de vida e as condições de saúde.

Programa Bem-Estar Viva+

O programa Bem-Estar Viva+ é direcionado para contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nossos colaboradores. Apoiado em quatro pilares, busca fortalecer um ambiente de trabalho saudável e o equilíbrio entre desenvolvimento pessoal e profissional.

Social

Incentivo ao voluntariado, fortalecimento das relações interpessoais, celebração de conquistas para aprofundar o senso de equipe, campanhas em datas comemorativas e evento mensal de aniversariantes.

Financeiro

Oferta de plano de previdência privada e seguro de vida e campanhas e conteúdos relacionados à educação financeira.

Físico

Estímulo à atividade física, à alimentação saudável e ao acesso a serviços médicos, benefício Wellhub e subsídio para a realização de corridas de rua e prática de vôlei misto.

Mental

Suporte psicológico, acompanhamento de gestantes (com destaque para o kit maternidade) e campanhas e conteúdos relacionados à saúde emocional.





Associação Vaga Lume (Pará)

COMUNIDADES

Para potencializar os impactos positivos do nosso modelo de negócio, atuamos próximos às comunidades locais onde estão presentes nossos ativos de geração e transmissão de energia, além de promover iniciativas de responsabilidade social em outros territórios. Em 2025, estruturamos nossa Estratégia de Investimento Social Privado (ISP), com o objetivo de gerar valor a partir de projetos que apoiam o desenvolvimento local.

Essa estratégia consolida e fortalece iniciativas e ações que já realizávamos de maneira descentralizada, com a atuação direta das unidades de negócio. Ela estabelece diretrizes e pilares que orientam a destinação de recursos e o apoio a projetos nos territórios.

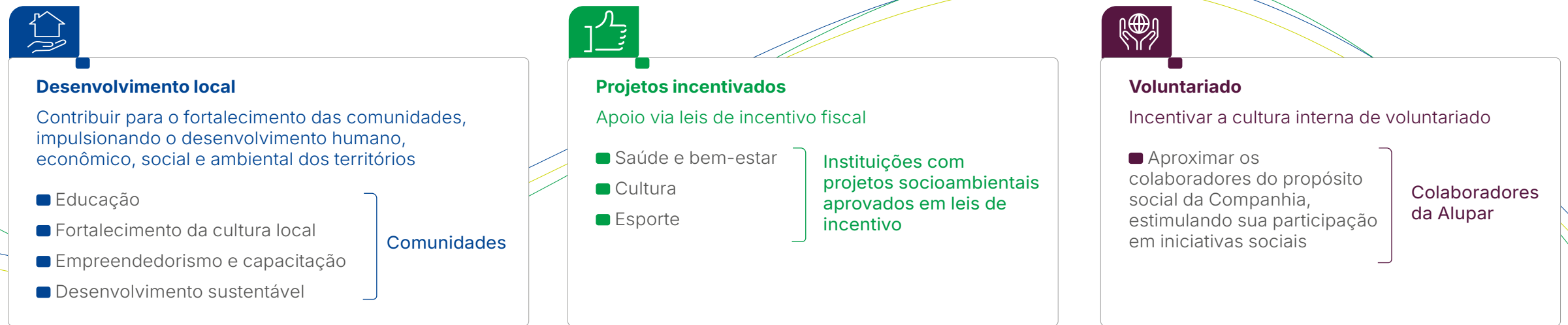
A Estratégia de ISP foi construída em um processo estruturado de diagnóstico e planejamento, que envolveu entrevistas internas, análise das nossas diretrizes, políticas e práticas, estudos de *benchmarking* setorial e o desenvolvimento da nossa Política de Investimento Social. A partir de 2026,

realizaremos a divulgação das diretrizes e orientações para todas as unidades e a implementação da nova estrutura de governança.

Com essa iniciativa, nossa Companhia formalizou o seu propósito social: **ser um agente de transformação positiva nos territórios onde está presente e naqueles impactados por suas iniciativas, fortalecendo as potencialidades locais e contribuindo para a construção de um legado duradouro de desenvolvimento sustentável.**

Nossos investimentos são materializados em três frentes de atuação – Desenvolvimento Local; Projetos Incentivados; e Voluntariado. Cada uma delas conta com pilares que norteiam a aplicação das leis de incentivo, seleção de projetos e parcerias e destinação de recursos financeiros. A implementação da Estratégia de ISP é liderada pela Comissão de Sustentabilidade.

Estratégia de Investimento Social da Alupar



Em 2025, destinamos R\$ 6,3 milhões para apoiar o desenvolvimento de projetos com impactos socioeconômicos e ambientais positivos sobre as comunidades locais. Desse total, R\$ 4,5 milhões são oriundos de diferentes leis de incentivo, com destaque para a Lei de Incentivo à Cultura e a Lei de Incentivo ao Esporte.

Entre as diferentes iniciativas apoiadas pela Companhia está o patrocínio a projetos esportivos, como a Rede Tênis Brasil, que promovem a integração de crianças e adolescentes a um universo que desenvolve princípios éticos, de integridade, resiliência e espírito de equipe – importantes também para a formação cidadã e nos negócios.

Também lançamos uma nova edição do Plano de Investimento Social (PIS) da UHE Ferreira Gomes, que apoia projetos sociais em benefício das comunidades locais no Amapá. Após a estruturação bem-sucedida do PIS, temos o objetivo de implementar essa metodologia em outros ativos de geração no Brasil.


Incentivamos, adicionalmente, nossos colaboradores a participarem de ações voluntárias, como forma de ampliar a conexão dos nossos profissionais com as comunidades locais e fortalecer valores essenciais da nossa cultura corporativa. No último ano, nossos colaboradores estiveram presentes em campanhas de doação de sangue e de produtos de higiene pessoal e visitas a um centro de acolhimento a idosos, entre outras atividades.

Investimento social privado por fonte de recursos (R\$ mil)	2025	2024	2023
Recursos incentivados Lei Rouanet (cultura)	2.278	3.150	2.695
Recursos incentivados Lei do Esporte	1.098	1.560	1.385
Recursos incentivados Fumcad	584	775	690
Recursos incentivados Fundo de Amparo ao Idoso	585	705	683
Recursos incentivados Pronon/Pronas	0	200	120
Recursos próprios ¹	1.705	710	nd
Total de investimentos	6.250	7.100	5.573

1. Considera investimentos voluntários e aqueles relacionados ao licenciamento ambiental dos ativos.



Campanha de Doação de Sangue (São Paulo)

A photograph showing two women in a warm embrace. The woman in the foreground is wearing glasses and a colorful patterned headscarf. The woman behind her has her arms around her. They are in a brightly lit room with a green banner in the background that says 'FELIZ DIA' and 'RESPEITO'. There are bookshelves and other community items visible in the background.

Associação
Vaga Lume
(Pará)

Leitura e conexão aos conhecimentos tradicionais

Nossa parceria com a Associação Vaga Lume fortalece a instalação e manutenção de bibliotecas comunitárias na região amazônica, ampliando o acesso à leitura, à cultura e ao conhecimento em comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

A iniciativa contribui para a manutenção de espaços comunitários de aprendizagem e para o estímulo à leitura em territórios onde o acesso a recursos culturais e educacionais é mais limitado, promovendo o desenvolvimento local e a valorização das identidades culturais das comunidades atendidas.

A instituição também promove viagens imersivas às comunidades participantes do projeto. Em 2025, dois colaboradores da Alupar (um da área social e outro selecionado por sorteio) participaram dessa ação em Santarém, no estado do Pará. Os participantes vivenciaram de perto o impacto das bibliotecas comunitárias e contribuíram em atividades voluntárias, como a mediação de leitura às crianças e aos moradores locais. A iniciativa reforça a conexão entre a Companhia, seus profissionais e os territórios beneficiados pelos projetos apoiados.

Gestão de impactos sociais

A implantação e a operação dos ativos de geração e de transmissão de energia geram interferências nas dinâmicas locais, podendo impactar as comunidades de maneiras diferentes com efeitos potencialmente positivos e negativos. A gestão desses impactos socioambientais, mapeados e priorizados nos Estudos de Impacto Ambiental e nos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), é realizada de maneira integrada, buscando não apenas o cumprimento legal, mas também a excelência e o fortalecimento do relacionamento com os públicos externos.

Na fase de construção dos novos projetos, atuamos para minimizar impactos transitórios sobre as comunidades locais. Entre os principais efeitos percebidos estão o aumento do fluxo de veículos pesados e riscos de acidentes e danos a estradas e outros tipos de infraestrutura. Também podem ocorrer efeitos positivos, como a geração de empregos e contratação de mão de obra local para atuação nos canteiros de obras.

No segmento de transmissão, um dos aspectos mais relevantes a

serem gerenciados diz respeito ao relacionamento com os proprietários de terras pelas quais passarão as linhas e nas quais serão instaladas as subestações. Com o objetivo de mitigar os impactos negativos e estabelecer relações íntegras e transparentes, nossas áreas de Engenharia, Meio Ambiente e Gestão Fundiária atuam de forma integrada, com uma visão abrangente das demandas locais e exigências de cada projeto.

Ainda na fase de concepção do projeto, identificamos os melhores traçados e localidades para a instalação das torres, subestações e outros equipamentos necessários, visando evitar impactos em áreas sensíveis sob as perspectivas social e ambiental. Buscamos minimizar a interferência em locais densamente povoados, territórios de comunidades indígenas e quilombolas e outros povos tradicionais, reservas ambientais ou áreas de alto valor para a biodiversidade, entre outros critérios.

Uma vez definido o traçado para a construção das linhas de transmissão,



TPE (Bahia e Minas Gerais)

Planejamos o traçado de nossas linhas e os locais para instalar equipamentos a fim de evitar a interferência em áreas social ou ambientalmente sensíveis

realizamos o cadastramento e a qualificação das propriedades impactadas. Nessa etapa, conduzimos uma avaliação jurídica detalhada para garantir a correta titularidade dos imóveis e a indenização cabível aos proprietários e possuidores, a avaliação de benfeitorias e ativos para mensurar possíveis perdas econômicas e medidas mitigadoras de impactos psicossociais.



Treinamento de Resgate em Altura (Mato Grosso)

Nossos ativos de transmissão são implementados contando com faixas de servidão, que permitem a coexistência da linha com a manutenção da posse da terra, com as devidas compensações em razão da restrição de uso. Em casos excepcionais, existe a necessidade de deslocamento físico e realocação de pessoas. Nessas situações, estruturamos planos de reassentamento que permitem o restabelecimento ou até a melhoria das condições de moradia e meios de subsistência das pessoas impactadas.

Em todo o processo, o diálogo com as partes interessadas e o engajamento das comunidades locais são um pilar do nosso modelo de atuação. Para os projetos em implantação no Chile, na Colômbia e no Peru, possuímos uma equipe dedicada à gestão social. No Brasil, colaboradores próprios da área de Meio Ambiente da nossa Companhia lideram as interlocuções, com o apoio técnico de outras áreas pertinentes aos temas tratados. Além disso, realizamos audiências e consultas públicas, conforme ritos de cada licenciamento, para esclarecer dúvidas dos públicos.

Em 2025, essa forma de atuação destacou-se nos processos de implantação da TECP, responsável pela construção de 551 quilômetros de linhas de transmissão

entre os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e da TPC, cuja linha terá 509 quilômetros em Minas Gerais. Nesses projetos, interagimos com proprietários e possuidores de 883 propriedades e realizamos o pagamento de R\$ 47,4 milhões a título de indenização. No âmbito dos projetos na América Latina, a TEL e a TCE conduziram processos de regularização fundiária no período, somando 59 propriedades e R\$ 5,9 milhões em pagamentos. Nenhum desses casos demandou o deslocamento ou o reassentamento de famílias em 2025.

Mantemos, ainda, programas contínuos para que as comunidades possam acompanhar a evolução dos projetos e canais para o recebimento de queixas e reclamações, com procedimentos formais de tratamento e resposta. Nesse contexto, merecem destaque o Programa de Comunicação Social (PCS) e o Programa de Educação Ambiental (PEA) realizados pelas unidades.

Os canais para comunicação com a Companhia disponibilizados são as Ouvidorias dos segmentos de geração e de transmissão, no Brasil e na América Latina. Os meios de contato (telefone, e-mail e formulários físicos) são divulgados nas próprias unidades.

Comunidades indígenas

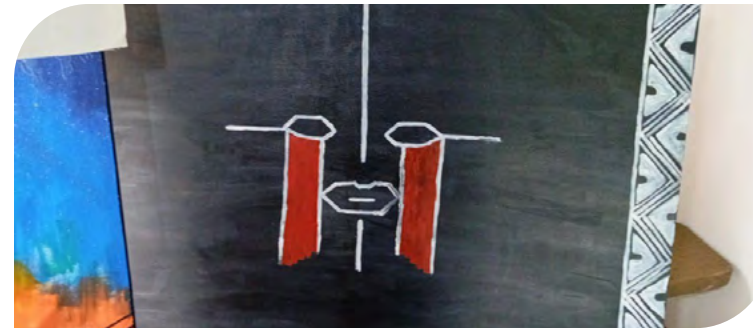
Em nosso portfólio de ativos, três empresas de transmissão de energia possuem programas para gerenciar potenciais impactos sobre comunidades indígenas: a EBTE, a TNE e a ELTE. As iniciativas e ações de relacionamento com esses públicos são planejadas e conduzidas de acordo com diretrizes e procedimentos definidos pelos órgãos governamentais e formalizados no âmbito dos processos de licenciamento ambiental.

Três empresas de nosso portfólio possuem planos de gestão para prevenir, mitigar e compensar impactos sobre comunidades indígenas

Todas as medidas de prevenção, mitigação ou compensação de impactos são consolidadas no Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA) e acompanhadas periodicamente por meio de relatórios ao órgão licenciador.

Uma das iniciativas realizadas em 2025 foi o lançamento do livro "Sonhos do Xeramõi" e de um curta-metragem sobre a comunidade indígena Tekoá Mirim. A história da etnia é narrada no idioma tupi-guarani, pelos membros mais antigos da comunidade, destacando costumes e tradições locais. A iniciativa conclui o CI-PBA da transmissora ELTE.

A EBTE é responsável pela execução do CI-PBA da Linha de Transmissão Parecis-Brasnorte-Juba, voltado para o acompanhamento e a implementação de medidas socioambientais nas terras indígenas localizadas na área de influência do projeto. A TNE, energizada em 2025, estabeleceu um modelo de relacionamento proativo com a comunidade indígena Waimiri-Atroari.



EBTE (Mato Grosso)

Para todas as comunidades, também desenvolvemos programas de comunicação social e educação ambiental, com foco na conscientização sobre o funcionamento das instalações, prevenção de queimadas e segurança nas áreas próximas às estruturas, em atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental e às diretrizes regulatórias da ANEEL.



Clique aqui e assista ao documentário "Sonhos do Xeramõi - Tekoá Mirim"

STC (Santa Catarina)



MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Nossa atuação no setor elétrico tem uma contribuição direta e positiva para a transição energética e a mitigação das mudanças climáticas provocadas pelo aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera.

No segmento de geração, operamos ativos que produzem energia elétrica 100% renovável, proporcionando a substituição de fontes fósseis na matriz energética nacional. Além disso, nossos ativos de transmissão conectam usinas hidrelétricas, complexos eólicos e parques fotovoltaicos aos principais centros de carga do país, viabilizando a entrega de energia renovável aos consumidores das regiões densamente povoadas. Em 2025, por exemplo, a conclusão do projeto da TNE viabilizou a ligação do estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), reduzindo a dependência local por geradores movidos a combustíveis fósseis.

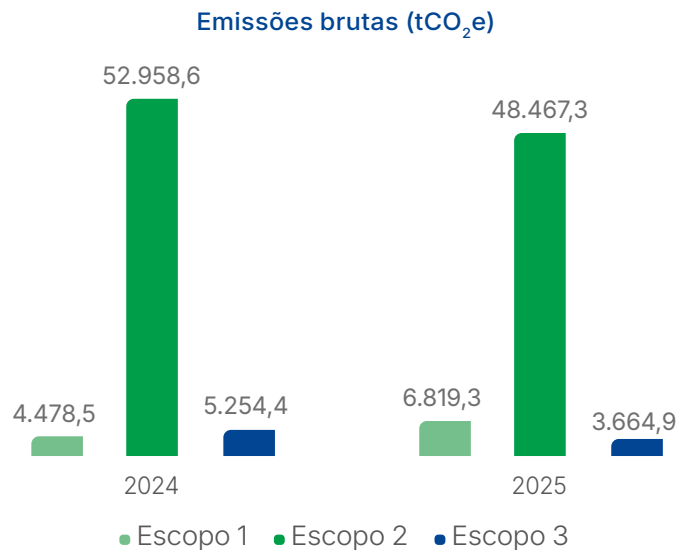
Com geração 100% renovável e investimentos para ampliar a rede de transmissão de energia, nosso negócio está diretamente conectado à agenda de mudanças climáticas



TSM (São Paulo)

A fim de potencializar esse impacto positivo, gerenciamos nossas atividades operacionais também com foco na redução das emissões e da intensidade de carbono. Adotamos as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol e publicamos, desde 2023, nosso inventário anual de emissões de GEE no Registro Público de Emissões. O documento, classificado com o Selo Ouro, abrange nossas emissões de GEE diretas (escopo 1) e indiretas (escopos 2 e 3) e é verificado por terceira parte.

O inventário de GEE tem a função de mapear as fontes de emissão e indicar oportunidades de melhoria para reduzir a pegada de carbono em nossa cadeia de valor. Os dados são contabilizados por meio de uma plataforma digital, que realiza o cálculo automático das emissões e de indicadores de intensidade por segmento de negócio a partir de informações operacionais inseridas diretamente pelas unidades. Esse levantamento é fundamental para que possamos, no futuro, definir metas de redução de emissões adequadas para o nosso modelo de negócios.



Inventário de GEE (tCO ₂ e) ¹	2025	2024 ²	2023
Escopo 1			
Emissões brutas	6.819,3	4.478,5	110.417,7
Emissões biogênicas ³	1.671.648,7	281.369,8	3.012.276,5
Remoções biogênicas ⁴	1.351,2	1.709,7	1.480,4
Escopo 2 – abordagem de localização			
Emissões brutas	48.467,3	52.958,6	35.996,8
Emissões biogênicas	0,4	2,2	0,1
Remoções biogênicas	0,0	0,0	0,0
Escopo 2 – abordagem de escolha de compra			
Emissões brutas	48.293,4	52.709,5	na
Emissões biogênicas	0,4	2,2	na
Remoções biogênicas	173,9	249,1	na
Escopo 3			
Emissões brutas ⁵	3.664,9	5.254,4	755,4
Emissões biogênicas	352,2	547,4	20,2
Remoções biogênicas	0,0	0,0	0,0

1. Elaborado conforme diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol na abordagem de controle operacional. Considera os gases CO₂, CH₄, N₂O e SF₆. Não estamos sujeitos a regulamentos de limitação ou de reporte obrigatório das emissões. Os valores são preliminares e estão sujeitos a alterações após a verificação externa por terceira parte independente. Para acessar os dados finais referentes ao período de 2025, [clique aqui](#) e consulte o Registro Público de Emissões. O ano de 2022 é considerado como ano-base para o inventário, período em que registramos 2.430,8 tCO₂e de emissões brutas no escopo 1 (emissões biogênicas não apuradas), 43.536,1 tCO₂e na abordagem de localização do escopo 2 (abordagem de escolha de compra não apurada) e 13.262,6 tCO₂e de emissões brutas no escopo 3 (emissões biogênicas não apuradas).

2. Em 2024, alteramos a premissa para o cálculo das emissões de escopo 1, deixando de considerar a mudança do solo relacionada aos reservatórios das usinas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas em nosso portfólio. A falta de consenso metodológico e científico sobre a quantificação dessas emissões torna sua estimativa complexa e sujeita a alta incerteza.

3. Dados históricos reapresentados por erro de consolidação, sem impacto material. Os valores previamente relatados eram de 283.079,5 tCO₂e em 2024 e 3.013.756,8 tCO₂e em 2023.

4. Dado de 2024 reapresentado por erro de consolidação, sem impacto material. O valor previamente relatado foi de 0,0 tCO₂e.

5. Dado de 2023 reapresentado por erro de consolidação. O valor previamente relatado foi de 3.755,4 tCO₂e.

Em 2025, as emissões de escopo 1 aumentaram 52,3% na comparação com o ano anterior, em razão de uma emissão fugitiva extraordinária de gás SF₆ (hexafluoreto de enxofre) na TPE, decorrente de um incidente com um disjuntor. Utilizado em sistemas de isolamento elétrico e com elevado potencial de aquecimento global, o SF₆ é a principal fonte de emissão direta em nosso modelo de negócio. Para mitigar esses impactos, temos implementado tecnologias de monitoramento para evitar vazamentos em nossos equipamentos, bem como intensificado planos e ações de manutenção preventiva nos ativos de transmissão. Para os próximos anos, a expectativa é que o volume de emissões de SF₆ seja reduzido consideravelmente com

a modernização da Subestação Centro, da TECP, devido à substituição dos equipamentos antigos e à troca do sistema de isolamento.

Além disso, o consumo de combustíveis para movimentação da frota de veículos operacionais influencia diretamente nossa pegada de carbono. No último ano, iniciamos um programa para priorização do etanol no abastecimento dos veículos operacionais compatíveis com o biocombustível. O acompanhamento do consumo é realizado de forma sistêmica, utilizando cartões corporativos para registro das transações de abastecimento. A ferramenta permite consolidar valores e volume de combustível utilizado, contribuindo para o controle operacional e o monitoramento de indicadores relacionados ao uso da frota.

Consumo de combustíveis em 2025 por atividade significativa (GJ)	Frota de veículos leves de O&M	Frota de veículos utilitários de O&M	Combustão estacionária em geradores	Outras atividades	Total
Não renováveis					
Acetileno	0,0	0,0	0,0	11,5	11,5
Diesel	3.503,9	5.569,9	1.691,6	1.555,2	12.320,6
Gasolina	1.903,8	88,9	0,0	169,9	2.162,6
GLP	0,0	0,0	0,0	11,2	11,2
Querosene de aviação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subtotal combustíveis não renováveis	5.407,6	5.658,8	1.691,6	1.747,8	14.505,9
Renováveis					
Etanol	3.240,4	0,0	0,0	0,0	3.240,4
Biomassa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subtotal combustíveis renováveis	3.240,4	0,0	0,0	0,0	3.240,4
Total de energia autogerada pelo consumo de combustíveis	8.648,0	5.658,8	1.691,6	1.747,8	17.746,3

No escopo 2, contabilizamos todas as emissões decorrentes das perdas na transmissão de energia – elas representam praticamente 99% do total de emissões de GEE nesse segmento. Essas perdas físicas são inerentes ao processo de transmissão e não podem ser gerenciadas, limitando nossa capacidade de mitigação. As emissões associadas à aquisição de energia elétrica, utilizada exclusivamente para o abastecimento dos escritórios corporativos e das unidades no Brasil, são 100% compensadas com a aquisição de I-RECs, certificados que comprovam a geração a partir de fontes renováveis.

As emissões de escopo 3 refletem as atividades indiretas da nossa cadeia de valor. No último ano, alcançamos uma redução de 29,4% na comparação anual. A principal alavanca para esse desempenho foi a redução do envio de macrófitas retiradas dos reservatórios das UHEs e PCHs para aterros. Essa destinação ocorre de forma pontual, após as atividades de conservação e manutenção.



UHE Foz do Rio Claro (Goiás)

Nossas emissões associadas ao consumo de eletricidade são 100% compensadas com a aquisição de I-RECs, que asseguram a geração a partir de fontes renováveis

Energia elétrica adquirida de terceiros (GJ) ¹	2025	2024	2023
Adquirida da rede sem garantia de origem renovável (Brasil)	0,0	0,0	15.646,8
Adquirida da rede com garantia de origem renovável (Brasil)	13.718,1	16.039,8	0,0
Adquirida da rede (Peru/Colômbia/Chile)	114,6	246,0	nd
Autogerada pelas usinas certificadas para consumo interno	8.112,1	12.164,0	4,6
Total de eletricidade adquirida	21.944,9	28.449,8	15.651,4

1. Não há aquisição de outros tipos de energia.

Riscos e oportunidades climáticos

Para fortalecer nossa gestão sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, iniciamos em 2023 um trabalho para avaliar os potenciais efeitos dos cenários climáticos futuros sobre os nossos negócios de geração e de transmissão de energia. Na primeira parte desse processo, realizamos um estudo para identificar os principais riscos (físicos e de transição) que poderiam impactar os ativos e a continuidade das nossas atividades.

Com base nas recomendações e orientações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), mapeamos tipos de riscos físicos associados à maior ocorrência de

eventos climáticos extremos que podem causar danos à infraestrutura que operamos – como tempestades, inundações, deslizamentos e ondas de calor que aumentam a probabilidade de ocorrências de queimadas. Identificamos, adicionalmente, riscos de transição que podem influenciar nosso modelo de negócios, como mudanças regulatórias, taxação de emissões e precificação de carbono e o aumento de exigências ambientais.

Em 2025, as conclusões desse estudo inicial foram utilizadas como um dos insumos para a revisão e construção da Matriz de Riscos Corporativos. Assim,

os eventos climáticos extremos foram incorporados à nossa biblioteca de riscos e priorizados para o desenvolvimento de planos de ação e controles para mitigar impactos negativos sobre os negócios de geração e de transmissão.

O modelo de gestão dos riscos e oportunidades climáticos está integrado à nossa estrutura de governança corporativa. No nível estratégico, o Conselho de Administração é responsável por aprovar e acompanhar a Estratégia de Sustentabilidade, que inclui as diretrizes e prioridades relacionadas à gestão ambiental e climática.

Principais riscos climáticos

Físicos	De transição
Escassez hídrica, tempestades, ondas de calor, deslizamentos e inundações	Precificação de carbono, transição para tecnologias de baixo carbono, inclusão de variável climática em processos de licenciamento, desenvolvimento tecnológico incipiente para a redução de emissões e obrigatoriedade de reporte climático a reguladores, investidores e demais <i>stakeholders</i>

Principais medidas de mitigação dos riscos

- Monitoramento via satélite das condições climáticas
- Manutenção preventiva dos equipamentos para aumento da resiliência em situações de estresse
- Estoque de peças de reposição para rápida substituição em caso de eventos extremos
- Planos de contingência e de atuação em emergência
- Plano de Segurança de Barragens
- Seguros para os principais equipamentos das subestações

Principais oportunidades climáticas

- Comercialização de créditos de carbono e I-RECs
- Elaboração de Plano de Adaptação Climática
- Emissão de títulos de financiamento atrelados a métricas climáticas
- Desenvolvimento de novos produtos e serviços para uma economia de baixo carbono

Para apoiar o Conselho, contamos com o Comitê de Sustentabilidade, responsável por analisar e discutir temas relacionados à agenda do desenvolvimento sustentável, incluindo riscos e oportunidades climáticos. No âmbito executivo, a Diretoria Executiva é responsável pela implementação da estratégia e pela condução das iniciativas.

O estudo também evidenciou que as mudanças climáticas impulsionam oportunidades associadas à maior demanda por energias renováveis. Com um portfólio de geração 100% renovável e experiência consolidada no desenvolvimento de projetos *greenfield* de transmissão, estamos capacitados para atuar em ciclos de aumento da demanda por novas infraestruturas no Brasil e no exterior.

Outro efeito positivo do nosso modelo de negócio relacionado ao contexto de mudanças climáticas e transição energética é a geração de créditos de carbono, que podem ser comercializados para indústrias e outras empresas que possuem compromissos obrigatórios ou voluntários de compensação de emissões de GEE. Os certificados, reconhecidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) criado pelo Protocolo de Kyoto, atestam que nossos ativos contribuem para a substituição de fontes fósseis de energia e promovem a redução global de emissões.

Em nosso portfólio de geração, seis ativos de geração estão habilitados para emissão de créditos de carbono como projetos MDL. Em 2025, comercializamos certificados que representam 638,4 mil toneladas de carbono (tCO₂e) que deixaram de ser emitidas. Além disso, a PCH Verde 8 e o Complexo Eólico Agreste Potiguar estão habilitados para emitir certificados I-REC, que atestam aos nossos clientes a aquisição de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis.



UFV Pitombeira e Complexo Eólico Energia dos Ventos (Ceará)

Ativos habilitados para a emissão de créditos de carbono (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL)

	Ano de certificação	Potencial de créditos (tCO₂e)	Créditos emitidos em 2025 (tCO₂e)	Créditos emitidos desde a habilitação (tCO₂e)
Complexo Eólico Energia dos Ventos	2018	1.401.918	233.752	239.992
UHE Foz do Rio Claro	2014	271.082	33.883	540.617
UHE Ferreira Gomes	2015	2.819.056	254.953	2.013.272
PCH Queluz	2010	810.717	115.817	609.724
PCH Lavrinhas	2019	294.748	0	153.522
Total	-	5.597.521	638.405	3.557.127

1. Em dezembro de 2023, solicitamos a transição dos projetos registrados como MDL para enquadramento no artigo 6.4 do Acordo de Paris. Essa transição está em andamento e pode levar cerca de dois anos para conclusão, por isso não houve emissão de créditos no período.

Inovação

A inovação é a principal alavanca para impulsionar a eficiência e a sustentabilidade no setor elétrico. Nós, da Alupar, atuamos apoiados em uma visão estratégica voltada para conectar novas ideias, tecnologias e soluções aos principais desafios operacionais, incluindo o fortalecimento de um modelo de negócio com maior eficiência energética e menor intensidade de carbono em toda a cadeia de valor.

Nosso Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) é realizado com base em um processo criterioso e colaborativo, com o engajamento e a participação de nossas lideranças e colaboradores, universidades e centros de pesquisa, *startups* e *hubs* de inovação. As diretrizes de PDI são estabelecidas pela Comissão de Inovação, que define os pilares de atuação alinhados aos valores e objetivos estratégicos da nossa Companhia.

Pilares do Programa de PDI



Cultura de Inovação

Promoção de ações de engajamento, treinamentos, mentorias e capacitação das equipes.



Melhoria Contínua

Apoiar a Companhia na prospecção e implementação de soluções inovadoras que gerem valor.



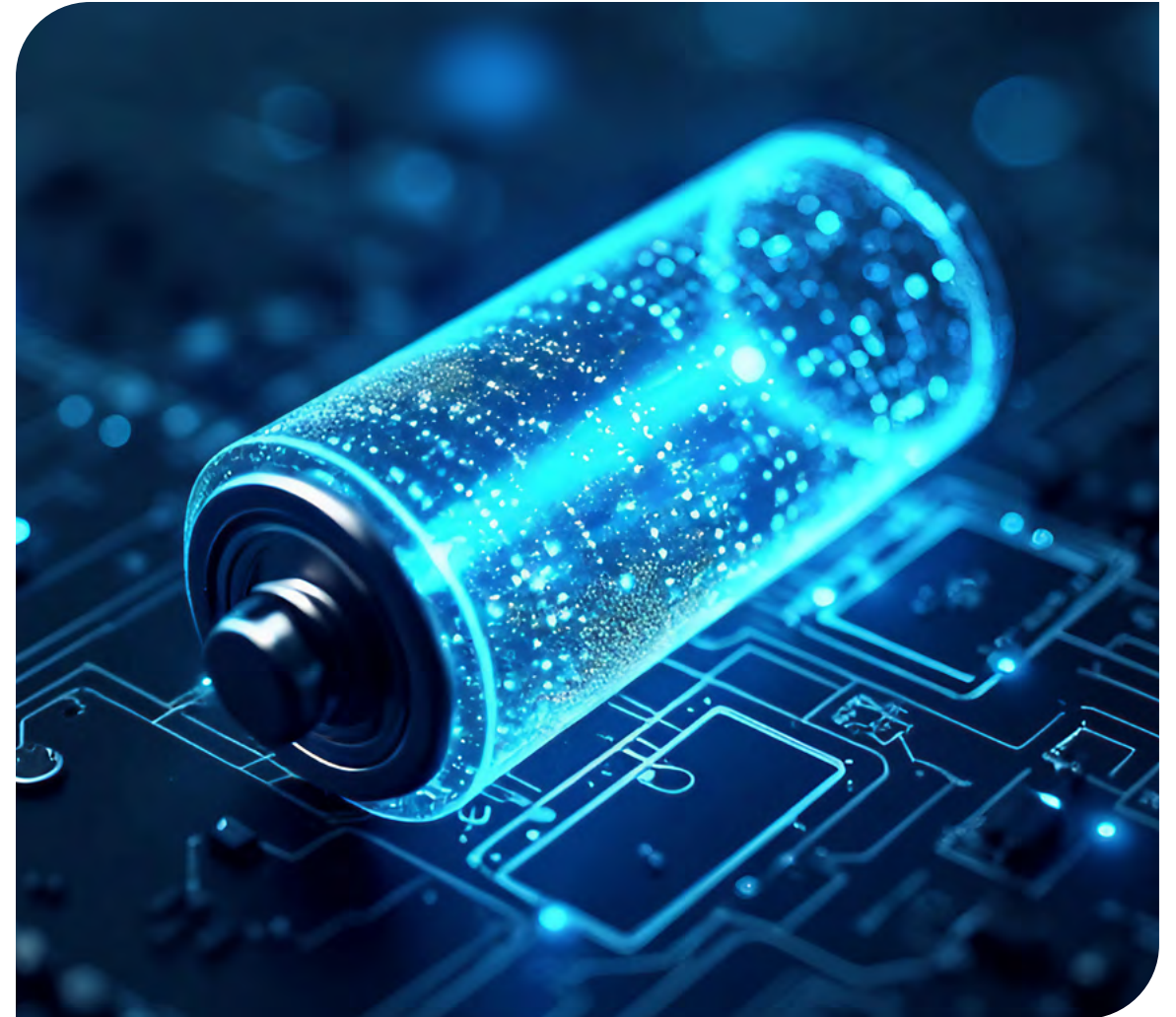
Inovação Aberta

Colaboração entre Alupar, ICTs, empresas e *startups* para desenvolver e incorporar soluções.



Pesquisa e Desenvolvimento

Execução de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) alinhados com a visão estratégica.



Ao longo do ano, avaliamos mais de 40 potenciais projetos de PDI, sendo 30% deles a partir de ideias sugeridas por nossos colaboradores

A partir dessas diretrizes, engajamos nossas áreas administrativas e operacionais e buscamos parceiros para o desenvolvimento de inovações que gerem valor e impactos positivos, de forma alinhada a desafios e oportunidades atuais do setor elétrico – como armazenamento de energia, inteligência artificial, digitalização, robótica e automação. Em 2025, mais de 40 potenciais projetos foram avaliados dentro da perspectiva dessas temáticas.

A origem das ideias e propostas é diversificada e evidencia a verticalização

da inovação em nossa Companhia. A maior parte dos projetos, 47,5% do total, foi concebida na Comissão de Inovação. Nossos colaboradores foram idealizadores de 30% dos projetos analisados, e outros 22,5% surgiram de parcerias com empresas e *startups* externas.

O desenvolvimento do Programa de PDI é alicerçado em recursos estinados conforme a Lei nº 9.991/2000, que estabelece a destinação de um percentual mínimo da receita operacional líquida para pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. Em 2025, o montante investido pela nossa Companhia foi de R\$ 3 milhões.

Um dos principais projetos de PDI iniciados em 2025 é o Adapta-Coral, desenvolvido em parceria com uma *startup* especializada em análise de dados e previsões meteorológicas. A iniciativa prevê o desenvolvimento de um sistema de inteligência artificial para a elaboração de previsões de chuvas e vazões em um contexto de adaptabilidade às mudanças climáticas

e hidrológicas, voltado para aprimorar a qualidade das previsões que apoiam estratégias e decisões de comercialização de energia.

Também demos continuidade, entre outras iniciativas em andamento, ao projeto NAATEC, que visa ao desenvolvimento de um protótipo de bateria de vanádio e ferro-enzofre, em substituição aos equipamentos de lítio já utilizados. A iniciativa busca alternativas para soluções de armazenamento de energia diante

de uma matriz de geração com maior presença de fontes intermitentes.

Além dos projetos de PDI, estivemos dedicados, em 2025, à melhoria da gestão do nosso portfólio e do modelo de governança da inovação. As atividades do período incluíram a prospecção e avaliação de instituições parceiras, a capacitação da equipe em inteligência artificial, participação em eventos externos, reorganização do site de inovação e gestão administrativa do portfólio vigente.

Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) (R\$ mil)

	2025	2024	2023
Planejamento de sistemas de energia elétrica ¹	2.571,7	2.105,0	2.019,0
Qualidade e confiabilidade dos serviços de energia elétrica ¹	0	42,4	49,2
Projetos de inovação corporativos	495,0	540,6	390,8
Outros ¹	456,9	1.187,5	0
Total	3.523,6	3.875,6	2.459,1

1. Recursos enquadrados no Programa de Pesquisa & Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).



MEIO AMBIENTE

ETES (Espírito Santo)



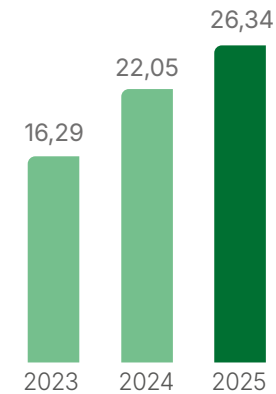
PCH Verde 8 (Goiás)

Água, resíduos e efluentes

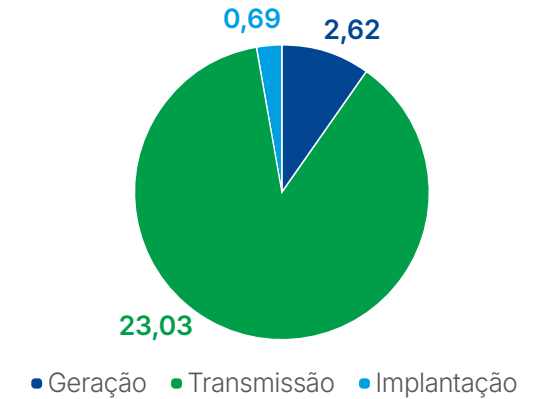
As atividades de operação e manutenção dos ativos de geração e de transmissão não são intensivas no uso de recursos naturais. A captação de água em nossas unidades é realizada exclusivamente com o objetivo de suprir a demanda de abastecimento de escritórios e instalações operacionais (banheiros, refeitórios etc.). No mesmo sentido, os efluentes gerados são caracterizados como domésticos e enviados para fossas, sumidouros ou tanques sépticos. Em conformidade com a legislação ambiental, monitoramos amostras de efluentes de forma regular, avaliando parâmetros como pH, demanda química de oxigênio (DQO) e demanda biológica de oxigênio (DBO).

Em 2025, nossas operações demandaram a captação de 26,3 mil metros cúbicos de água, sendo 87% desse volume nos ativos de transmissão operacionais. Em relação ao ano anterior, em que a captação totalizou 22,1 mil metros cúbicos, registramos um aumento de 19,5%. O principal fator para esse crescimento foi a melhoria de controles e medições, associada ao crescimento das operações. A captação em áreas com estresse hídrico representa menos de 5% do total, ocorrendo apenas nos ativos de geração eólica e solar, na PCH Verde 8 e na TCN.

Captação total de água (mil m³)



Captação de água em 2025 por segmento de negócios



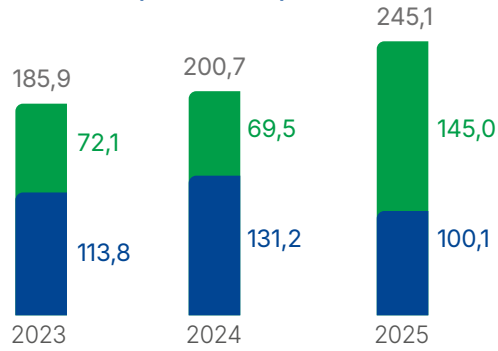
Captação de água consolidada da Alupar por fonte (mil metros cúbicos)¹

	2025	2024	2023
Total			
Água superficial	1,14	1,03	0,92
Água subterrânea	20,94	20,49	15,01
Água de terceiros	4,26	0,53	0,36
Total de água captada	26,34	22,05	16,29
Em áreas com estresse hídrico²			
Água superficial	0,00	0,00	nd
Água subterrânea	0,71	0,79	nd
Água de terceiros	0,55	0,00	nd
Total de água captada	1,26	0,79	nd

1. Assumimos como premissa que 100% dos volumes captados possuem concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) igual ou menor do que 1 grama por litro. Dados medidos por hidrômetros e medidores de vazão ou estimados a partir da quantidade de colaboradores.

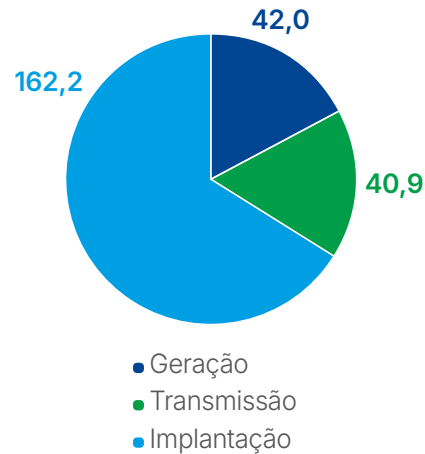
2. Refere-se às unidades com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme consulta de dados do Water Risk Atlas, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI).

Resíduos destinados (toneladas)



- Métodos que evitam disposição final
- Métodos de disposição final (aterro, incineração etc.)

Resíduos destinados em 2025 por segmento de negócios (toneladas)



Resíduos consolidados da Alupar destinados por tipo e método (toneladas)¹

	2025	2024	2023
Perigosos			
Métodos que evitam disposição final	23,6	0,9	8,0
Métodos de disposição final	31,5	41,8	46,3
Subtotal perigosos	55,1	42,7	54,3
Não perigosos			
Métodos que evitam disposição final	121,4	68,6	64,1
Métodos de disposição final	68,9	89,4	67,5
Subtotal não perigosos	190,0	158,0	131,6
Consolidado			
Métodos que evitam disposição final	145,0	69,5	72,1
Métodos de disposição final	100,1	131,2	113,8
Total de resíduos destinados	245,1	200,7	185,9

1. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas e devidamente homologadas. O monitoramento ocorre por meio da apresentação de documentações pelos parceiros.

Nossas UHEs e PCHs geram energia a partir do fluxo de água nos reservatórios, sem que ocorram perdas hídricas nesse processo – a água dos rios é direcionada por vertedouros, passa pelas turbinas e segue seu fluxo natural de volta ao corpo hídrico. Para garantir a manutenção da qualidade da água, realizamos monitoramentos periódicos tanto a montante quanto a jusante dos ativos de geração hídrica, além de programas de manutenção preventiva para evitar vazamentos com potencial contaminante e aprisionamento de peixes.

Na fase de construção e implantação dos projetos, a água é normalmente fornecida por terceiros devidamente homologados e utilizada para consumo humano, limpeza e atividades auxiliares de construção. Os efluentes são gerados principalmente nos banheiros químicos instalados nas frentes de obra e na lavagem de equipamentos. Os sistemas de banheiros químicos são operados por empresas especializadas, que periodicamente coletam, transportam e tratam adequadamente os materiais coletados. Já as áreas de limpeza são devidamente impermeabilizadas, evitando infiltrações ou contaminações de áreas próximas.

Nossos ativos operacionais também geram resíduos em atividades como manutenção de equipamentos e roçadas em faixas de servidão.

Esses procedimentos podem resultar no descarte de graxas, óleos, sucatas e outros tipos de material. Por isso, a depender das demandas operacionais dos ativos, o volume de resíduos gerados e destinados pode variar entre os anos, mesmo sem mudanças nos parâmetros de gestão.

Todos os resíduos gerados são armazenados temporariamente para posterior destinação. Esse procedimento, bem como rotinas e ações para mitigação de impactos, é formalizado nos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) de cada unidade.

Em decorrência do ciclo de expansão e internacionalização da nossa Companhia, com o início dos projetos de novos ativos no Brasil e no exterior, aprimoramos nossa gestão com um controle maior sobre os resíduos gerados na implantação de novos ativos. Essas atividades provocam movimentações de solo e geração de sucatas, além de resíduos orgânicos.

Assim, contabilizamos em 2025 um aumento de 22,1% no volume total de resíduos destinados, totalizando 245,1 toneladas. As obras de novos empreendimentos no Brasil e no exterior destinaram 162,2 toneladas, o que representa 66% do total.

Biodiversidade

A gestão dos potenciais impactos sobre a biodiversidade decorrentes da implantação e operação dos nossos ativos é realizada de acordo com todos os critérios e normas exigidos pelos órgãos reguladores, estabelecidos nos processos de licenciamento ambiental, além das diretrizes que definimos em nossa Política de Sustentabilidade e nos procedimentos operacionais e socioambientais.

Com base nos estudos de impacto ambiental que conduzimos para cada negócio, o processo de licenciamento estabelece programas de gestão socioambientais, indicadores e metas para mitigar impactos negativos associados à implantação ou operação do ativo. A execução dessas ações é acompanhada pela área de Meio Ambiente, e os resultados são reportados aos respectivos órgãos licenciadores periodicamente, assegurando a conformidade com as condicionantes definidas pelos órgãos licenciadores.

Ainda na fase de estudos, identificamos alternativas para evitar e minimizar os impactos socioambientais dos novos empreendimentos. A realização de obras em áreas não antropizadas, no Brasil e na América Latina, é a de maior potencial de impacto sobre a biodiversidade. As frentes de obras podem ocorrer em ecossistemas sensíveis, demandando supressão vegetal e gerando efeitos sobre a fauna na área de influência dos empreendimentos. Dessa forma, os fornecedores relacionados às obras são o elo de nossa cadeia de valor que consideramos ter impacto significativo no tema.



Interferência de ativos em implantação sobre áreas ecologicamente sensíveis em 2025¹

ELTE	Intercepta o Parque Estadual Serra do Mar e está próxima (até 10 km de distância) das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) da Serra do Guarujá, Marinha do Litoral Centro, Santos Continente e Serra de Santo Amaro
TCE	Intercepta os Distritos Regionais de Manejo Integrado (DRMIs) Salto del Tequendama y Cerro Manjui e Bosque Seco de la Vertiente Oriental del Río Magdalena, a Reserva Forestal Protectora-Productora de la Cuenca Alta del Río Bogotá e a Reserva Forestal de la Nación. A TCE ocupa uma área de 54,8 hectares, dos quais 18,5 se sobrepõem a áreas ecologicamente sensíveis.
TCN	Não há interferência, pois as obras das subestações Piura e Lambayeque ocorrem em ambiente já antropizado e de uso modificado

1. Os ativos não listados nesta tabela não possuem interferência sobre áreas ecologicamente sensíveis (em fase de estudos ambientais) ou não foram considerados geradores de impacto negativo significativo sobre a biodiversidade (ativos operacionais).



Plantio de mudas na UHE São José
(Rio Grande do Sul)

Uma das principais iniciativas para a mitigação desses impactos é a modificação prévia do traçado das linhas de transmissão com o objetivo de evitar possíveis interferências sobre áreas preservadas ou de alta relevância para a biodiversidade, após análises multidisciplinares que integram avaliações técnicas, financeiras e socioambientais. Da mesma forma, avaliamos em determinados trechos a adoção do alteamento das torres de transmissão e o lançamento de cabos com uso de drones, permitindo a instalação e operação de cabos sobre as copas das árvores e evitando a supressão vegetal.

Após a validação e aprovação dos estudos de impacto ambiental que apresentamos, os órgãos responsáveis definem condicionantes de licenciamento ambiental, consolidadas e executadas nos programas implementados durante as obras e após a energização dos empreendimentos. Entre essas iniciativas destacam-se os programas de Comunicação Social (PCS) e de Educação Ambiental (PEA), com ações para conscientização e orientação das comunidades locais e dos colaboradores.

Outros programas têm como foco minimizar os impactos que não puderam ser evitados e compensar os impactos ambientais residuais. Nos ativos de transmissão, esses programas estão relacionados principalmente à adoção do corte seletivo de vegetação, ao afugentamento e resgate de fauna, à reabilitação dos canteiros de obras e acessos temporários imediatamente após a instalação e à compensação da vegetação suprimida em outras áreas. Já nos ativos de geração, todos em fase operacional, os principais programas socioambientais estão direcionados para o monitoramento de fauna e ictiofauna, o monitoramento da qualidade da água, a gestão de resíduos e a conservação e uso do entorno do reservatório.

A reabilitação das áreas impactadas durante a fase de implantação dos ativos abrange ações de reflorestamento e recomposição vegetal. Em 2025, todas as estruturas provisórias da ELTE, transmissora no litoral de São Paulo, foram descomissionadas e as respectivas áreas foram regeneradas e seguem sob monitoramento. Na TCE (Colômbia), 20,3 hectares foram reabilitados ao longo do ano, e outros 17,8 hectares seguiam em processo de restauração no encerramento do período. Já a UHE La Virgen (Peru) realizou atividades de monitoramento de plantios realizados em anos anteriores, somando 1,3 hectares em processo de restauração.

Os ativos em fase operacional não possuem impactos negativos significativos sobre a biodiversidade. No segmento de transmissão, os impactos são limitados ao corte seletivo de manutenção da faixa de servidão, e o risco mais relevante é o de vazamento de óleo nas subestações, com eventual contaminação do solo. Já no segmento de geração, o efeito sobre a biodiversidade é positivo no entorno dos reservatórios das hidrelétricas, com regeneração e proteção das áreas de borda. Há ainda riscos associados ao vazamento de óleo ou ao aprisionamento de peixes nas turbinas, para os quais são implementadas medidas de mitigação. Em ambos os segmentos, os volumes de consumo de água e de geração de resíduos são relativamente baixos, associados a atividades administrativas, de limpeza e de manutenção periódica dos equipamentos.

Atividades de compensação ambiental por segmento de negócios em 2025¹

<p>Geração América Latina</p>	<p>A UHE La Virgen (Peru) conduziu atividades de plantio e monitoramento de restauração ambiental em área degradada do distrito de San Ramón. A iniciativa seguiu boas práticas de mercado, como a seleção de espécies adequadas ao contexto local, e teve seus resultados verificados pela autoridade competente.</p>
<p>Transmissão Brasil</p>	<p>Seis empreendimentos (ESDE, ETB, TSM, TCC, TPE e ETC) realizaram reposição florestal em biomas de Mata Atlântica e Caatinga nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Outras três subsidiárias (Lumitrans, ETSE e EBTE) conduziram monitoramento e manutenção de reposições realizadas em anos anteriores em biomas de Mata Atlântica e amazônico nos estados de Santa Catarina e Mato Grosso. Todas essas atividades foram supervisionadas pelos respectivos órgãos licenciadores.</p> <p>A Transudeste efetivou pagamento de Taxa de Reposição Florestal referente a intervenção no bioma Mata Atlântica em Minas Gerais. Já a ESTE avançou em tratativas com a prefeitura de Taparuba (MG) para a criação de uma unidade de conservação de proteção integral e doou área para ampliação do Parque Natural Municipal do Aricanga – Waldemar Devens (ES).</p>
<p>Implantação América Latina</p>	<p>No contexto de implantação da TCE (Colômbia), três ações de compensação merecem destaque.</p> <p>A primeira delas envolveu a restauração de ecossistemas equivalentes àqueles diretamente impactados pelo ativo nos departamentos de Caldas, Risaralda e Quindío, caracterizados pelos biomas andino e de Floresta Seca Tropical. Foram adotadas práticas em linha com as diretrizes da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com monitoramento mensal da evolução da restauração. As áreas seguem em monitoramento durante a fase operacional do ativo.</p> <p>A segunda reabilitou habitats específicos para musgos, líquens e hepáticas naturais dos biomas de Mata de Galeria e Vegetação Secundária em Caldas e em áreas associadas ao Distrito de Gestão Integrada de Guásimo. Utilizando espécies nativas em áreas protegidas e de importância estratégica, o projeto de compensação tem monitoramento semestral e indicadores de desempenho auditados pela Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental (ANLA).</p> <p>A terceira iniciativa fortaleceu a conectividade ecológica e a proteção de habitats por meio de acordos de conservação em áreas estratégicas dentro da região de influência do empreendimento, sob supervisão e validação da ANLA.</p>

1. Os segmentos que não estão listados nesta tabela (Geração Brasil, Transmissão América Latina e Implantação Brasil) não tiveram ações de compensação ambiental no período.



ANEXOS

Complemento aos conteúdos técnicos

Perfil da Companhia e do Relatório

GRI 2-3 | Período de relato, frequência e ponto de contato

Comentários e sugestões sobre o Relatório podem ser encaminhados para o e-mail ri@alupar.com.br.

GRI 2-28 | Participação em associações

A interação com outras empresas do setor em associações é fundamental para a troca de conhecimentos, a disseminação de boas práticas e a atuação coordenada na defesa de interesses setoriais perante órgãos reguladores e formuladores de políticas públicas. Entre as entidades mais relevantes com as quais nos engajamos no Brasil estão a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) – com assento no conselho consultivo –, a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), a Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage) e a Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate). Na Colômbia, integramos a Asociación Colombiana de Generadores de Energía Eléctrica (Acolgen) e a Asociación Nacional de Servicios Públicos y Comunicaciones (Andesco).

GRI EU1 | Capacidade instalada (MW), por fonte de energia primária e regime regulatório

Capacidade instalada (MW)	2025	2024	2023
UHE São José	51,0	51,0	51,0
UHE Foz do Rio Claro	68,4	68,4	68,4
UHE Ferreira Gomes	252,0	252,0	252,0
UHE La Virgen	93,8	93,8	93,8
Consolidado hídrica UHE	465,2	465,2	465,2
Complexo Eólico Energia dos Ventos	98,7	98,7	98,7
Complexo Eólico Agreste Potiguar	63,0	63,0	63,0
Consolidado eólica	161,7	161,7	161,7
PCH Queluz	30,0	30,0	30,0
PCH Lavrinhas	30,0	30,0	30,0
PCH Verde 8	30,0	30,0	30,0
PCH Morro Azul	19,9	19,9	19,9
Consolidado hídrica PCH	109,9	109,9	109,9
UFV Pitombeira (MWp)	61,7	61,7	61,7
Total	798,5	798,5	798,5

GRI EU4 | Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por sistema regulatório**Comprimento das linhas de transmissão em operação por nível de tensão em 2025¹**

	Até 230 kV	345 kV	A partir de 500 kV	Total
ETEP	0,0	0,0	328,5	328,5
ENTE	0,0	0,0	459,3	459,3
ERTE	154,9	0,0	0,0	154,9
EATE	0,0	0,0	931,1	931,1
ECTE	0,0	0,0	252,4	252,4
STN	0,0	0,0	635,0	635,0
Transleste	0,0	138,5	0,0	138,5
Transudeste	0,0	143,6	0,0	143,6
Transirapé	61,0	0,0	0,0	61,0
STC	230,0	0,0	0,0	230,0
Lumitrans	0,0	0,0	39,9	39,9
ETES	107,0	0,0	0,0	107,0
EBTE	949,5	0,0	0,0	949,5
TME	0,0	0,0	348,0	348,0

	Até 230 kV	345 kV	A partir de 500 kV	Total
ETEM	235,0	0,0	0,0	235,0
TNE	0,0	0,0	724,0	724,0
ELTE	23,0	17,0	0,0	40,0
ETAP	20,0	0,0	0,0	20,0
TPE	0,0	0,0	541,0	541,0
TCC	0,0	0,0	288,0	288,0
ESTE	0,0	0,0	239,9	239,9
TCE (Colômbia)	0,0	0,0	237,0	237,0
TSM	0,0	0,0	330,0	330,0
ETB	0,0	0,0	446,0	446,0
EDTE	1,0	0,0	163,3	164,3
AETE	193,0	0,0	0,0	193,0
TBO	162,0	0,0	0,0	162,0
Total	2.136,4	299,1	5.963,4	8.398,9

1. Todas as linhas de transmissão são aéreas. Além dos ativos listados, as concessionárias ESDE, ETVG, ETSE e ETC são responsáveis pela gestão de subestações, não possuindo extensão de linha de transmissão.

Comprimento das linhas de transmissão em implantação por nível de tensão em 2025¹

	Até 230 kV	345 kV	A partir de 500 kV	Total
TECP ²	0,0	0,0	551,0	551,0
TPC	0,0	0,0	509,0	509,0
TES (Chile)	15,7	0,0	0,0	15,7
TEL (Colômbia)	100,0	0,0	0,0	100,0
TCN (Peru)	9,0	0,0	0,0	9,0
TEP (Peru)	9,5	0,0	0,0	9,5
TSA (Peru)	81,5	0,0	95,0	176,5
TER (Peru)	77,0	0,0	0,0	77,0
Palca (Peru)	248,0	0,0	0,0	248,0
Total	540,7	0,0	1.155,0	1.695,7

1. Todas as linhas de transmissão são aéreas. Além dos ativos listados, a concessionária SED não possui extensão de linha de transmissão, sendo responsável pela gestão de dois compensadores síncronos.

2. Incorporou a TAP em 2025.

GRI EU3 | Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais
SASB IF-EU-000.A | Número de: (1) clientes residenciais, (2) comerciais e (3) industriais atendidos

Número de clientes atendidos	2025				2024	2023
	Brasil	Colômbia	Peru	Total		
Comerciais	68	0	0	68	31	3
Industriais	64	0	30	94	81	13
Outros clientes no varejo e atacado	146	1	5	152	59	61
Total	278	1	35	314	171	77

SASB IF-EU-000.B | Eletricidade total entregue a: (1) residencial, (2) comercial, (3) industrial, (4) todos os outros clientes de varejo e (5) clientes atacadistas

Eletricidade vendida por tipo de cliente (mil MWh)	2025				2024	2023
	Brasil	Colômbia	Peru	Total		
Comerciais	15,3	0,0	0,0	15,3	8,1	2,0
Industriais	158,0	0,0	74,8	232,8	217,1	67,7
Outros clientes no varejo e atacado	3.403,4	115,6	79,7	3.598,7	3.506,6	3.707,3
Total	3.576,7	115,6	154,5	3.846,8	3.731,7	3.777,0

GRI EU30 | Fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia e sistema regulatório

Fator médio de disponibilidade por unidade	2025	2024	2023
UHE São José	95,5%	96,2%	96,9%
UHE Foz do Rio Claro	95,9%	94,0%	93,9%
UHE Ferreira Gomes	96,1%	93,4%	98,7%
UHE La Virgen	97,7%	99,4%	99,7%
Consolidado hídrica UHE	96,3%	95,8%	98,0%
Complexo Eólico Energia dos Ventos	99,7%	99,3%	99,8%
Complexo Eólico Agreste Potiguar	99,9%	99,7%	99,7%
Consolidado eólica	99,8%	99,5%	99,8%
PCH Queluz	95,4%	72,6%	83,0%
PCH Lavrinhas	74,2%	33,7%	25,0%
PCH Verde 8	87,4%	92,1%	86,6%
PCH Morro Azul	95,3%	97,1%	95,8%
Consolidado hídrica PCH	88,1%	73,9%	70,5%
UFV Pitombeira	99,7%	97,0%	na

Governança

GRI 2-10 | Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança

A nomeação e a seleção de membros para o Conselho de Administração seguem diretrizes estabelecidas pelo Estatuto Social, pela legislação brasileira e pelos requisitos do Nível 2 de governança da B3. A avaliação de candidatos considera a complementariedade de conhecimentos e experiências, a ausência de conflito de interesses e o percentual mínimo de 20% de conselheiros independentes. Os candidatos são eleitos por votação na Assembleia Geral de Acionistas.

GRI 2-11 | Presidente do mais alto órgão de governança

O presidente do Conselho de Administração acumula os cargos de Diretor Vice-Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro da Alupar. O conflito de interesses é mitigado, pois as decisões do Conselho de Administração são tomadas de forma colegiada, tendo ainda o conselheiro a prerrogativa de se abster de votar.

GRI 2-15 | Conflitos de interesse

O processo de nomeação e seleção de membros do Conselho de Administração assegura que não haja condição de conflito de interesses entre os conselheiros e a Companhia. De maneira complementar, a cada reunião do órgão, o integrante que se considerar conflitado para a deliberação de determinada matéria abstém-se da votação, com registro em ata. As atas são disponibilizadas publicamente no site de Relações com Investidores da Companhia ([clique aqui](#) e acesse).

GRI 2-18 | Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança

Não possuímos processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração.

GRI 2-19 | Políticas de remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e do Conselho Fiscal (quando instalado) é exclusivamente fixa, definida conforme parâmetros de mercado e em linha com as responsabilidades assumidas. Despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício de suas funções são reembolsadas pela Companhia.

Os diretores estatutários recebem remuneração fixa, parcela variável atrelada ao atingimento de metas corporativas e um pacote de benefícios nos mesmos parâmetros ofertados aos demais colaboradores. Não há pagamento de bônus de atração ou incentivo de recrutamento, tampouco pagamentos adicionais de rescisão ou mecanismos de *clawback*.

GRI 2-20 | Processo para determinar a remuneração

O Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração é responsável, entre outras atribuições, por supervisionar as políticas e o processo para determinar a remuneração de membros da governança, executivos e demais colaboradores da Alupar. O Comitê conta com a participação de conselheiro independente e analisa o tema em profundidade previamente à aprovação pelo Conselho de Administração. Visando à competitividade de nosso pacote de remuneração e benefícios, acompanhamos periodicamente as práticas de mercado por meio de pesquisas que abrangem empresas do mesmo setor e porte. Esses dados são avaliados considerando o contexto atual da Companhia e a equidade interna para posterior consolidação de proposta de remuneração, a ser submetida para o Comitê de Governança, Sucessão e Remuneração. Ao longo de todo esse processo, contamos com o apoio de consultorias especializadas que dão suporte às nossas análises.

GRI 2-21 | Proporção da remuneração anual total

Proporção da remuneração anual e de seu aumento (em vezes)	2025	2024	2023
Proporção da remuneração do indivíduo mais bem pago X mediana dos demais empregados	39,70	39,97	40,81
Proporção do aumento anual da remuneração do indivíduo mais bem pago X mediana dos demais empregados	-0,005	-0,022	nd

1. Considera todos os proventos pagos no ano, incluindo remuneração fixa e variável. Abrange apenas os colaboradores no Brasil, para evitar distorções relacionadas ao câmbio monetário.

GRI 2-27 | Conformidade com leis e regulamentos

Consideramos casos de não conformidade significativos situações com suspeita ou alegação de descumprimento das legislações e regulações aplicáveis aos negócios da Companhia. Abrangem aspectos ambientais, tributários, fiscais, trabalhistas, de *compliance* e de governança com custos acima de R\$ 10 milhões para processos que envolvem a Alupar e acima de R\$ 5 milhões para processos que envolvem as subsidiárias. No último ano, a STN recebeu um auto de infração da Receita Federal relacionado ao lançamento de IRPF e CSLL, no valor de R\$ 14,8 milhões. Apresentamos recurso e aguardamos julgamento do caso.

Em setembro de 2025, a UHE Ferreira Gomes firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que suspendeu processo administrativo em curso no Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá (IMAP) com valor em risco de R\$ 13,8 milhões. Uma vez cumpridas as obrigações assumidas no TAC, o procedimento será extinto. Além disso, a ação civil pública movida em 2015 relacionada à reparação por danos causados por uma enchente teve continuidade e encontra-se em fase de resposta à acusação, não sendo possível estimar o valor em risco.

Em novembro de 2025, a ETB e a ETC foram incluídas em procedimentos arbitrais relacionados a contratos para implantação dos empreendimentos, com montantes em risco estimados em R\$ 88,1 milhões e R\$ 16,5 milhões, respectivamente.

GRI 205-1 | Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção

No âmbito do Programa de Compliance e Integridade, todas as nossas atividades são avaliadas em relação ao risco de corrupção. Identificamos que o potencial risco nesse tema está relacionado a contratos significativos com fornecedores e, por isso, conduzimos uma avaliação documental prévia às contratações e um processo de *due diligence* nos casos cujo montante do contrato depende de aprovação do Conselho de Administração (saiba mais na página 37).

SASB IF-EU-550a.1 | Número de incidentes de não conformidade com padrões ou regulamentos de segurança física e/ou cibernética

Não registramos nenhum incidente dessa natureza em 2025, assim como no período anterior.

Social

GRI 2-7 | Empregados

Quadro funcional por gênero, tipo de contrato e região ¹	2025			2024			2023		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Prazo indeterminado (permanente)									
Norte	30	3	33	30	4	34	29	2	31
Nordeste	116	6	122	120	14	134	133	12	145
Centro-Oeste	87	7	94	94	7	101	95	7	102
Sudeste	308	149	457	287	143	430	284	147	431
Sul	58	2	60	60	2	62	59	0	59
Exterior	124	72	196	72	54	126	63	45	108
Subtotal prazo indeterminado	723	239	962	663	224	887	663	213	876
Prazo determinado (temporário)²									
Norte	0	0	0	1	0	1	1	0	1
Nordeste	0	0	0	1	0	1	1	1	2
Centro-Oeste	0	0	0	2	0	2	0	0	0
Sudeste	0	1	1	9	6	15	0	1	1
Subtotal prazo determinado	0	1	1	13	6	19	2	2	4
Consolidado									
Norte	30	3	33	31	4	35	30	2	32
Nordeste	116	6	122	121	14	135	134	13	147
Centro-Oeste	87	7	94	96	7	103	95	7	102
Sudeste	308	150	458	296	149	445	284	148	432
Sul	58	2	60	60	2	62	59	0	59
Exterior	124	72	196	72	54	126	63	45	108
Total	723	240	963	676	230	906	665	215	880

1. Considera profissionais com vínculo empregatício, incluindo contratados CLT, aprendizes e diretores estatutários. Não houve variação significativa em relação ao ano anterior, tampouco ao longo do período. Dados obtidos a partir do sistema de folha de pagamento na data-base de 31/12.

2. No encerramento dos últimos três anos, não havia nenhum colaborador com contrato de prazo determinado na Região Sul ou no exterior.

GRI 2-7 | Empregados (continuação)

Quadro funcional por gênero, jornada de trabalho e região ¹	2025			2024			2023		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Jornada integral									
Norte	30	3	33	31	4	35	30	2	32
Nordeste	116	6	122	121	14	135	134	13	147
Centro-Oeste	87	7	94	96	7	103	95	7	102
Sudeste	307	150	457	295	149	444	283	148	431
Sul	58	2	60	60	2	62	59	0	59
Exterior	124	72	196	72	54	126	63	45	108
Subtotal jornada integral	722	240	962	675	230	905	664	215	879
Jornada parcial²									
Sudeste	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Subtotal jornada parcial	1	0	1	1	0	1	1	0	1
Consolidado									
Norte	30	3	33	31	4	35	30	2	32
Nordeste	116	6	122	121	14	135	134	13	147
Centro-Oeste	87	7	94	96	7	103	95	7	102
Sudeste	308	150	458	296	149	445	284	148	432
Sul	58	2	60	60	2	62	59	0	59
Exterior	124	72	196	72	54	126	63	45	108
Total	723	240	963	676	230	906	665	215	880

1. Considera profissionais com vínculo empregatício, incluindo contratados CLT, aprendizes e diretores estatutários. Não houve variação significativa em relação ao ano anterior, tampouco ao longo do período. Dados obtidos a partir do sistema de folha de pagamento na data-base de 31/12.

2. No encerramento dos últimos três anos, apenas a Região Sudeste possuía colaborador com jornada de trabalho parcial.

GRI 2-8 | Trabalhadores que não são empregados

Quantidade de terceiros por atividade ¹	2025	2024
Atividades de limpeza, recepção, portaria e serviços administrativos	243	181
Obras de implantação dos contratos de transmissão	2.111	1.527
Total	2.354	1.708

1. Considera a data-base de 31/12 em cada período.

GRI 2-30 | Acordos de negociação coletiva

No encerramento de 2025, 77,8% de nosso quadro funcional estava coberto por acordos coletivos de trabalho. Não se enquadram nesse escopo os colaboradores no exterior – uma vez que as legislações do Chile, da Colômbia e do Peru não preveem a prática de acordos coletivos – e os diretores estatutários.

GRI 404-2 | Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira

Nossos esforços para a contínua qualificação dos colaboradores abrangem iniciativas internas e em parceria com outras instituições. Para as áreas técnicas, contamos com uma matriz de capacitação por cargo, elaborada em conjunto com os gestores de cada negócio, que definem os treinamentos necessários para cada função, inclusive aqueles exigidos pela legislação de saúde e segurança do trabalho. Essas capacitações são ministradas por nossos próprios colaboradores ou por fornecedores externos especializados. Nas áreas administrativas, as formações são direcionadas para o desenvolvimento de competências comportamentais, como gestão de tempo e *feedback*.

Considerando especificamente a preparação dos colaboradores para a transição de carreira e aposentadoria, oferecemos no Brasil um plano de previdência privada, com adesão voluntária. Aqueles que participam contribuem mensalmente com um percentual de sua remuneração, e a Companhia também realiza aporte mensal do mesmo percentual. Na Colômbia, os colaboradores podem aderir ao Plano de Poupança Individual. Essas iniciativas contribuem para o planejamento financeiro e a preparação dessas pessoas para o período de aposentadoria.

GRI 401-1 | Novas contratações e rotatividade de empregados

Contratações e desligamentos	2025		2024		2023	
	Número de contratações	Número de desligamentos	Número de contratações	Número de desligamentos	Número de contratações	Número de desligamentos
Por gênero						
Homens	179	134	142	127	133	114
Mulheres	66	54	50	39	36	35
Por faixa etária						
Abaixo de 30 anos de idade	48	31	41	19	41	27
Entre 30 e 50 anos de idade	176	130	134	131	102	104
Acima de 50 anos de idade	21	27	17	16	7	18
Por região						
Norte	4	7	10	8	3	12
Nordeste	21	32	24	29	28	23
Centro-Oeste	10	16	10	8	8	7
Sudeste	94	89	82	73	92	62
Sul	4	6	8	4	7	8
Exterior	112	38	58	44	31	37
Total	245	188	192	166	169	149

GRI 401-1 | Novas contratações e rotatividade de empregados (continuação)

Taxas de contratação e rotatividade	2025		2024		2023	
	Taxa de contratação ¹	Taxa de rotatividade ²	Taxa de contratação ¹	Taxa de rotatividade ²	Taxa de contratação ¹	Taxa de rotatividade ²
Por gênero						
Homens	24,8%	21,6%	21,0%	19,9%	20,0%	18,6%
Mulheres	27,5%	25,0%	21,7%	19,3%	16,7%	16,5%
Por faixa etária						
Abaixo de 30 anos de idade	49,0%	40,3%	37,3%	27,3%	38,0%	31,5%
Entre 30 e 50 anos de idade	24,4%	21,2%	20,2%	20,0%	15,7%	15,8%
Acima de 50 anos de idade	14,7%	16,8%	12,7%	12,3%	5,7%	10,2%
Por região						
Norte	12,1%	16,7%	28,6%	25,7%	9,4%	23,4%
Nordeste	17,2%	21,7%	17,8%	19,6%	19,0%	17,3%
Centro-Oeste	10,6%	13,8%	9,7%	8,7%	7,8%	7,4%
Sudeste	20,5%	20,0%	18,4%	17,4%	21,3%	17,8%
Sul	6,7%	8,3%	12,9%	9,7%	11,9%	12,7%
Exterior	57,1%	38,3%	46,0%	40,5%	28,7%	31,5%
Total	25,4%	22,5%	21,2%	19,8%	19,2%	18,1%

1. Taxa de contratação = número de contratações em cada categoria dividido pelo headcount de cada categoria no encerramento do período.

2. Taxa de rotatividade = média de contratações e desligamentos em cada categoria (contratações + desligamentos / 2) dividida pelo headcount de cada categoria no encerramento do período.

GRI 405-1 | Diversidade em órgãos de governança e empregados

Nosso Conselho de Administração é formado por sete membros efetivos e dois suplentes. Conforme requisitos do segmento Nível 2 da B3, dois membros (22%) são independentes. A maioria dos conselheiros (78%) possui mais de 50 anos de idade (os outros 22% têm entre 30 e 50 anos de idade). Na distribuição por gênero, o órgão conta com oito homens (89%) e uma mulher (11%).

Composição dos níveis funcionais por gênero	2025		2024		2023	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	94,12%	5,88%	94,44%	5,56%	93,75%	6,25%
Superintendência	0,00%	100,00%	50,00%	50,00%	60,00%	40,00%
Gerência	71,43%	28,57%	62,50%	37,50%	65,71%	34,29%
Coordenação, supervisão e especialistas	71,03%	28,97%	68,54%	31,46%	71,26%	28,74%
Serviços auxiliares	60,00%	40,00%	75,00%	25,00%	71,88%	28,13%
Administrativo e técnico-operacional	76,06%	23,94%	75,51%	24,49%	76,45%	23,55%
Total	75,08%	24,92%	74,61%	25,39%	75,57%	24,43%

Composição dos níveis funcionais por faixa etária	2025			2024			2023		
	Abaixo de 30 anos de idade	Entre 30 e 50 anos de idade	Acima de 50 anos de idade	Abaixo de 30 anos de idade	Entre 30 e 50 anos de idade	Acima de 50 anos de idade	Abaixo de 30 anos de idade	Entre 30 e 50 anos de idade	Acima de 50 anos de idade
Diretoria	0,00%	35,29%	64,71%	0,00%	27,78%	72,22%	0,00%	25,00%	75,00%
Superintendência	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	75,00%	25,00%	0,00%	80,00%	20,00%
Gerência	0,00%	71,43%	28,57%	0,00%	68,75%	31,25%	2,86%	68,57%	28,57%
Coordenação, supervisão e especialistas	0,00%	80,37%	19,63%	1,12%	79,78%	19,10%	2,30%	79,31%	18,39%
Serviços auxiliares	36,00%	36,00%	28,00%	10,71%	57,14%	32,14%	12,50%	56,25%	31,25%
Administrativo e técnico-operacional	11,45%	76,45%	12,10%	14,42%	74,15%	11,43%	14,33%	75,32%	10,35%
Total	10,18%	74,97%	14,85%	12,14%	73,07%	14,79%	12,27%	73,86%	13,86%

GRI 405-1 | Diversidade em órgãos de governança e empregados (continuação)

Diversidade de raça no quadro funcional	2025		2024		2023	
	Número de pessoas	Composição percentual	Número de pessoas	Composição percentual	Número de pessoas	Composição percentual
Branços	676	70,20%	625	68,98%	617	70,11%
Pretos	68	7,06%	58	6,40%	53	6,02%
Pardos	215	22,33%	219	24,17%	205	23,30%
Amarelos	4	0,42%	4	0,44%	5	0,57%
Total	963	100,00%	906	100,00%	880	100,00%

GRI 405-2 | Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens por nível funcional ¹	2025		2024	
	Salário-base ²	Remuneração total ³	Salário-base ²	Remuneração total ³
Diretoria	na	na	na	na
Superintendência	na	na	98,4%	160,5%
Gerência	131,7%	142,3%	102,8%	102,1%
Coordenação, supervisão e especialistas	99,4%	86,1%	103,0%	86,9%
Serviços auxiliares	100,9%	81,6%	71,2%	64,5%
Administrativo e técnico-operacional	115,5%	86,1%	116,8%	84,3%

1. A remuneração dos colaboradores é definida com base em pesquisas salariais, atribuições de cada cargo, experiência e performance individual. Não há nenhuma diferenciação por gênero. O cálculo da proporção não se aplica para a Diretoria, que é formada exclusivamente por homens, e para a Superintendência (em 2025), formada exclusivamente por mulheres.

2. Considera o salário definido pela metodologia de cargos e salários.

3. Inclui, além do salário, adicionais legais, remuneração variável e benefícios.

GRI 403-2 | Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes

A gestão de riscos à saúde e segurança dos trabalhadores está integrada ao sistema de gestão e ocorre de maneira sistemática. O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) abrange a avaliação de cada atividade rotineira e o mapeamento de seus respectivos riscos, assim como a definição de medidas que visam eliminar ou minimizar esses riscos, como treinamentos obrigatórios, melhorias de processo ou equipamentos de

proteção coletiva e individual. Atividades não rotineiras demandam a realização de uma Análise Preliminar de Risco (APR) e a emissão de Permissão de Trabalho (PT), etapas em que os profissionais avaliam as condições daquele contexto e as medidas de mitigação que devem ser adotadas.

A cultura em prol de um ambiente seguro é continuamente reforçada em nossas operações por meio dos Diálogos de Segurança, das campanhas e treinamentos e da atuação das CIPAs. Asseguramos a todos os colaboradores e terceiros o

direito de recusa diante de qualquer condição insegura sem nenhum receio de represália.

O procedimento de investigação de acidentes está formalizado no âmbito do sistema de gestão e envolve uma equipe multidisciplinar. Por meio de metodologias de mercado, as análises sobre o ambiente, os equipamentos, os processos e os comportamentos visam identificar a causa raiz da ocorrência. As conclusões são desdobradas em um plano de ação para melhorias e no compartilhamento de lições aprendidas entre todos os segmentos de negócios e países em que atuamos.

GRI 403-9 | Acidentes de trabalho

Indicadores de segurança do trabalho ¹	2025			2024			2023		
	Colaboradores	Terceiros	Consolidado	Colaboradores	Terceiros	Consolidado	Colaboradores	Terceiros	Consolidado
Total de horas-homem trabalhadas	2.280.231	1.687.813	3.968.044	1.606.645	2.661.754	4.268.399	1.835.134	5.457.916	7.293.050
Número de acidentes registráveis	2	9	11	2	14	16	7	71	78
Número de acidentes com consequência grave (exceto óbito)	0	1	1	0	2	2	0	7	7
Número de acidentes com óbito	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Número de dias perdidos ou debitados	4	51	55	3	16.231	16.234	nd	nd	nd
Taxa de frequência de acidentes registráveis ²	0,88	5,33	2,77	1,24	5,26	3,75	3,81	13,01	10,70
Taxa de frequência de acidentes com consequência grave ²	0,00	0,59	0,25	0,00	0,75	0,47	0,00	1,28	0,96
Taxa de acidentes com óbito ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,28	0,96
Taxa de gravidade de acidentes ²	1,75	30,22	13,86	1,87	6.097,94	3.803,35	nd	nd	nd

1. Considera o mesmo escopo dos conteúdos GRI 2-7 e 2-8, respectivamente, para colaboradores e terceiros. Os principais tipos de acidente em 2025 estiveram relacionados a quedas de desnível, impacto com ferramentas e ocorrências envolvendo animais silvestres.

2. Taxas calculadas com o fator de 1 milhão de horas-homem trabalhadas.

GRI 403-10 | Doenças profissionais

Não registramos nenhum caso de doença ocupacional envolvendo colaboradores ou terceiros no último triênio.

SASB IF-EU-320a.1 | (1) Taxa total de incidentes registráveis (TRIR), (2) taxa de fatalidades e (3) taxa de frequência de quase acidentes (NMFR)

Indicadores de acidentes consolidados conforme requisitos SASB – OSHA ¹	2025	2024	2023
Total de horas-homem trabalhadas	3.968.044	4.268.399	7.293.050
Número de quase acidentes (<i>near miss</i>)	nd	nd	nd
Número de incidentes registráveis	11	16	78
Número de acidentes com óbito	0	0	7
Taxa de frequência de quase acidentes	nd	nd	nd
Taxa de frequência de incidentes registráveis (TRIR)	0,55	0,75	2,14
Taxa de frequência de fatalidades	0,00	0,00	0,19

1. Considera colaboradores e terceiros. As taxas são calculadas com o fator de 200 mil horas-homem trabalhadas.

GRI EU17 | Dias trabalhados de terceirizados e subcontratados envolvidos na construção, atividades de operação e manutenção

Quantidade de dias trabalhados por terceiros por atividade ¹	2025	2024
Atividades de limpeza, recepção, portaria e serviços administrativos	60.750	23.506
Obras de implantação dos contratos de transmissão	516.375	198.307
Total	577.125	221.813

1. Calculada como a quantidade média de terceiros multiplicada pelos dias trabalhados em cada segmento de negócio ou país. O aumento na comparação anual reflete a melhoria dos controles, abrangendo dados que anteriormente não haviam sido apurados.

GRI 410-1 | Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos

As atividades de segurança patrimonial são realizadas por empresas parceiras especializadas. No encerramento de 2025, contávamos com 109 profissionais terceirizados alocados nessas atividades (99 nos empreendimentos do Brasil e 10 nos ativos da América Latina). Conforme previsto em cláusulas contratuais, todos eles apresentaram certificado de treinamento válido conforme os requisitos legais aplicáveis, o que inclui aspectos de saúde e segurança, não discriminação e respeito aos direitos humanos.

GRI EU25 | Número de acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças

Não registramos nenhum acidente envolvendo nossos ativos e a população do entorno, tampouco processos judiciais relacionados ao tema, no último triênio.

Ambiental

GRI 101-1 | Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade

Nossa abordagem de gestão para aspectos de biodiversidade está alinhada aos objetivos e às metas do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, uma vez que todos os países nos quais atuamos são signatários desse documento e incorporam os respectivos requisitos em suas legislações, conforme cada realidade local. De maneira complementar, nossas políticas estabelecem a integração de aspectos de biodiversidade na tomada de decisão, o compromisso com a melhoria contínua, a extensão desses princípios para a cadeia de valor e a transparência na prestação de contas à sociedade civil.

No âmbito de cada empreendimento, o processo de licenciamento ambiental, embasado nos estudos de impacto ambiental, estabelece programas de gestão, indicadores e metas para mitigar impactos negativos associados à implantação ou à operação do ativo. Dessa forma, indicadores e metas são definidos e gerenciados nas áreas de Meio Ambiente, assegurando a conformidade com as condicionantes de licenciamento e a legislação ambiental. Periodicamente, os resultados são reportados aos respectivos órgãos licenciadores. Essa gestão ainda não está em um estágio de maturidade que abranja metas definidas com base na ciência.

GRI 101-6 | Fatores diretos de perda de biodiversidade

Indicadores da TCE relacionados a fatores diretos de perda de biodiversidade significativos em 2025¹

Mudanças de uso do solo	<p>Data de referência: janeiro de 2021 (início da gestão)</p> <p>Área total do empreendimento: 54,8 hectares</p> <p>Área formada por ecossistemas naturais: 0,36 hectare (nessa área não ocorre interferência no solo, apenas passagem aérea de cabos)</p> <p>Área convertida no período de reporte: 2,72 hectares</p>
Exploração de recursos naturais (consumo de água)	<p>Colheita de espécies selvagens: não se aplica</p> <p>Água fornecida por terceiros: 168,9 m³</p> <p>Consumo de água potável (humano): 24,9 m³</p> <p>Consumo de água em obra: 144,0 m³</p>

1. Não dispomos de informações sobre os ativos ELTE, TEPC/SE Centro e TCN, por isso o reporte está limitado à TCE. Vamos aprimorar nossos controles para permitir a apresentação de dados de todos os ativos considerados com impacto significativo sobre a biodiversidade em até dois ciclos de reporte (relatório ano-base 2027).

GRI 102-8 | Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

SASB IF-EU-110a.2 | Emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas ao fornecimento de energia

Intensidade de emissões de GEE	2025	2024	2023
Emissões brutas de escopo 1 (tCO ₂ e)	6.819,3	4.478,5	110.417,7
Emissões brutas de escopo 2 (tCO ₂ e)	48.467,3	52.958,6	35.996,8
Total de emissões brutas de escopos 1 e 2 (tCO₂e)	55.286,6	57.437,1	146.414,5
Energia vendida (MWh)	3.846.756,78	3.731.731,93	3.777.035,72
Intensidade de emissões (tCO₂e/MWh)	0,0144	0,0154	0,0388

GRI 102-5 | Emissões de GEE do Escopo 1

Emissões brutas de GEE de escopo 1 por tipo de gás	2025		2024		2023	
	Em toneladas métricas	Em tCO ₂ e	Em toneladas métricas	Em tCO ₂ e	Em toneladas métricas	Em tCO ₂ e
CO ₂	1.423,5	1.423,5	919,6	919,6	60.073,1	60.073,1
CH ₄	4,6	128,1	3,6	99,8	1.598,9	44.767,9
N ₂ O	0,3	73,9	0,3	74,7	0,3	90,4
HFC-32	0,0	18,3	0,0	6,3	0,0	0,5
HFC-125	0,0	85,5	0,0	29,3	0,0	2,3
PFCs	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SF ₆	0,2	5.090,1	0,1	3.348,9	0,2	5.483,5
NF ₃	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	na	6.819,3	na	4.478,5	na	110.417,7

GRI 102-7 | Emissões de GEE do Escopo 3

Emissões de GEE de escopo 3 por categoria (tCO ₂ e)	2025			2024			2023		
	Emissões brutas	Emissões biogênicas	Remoções biogênicas	Emissões brutas	Emissões biogênicas	Remoções biogênicas	Emissões brutas	Emissões biogênicas	Remoções biogênicas
Bens e serviços adquiridos	2,5	0,6	0,0	0,6	0,1	0,0	9,9	1,1	0,0
Atividades relacionadas ao setor de combustível e energia (não incluídas nas emissões brutas de GEE do Escopo 1 ou do Escopo 2)	386,8	0,0	0,0	332,1	0,0	0,0	313,0	0,0	0,0
Resíduos gerados nas operações	2.746,7	323,4	0,0	4.475,3	527,2	0,0	186,6	18,7	0,0
Viagens de negócios	424,4	0,7	0,0	316,4	0,5	0,0	245,8	0,5	0,0
Transporte de empregados	147,8	27,2	0,0	130,1	19,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	3.708,2	351,8	0,0	5.254,4	547,4	0,0	755,4	20,2	0,0

SASB IF-EU-140a.1 | (1) Água total retirada, (2) água total consumida, percentual de cada uma em regiões com estresse hídrico de linha de base alto ou extremamente alto

Indicadores de água conforme Norma SASB por segmento	2025		2024		2023	
	Captação	Consumo ¹	Captação	Consumo ¹	Captação	Consumo ¹
Geração						
Volume total (mil metros cúbicos)	2,62	0,52	2,49	0,50	2,33	0,47
Percentual em áreas com estresse hídrico	28,2%	28,2%	31,7%	31,7%	nd	nd
Transmissão						
Volume total (mil metros cúbicos)	23,03	4,61	19,56	3,91	13,96	2,79
Percentual em áreas com estresse hídrico	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Implantação²						
Volume total (mil metros cúbicos)	0,69	0,14	na	na	na	na
Percentual em áreas com estresse hídrico	75,4%	75,4%	na	na	na	na
Consolidado						
Volume total (mil metros cúbicos)	26,34	5,27	22,05	4,41	16,29	3,26
Percentual em áreas com estresse hídrico	4,8%	4,8%	3,6%	3,6%	nd	nd

1. O consumo é estimado em 20% do volume captado, tomando-se como referência o coeficiente de retorno de 80% da NBR 9649.

2. Monitoramento iniciado em 2025.

SASB IF-EU-140a.2 | Número de incidentes de não conformidade associados a licenças, padrões e regulamentos de quantidade e/ou qualidade da água

Não registramos nenhum incidente de não conformidade relacionado à gestão hídrica em nossos ativos, assim como no ano anterior.

GRI 102-10 | Créditos de carbono

Não realizamos a aquisição de créditos de carbono para compensar nossas emissões. Alguns de nossos ativos de geração estão habilitados a emitir esse tipo de crédito no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL (saiba mais na página 60).

GRI 303-3 | Captação de água

Captação de água do segmento Geração (mil metros cúbicos) ¹	2025			2024			2023
	Brasil	América Latina	Total	Brasil	América Latina	Total	
Total							
Água superficial	0,92	0,22	1,14	0,81	0,22	1,03	0,76
Água subterrânea	0,85	0,57	1,42	0,94	0,47	1,41	1,57
Água de terceiros	0,06	0,00	0,06	0,05	0,00	0,05	0,00
Total de água captada	1,83	0,79	2,62	1,80	0,69	2,49	2,33
Em áreas com estresse hídrico²							
Água superficial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	nd
Água subterrânea	0,71	0,00	0,71	0,79	0,00	0,79	nd
Água de terceiros	0,03	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	nd
Total de água captada em áreas com estresse hídrico	0,74	0,00	0,74	0,79	0,00	0,79	nd

1. Assumimos como premissa que 100% dos volumes captados possuem concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) igual ou menor do que 1 grama por litro. Dados medidos por hidrômetros, exceto na UHE La Virgen, cuja captação é estimada a partir da quantidade de colaboradores.

2. Refere-se às unidades com risco geral de estresse hídrico alto ou extremamente alto, conforme consulta de dados do Water Risk Atlas, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI).

Captação de água do segmento Transmissão (mil metros cúbicos) ¹	2025	2024	2023
Água superficial	0,00	0,00	0,16
Água subterrânea	19,52	19,08	13,44
Água de terceiros	3,51	0,48	0,36
Total de água captada	23,03	19,56	13,96

1. Considera apenas os ativos em fase operacional. Nenhum empreendimento se encontra em área com estresse hídrico. Nos três anos, refere-se apenas às operações no Brasil, pois a TCE, primeiro ativo operacional na América Latina, não teve captação em fase operacional em 2025. Assumimos como premissa que 100% dos volumes captados possuem concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) igual ou menor do que 1 grama por litro. Dados medidos por hidrômetros e medidores de vazão ou estimados a partir da quantidade de colaboradores.

Captação de água do segmento Implantação em 2025 (mil metros cúbicos) ¹	Total	Em áreas com estresse hídrico ²
Água superficial	0,00	0,00
Água subterrânea	0,00	0,00
Água de terceiros	0,69	0,52
Total de água captada	0,69	0,52

1. Considera apenas os ativos em implantação na América Latina, pois não há monitoramento da captação de água nos projetos de implantação do Brasil. Em 2025, refere-se à captação para implantação da TCE (Colômbia) e da TCN (Peru). Assumimos como premissa que 100% dos volumes captados possuem concentração de sólidos totais dissolvidos (STD) igual ou menor do que 1 grama por litro. Os dados foram informados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras.

2. Em 2025, refere-se à TCN, classificada com risco geral de estresse hídrico extremamente alto, conforme consulta de dados do Water Risk Atlas, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI).

GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final

Resíduos destinados pelo segmento Geração para métodos que evitam disposição final (toneladas) ¹	2025			2024			2023
	Brasil	América Latina	Total	Brasil	América Latina	Total	
Perigosos							
Reciclagem	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recuperação	0,0	0,1	0,1	0,0	0,9	0,9	0,5
Subtotal perigosos	0,0	0,1	0,1	0,0	0,9	0,9	0,5
Não perigosos							
Reciclagem	0,0	0,5	0,5	0,0	6,5	6,5	4,5
Recuperação	0,0	0,4	0,4	0,0	0,0	0,0	57,0
Subtotal não perigosos	0,0	0,9	0,9	0,0	6,5	6,5	61,5
Consolidado							
Reciclagem	0,0	0,5	0,5	0,0	6,5	6,5	4,5
Recuperação	0,0	0,5	0,5	0,0	0,9	0,9	57,5
Total de resíduos cuja destinação evitou disposição final	0,0	1,0	1,0	0,0	7,4	7,4	62,0

1. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas e devidamente homologadas. O monitoramento ocorre por meio da apresentação de documentações pelos parceiros.

GRI 306-4 | Resíduos não destinados para disposição final (continuação)

Resíduos destinados pelo segmento Transmissão para métodos que evitam disposição final (toneladas) ¹	2025	2024	2023
Perigosos			
Reciclagem	23,0	0,0	5,1
Recuperação	0,0	0,0	2,4
Subtotal perigosos	23,0	0,0	7,5
Não perigosos			
Reciclagem	0,0	1,1	2,6
Recuperação	0,0	61,0	0,0
Subtotal não perigosos	0,0	62,1	2,6
Consolidado			
Reciclagem	23,0	1,1	7,7
Recuperação	0,0	61,0	2,4
Total de resíduos cuja destinação evitou disposição final	23,0	62,1	10,1

1. Considera apenas os ativos em fase operacional. Nos três anos, refere-se apenas às operações no Brasil, pois a TCE, primeiro ativo operacional na América Latina, não teve destinação de resíduos em fase operacional em 2025. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas e devidamente homologadas. O monitoramento ocorre por meio da apresentação de documentações pelos parceiros.

Resíduos destinados pelo segmento Implantação para métodos que evitam disposição final em 2025 (toneladas) ¹	Brasil	América Latina ²	Total
Perigosos			
Reciclagem	0,0	0,0	0,0
Recuperação	0,5	0,0	0,5
Outros métodos	0,0	0,0	0,0
Subtotal perigosos	0,5	0,0	0,5
Não perigosos			
Reciclagem	12,5	5,5	18,0
Recuperação	0,0	51,5	51,5
Outros métodos	51,0	0,0	51,0
Subtotal não perigosos	63,5	57,0	120,5
Consolidado			
Reciclagem	12,5	5,5	18,0
Recuperação	0,5	51,5	52,0
Outros métodos	51,0	0,0	51,0
Total de resíduos cuja destinação evitou disposição final	64,0	57,0	121,0

1. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas e devidamente homologadas. O monitoramento ocorre por meio da apresentação de documentações pelos parceiros.
2. Em 2025, refere-se às empresas TCE (Colômbia) e TCN (Peru).

GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final

Resíduos destinados pelo segmento Geração para métodos de disposição final (toneladas) ¹	2025			2024			2023
	Brasil	América Latina	Total	Brasil	América Latina	Total	
Perigosos							
Aterro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	45,1
Incineração	18,4	0,0	18,4	9,0	0,0	9,0	1,2
Outros métodos	0,0	2,3	2,3	0,0	32,8	32,8	0,0
Subtotal perigosos	18,4	2,3	20,7	9,0	32,8	41,8	46,3
Não perigosos							
Aterro	17,0	0,0	17,0	30,8	6,4	37,2	9,9
Incineração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros métodos	0,0	3,3	3,3	0,0	0,0	0,0	0,6
Subtotal não perigosos	17,0	3,3	20,3	30,8	6,4	37,2	10,5
Consolidado							
Aterro	17,0	0,0	17,0	30,8	6,4	37,2	55,0
Incineração	18,4	0,0	18,4	9,0	0,0	9,0	1,2
Outros métodos	0,0	5,6	5,6	0,0	32,8	32,8	0,6
Total de resíduos destinados para disposição final	35,4	5,6	41,0	39,8	39,2	79,0	56,8

1. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas e devidamente homologadas. O monitoramento ocorre por meio da apresentação de documentações pelos parceiros.

GRI 306-5 | Resíduos destinados para disposição final (continuação)

Resíduos destinados pelo segmento Transmissão para métodos de disposição final (toneladas) ¹	2025	2024	2023
Perigosos			
Aterro	0,0	0,0	0,0
Incineração	0,0	0,0	0,0
Outros métodos	0,0	0,0	0,0
Subtotal perigosos	0,0	0,0	0,0
Não perigosos			
Aterro	0,0	52,2	0,0
Incineração	0,0	0,0	0,0
Outros métodos	17,9	0,0	57,0
Subtotal não perigosos	17,9	52,2	57,0
Consolidado			
Aterro	0,0	52,2	0,0
Incineração	0,0	0,0	0,0
Outros métodos	17,9	0,0	57,0
Total de resíduos destinados para disposição final	17,9	52,2	57,0

1. Considera apenas os ativos em fase operacional. Nos três anos, refere-se apenas às operações no Brasil, pois a TCE, primeiro ativo operacional na América Latina, não teve destinação de resíduos em fase operacional em 2025. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas e devidamente homologadas. O monitoramento ocorre por meio da apresentação de documentações pelos parceiros.

Resíduos destinados pelo segmento Implantação para métodos de disposição final em 2025 (toneladas) ¹	Brasil	América Latina ²	Total
Perigosos			
Aterro	0,0	0,0	0,0
Incineração	0,0	0,0	0,0
Outros métodos	0,0	10,8	10,8
Subtotal perigosos	0,0	10,8	10,8
Não perigosos			
Aterro	18,9	11,5	30,4
Incineração	0,0	0,0	0,0
Outros métodos	0,0	0,0	0,0
Subtotal não perigosos	18,9	11,5	30,4
Consolidado			
Aterro	18,9	11,5	30,4
Incineração	0,0	0,0	0,0
Outros métodos	0,0	10,8	10,8
Total de resíduos destinados para disposição final	18,9	22,3	41,2

1. Todos os resíduos são destinados fora da Companhia por empresas especializadas e devidamente homologadas. O monitoramento ocorre por meio da apresentação de documentações pelos parceiros.
2. Em 2025, refere-se às empresas TCE (Colômbia) e TCN (Peru).

Sumário de conteúdo da GRI

Declaração de uso | A Alupar Investimento S.A. relatou em conformidade com as Normas GRI para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.
GRI 1 usada | GRI 1: Fundamentos 2021
Norma Setorial da GRI aplicável | Não se aplica

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
GRI 2 Conteúdos gerais 2021	2-1 Detalhes da organização	12 e 32	-	-	-	-	-
	2-2 Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	3	-	-	-	-	-
	2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	3 e 70	-	-	-	-	-
	2-4 Reformulações de informações	56	-	-	-	-	-
	2-5 Verificação externa	3	-	-	-	-	-
	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	12, 13 e 14	-	-	-	-	-
	2-7 Empregados	42, 75 e 76	-	-	-	6	8 e 10
	2-8 Trabalhadores que não são empregados	77	-	-	-	6	8 e 10
	2-9 Estrutura de governança e sua composição	32 e 33	-	-	-	-	-
	2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	73	-	-	-	-	5 e 16
	2-11 Presidente do mais alto órgão de governança	73	-	-	-	-	16
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	32 e 33	-	-	-	-	16
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	32 e 33	-	-	-	-	-
	2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	3	-	-	-	-	-
	2-15 Conflitos de interesse	73	-	-	-	-	16
	2-16 Comunicação de preocupações cruciais	33	-	-	-	-	-
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	28	-	-	-	-	-
	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	73	-	-	-	-	-
	2-19 Políticas de remuneração	73	-	-	-	-	-
	2-20 Processo para determinação da remuneração	73	-	-	-	-	-
	2-21 Proporção da remuneração total anual	74	-	-	-	-	-
	2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	4 e 5	-	-	-	-	-

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
GRI 2 Conteúdos gerais 2021	2-23 Compromissos de política	27	-	-	-	-	-
	2-24 Incorporação de compromissos de política	27	-	-	-	-	-
	2-25 Processos para reparar impactos negativos	52	-	-	-	-	-
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	36	-	-	-	10	16
	2-27 Conformidade com leis e regulamentos	74	-	-	-	-	16
	2-28 Participação em associações	70	-	-	-	-	16
	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	29 e 30	-	-	-	-	-
	2-30 Acordos de negociação coletiva	77	-	-	-	3	8
Suplemento setorial GRI para energia 2013	EU1 Capacidade instalada (MW), por fonte de energia primária e regime regulatório	16 e 70	-	-	-	-	-
	EU2 Produção líquida de energia, por fonte de energia primária e regime regulatório	16 e 17	-	-	-	-	-
	EU3 Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais	72	-	-	-	-	-
	EU4 Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por sistema regulatório	15 e 71	-	-	-	-	-
	EU5 Alocação de permissões de emissão de CO ₂ , apresentadas por mercado de carbono	60	-	-	-	-	-
Temas materiais							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-1 Processo de definição de temas materiais	29 e 30	-	-	-	-	-
	3-2 Lista de temas materiais	30	-	-	-	-	-

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Biodiversidade							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 66, 67 e 68	-	-	-	-	-
	101-1 Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade	66 e 84	-	-	-	8	6, 14 e 15
	101-2 Gestão de impactos na biodiversidade	66, 67 e 68	-	-	-	8	6, 14 e 15
	101-4 Identificação de impactos na biodiversidade	66 e 68	-	-	-	8	6, 14 e 15
	101-5 Locais com impactos na biodiversidade	66	-	-	-	8	6, 14 e 15
GRI 101 Biodiversidade 2024	101-6 Fatores diretos de perda de biodiversidade	84	Alíneas a e b parcialmente omitidas	Informação indisponível/ incompleta	Não dispomos de dados sobre mudança do uso do solo e consumo de água de parte dos ativos em implantação. Estamos aprimorando nossos controles e esperamos apresentar essas informações em até dois ciclos de relato (ano-base 2027).	8	6, 14 e 15
Tema material Gestão de reservatórios							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	24, 25, 27, 28, 29, 30 e 34	-	-	-	-	-
GRI 303 Água e efluentes 2018	303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	24 e 25	-	-	-	8	6 e 12
Suplemento setorial GRI para energia 2013	EU21 Medidas de planejamento de contingência, planos de manejo de desastre/emergência e programas de treinamento e planos de recuperação/restauração	24 e 25	-	-	-	-	-
Tema material Água, resíduos e efluentes							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 64 e 65	-	-	-	-	-
GRI 303 Água e efluentes 2018	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	65	-	-	-	8	6
	303-3 Captação de água	64 e 87	-	-	-	7 e 8	6
	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	65	-	-	-	8	3, 6, 11 e 12
GRI 306 Resíduos 2020	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	65	-	-	-	8	3, 6, 11 e 12
	306-4 Resíduos não destinados para disposição final	65, 88 e 89	-	-	-	8	3, 11 e 12
	306-5 Resíduos destinados para disposição final	65, 90 e 91	-	-	-	8	3, 11 e 12

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Mudanças climáticas							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 55, 56, 57, 58, 59 e 60	-	-	-	-	-
GRI 102 Mudanças climáticas 2025	102-1 Plano de transição para mitigação das mudanças climáticas	55, 56, 57 e 58	Alínea c omitida	Informação indisponível/incompleta	Não dispomos de dados sobre os custos associados às iniciativas de transição climática. Estamos aprimorando nossos controles e esperamos apresentar essas informações em até dois ciclos de relato (ano-base 2027).	-	-
	102-2 Plano de adaptação às mudanças climáticas	59 e 60	Alínea c omitida	Informação indisponível/incompleta	Não dispomos de dados sobre os custos associados às iniciativas de adaptação climática. Estamos aprimorando nossos controles e esperamos apresentar essas informações em até dois ciclos de relato (ano-base 2027).	-	-
	102-4 Metas e progresso da redução de emissões de GEE	56	-	-	-	-	-
	102-5 Emissões de GEE do Escopo 1	56 e 85	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15
	102-6 Emissões de GEE do Escopo 2	56	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15
	102-7 Emissões de GEE do Escopo 3	56 e 85	-	-	-	7 e 8	3, 12, 13, 14 e 15
	102-8 Intensidade de emissões de GEE	84	-	-	-	8	13, 14 e 15
	102-10 Créditos de carbono	86	-	-	-	8 e 9	13, 14 e 15
GRI 103 Energia 2025	103-1 Políticas e compromissos relacionados a energia	55, 57 e 58	-	-	-	-	-
	103-2 Consumo e autogeração de energia dentro da organização	57 e 58	-	-	-	7 e 8	7, 8, 12 e 13

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Comunidades locais							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 48, 49, 50, 51, 52 e 53	-	-	-	-	-
GRI 410 Práticas de segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	83	-	-	-	1	16
GRI 411 Direitos de povos indígenas 2016	411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas	53	-	-	-	1	2
GRI 413 Comunidades locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	48	-	-	-	1	-
	413-2 Operações com impactos negativos significativos – reais e potenciais – nas comunidades locais	51 e 52	-	-	-	1	1 e 2
Suplemento setorial GRI para energia 2013	EU20 Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	51 e 52	-	-	-	-	-
	EU22 Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização, discriminados por tipo de projeto	52	-	-	-	-	-
	EU25 Número de acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças	83	-	-	-	-	-
Tema material Clima organizacional e diversidade							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 42 e 43	-	-	-	-	-
GRI 401 Emprego 2016	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	42, 78 e 79	-	-	-	6	5, 8 e 10
GRI 405 Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	43, 80 e 81	-	-	-	6	5 e 8
	405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	81	-	-	-	6	5, 8 e 10
GRI 406 Não discriminação 2016	406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	36	-	-	-	6	5 e 8

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Saúde e segurança							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 44, 45 e 46	-	-	-	-	-
	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	44	-	-	-	-	8
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	82	-	-	-	-	8
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	46	-	-	-	-	8
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	45	-	-	-	-	8 e 16
GRI 403 Saúde e segurança do trabalho 2018	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	45	-	-	-	-	8
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	46	-	-	-	-	3
	403-7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	37	-	-	-	-	8
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	44	-	-	-	-	8
	403-9 Acidentes de trabalho	45 e 82	-	-	-	-	3, 8 e 16
	403-10 Doenças profissionais	82	-	-	-	-	3, 8 e 16
	EU16 Políticas e requisitos referentes à saúde e segurança dos empregados e trabalhadores terceirizados e subcontratados	45	-	-	-	-	-
Suplemento setorial GRI para energia 2013	EU17 Dias trabalhados de terceirizados e subcontratados envolvidos na construção, atividades de operação e manutenção	83	-	-	-	-	-
	EU18 Porcentagem de trabalhadores terceirizados e subcontratados submetidos a treinamento relevante de saúde e segurança	45	-	-	-	-	8

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Qualificação do capital humano							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 40 e 41	-	-	-	-	-
GRI 404 Capacitação e educação 2016	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	40	-	-	-	6	4, 5, 8 e 10
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	40, 41 e 77	-	-	-	-	8
	404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	41	-	-	-	6	5, 8 e 10
Tema material Conduta ética							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 35 e 36	-	-	-	-	-
GRI 205 Combate à corrupção 2016	205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	74	-	-	-	10	16
	205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	35	-	-	-	10	16
	205-3 Casos confirmados de corrupção e ações tomadas	36	-	-	-	10	16
GRI 206 Concorrência desleal 2016	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	36	-	-	-	-	16
Tema material Gestão de ativos							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30 e 34	-	-	-	-	-
GRI 201 Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	10	-	-	-	-	8 e 9
Suplemento setorial GRI para energia 2013	EU6 Abordagem da gestão para garantir a disponibilidade e a confiabilidade da energia no curto e longo prazo	6, 7, 8, 19, 20, 21, 22 e 23	-	-	-	-	-
	EU8 Atividade de pesquisa e desenvolvimento e despesas destinadas a fornecer energia elétrica confiável e promoção do desenvolvimento sustentável	62	-	-	-	-	-
	EU12 Percentual de perda de transmissão e distribuição em relação ao total de energia	15	-	-	-	-	-
	EU30 Fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia e sistema regulatório	23 e 72	-	-	-	-	-

Norma GRI ou outra fonte	Conteúdo	Página	Omissão			Pacto Global	ODS
			Requisito(s) omitido(s)	Motivo	Explicação		
Tema material Gestão de fornecedores							
GRI 3 Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	27, 28, 29, 30, 34, 37 e 38	-	-	-	-	-
	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	37 e 38	-	-	-	8	-
GRI 308 Avaliação ambiental de fornecedores 2016	308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	-	Conteúdo omitido	Informação indisponível/incompleta	A nova ferramenta de controle de terceiros não incorporou filtros adequados para quantificar os fornecedores com impacto ambiental negativo, tampouco contabilizar a elaboração de planos de ação para os impactos identificados. Vamos avaliar outras alternativas para a consolidação desses dados e esperamos apresentar essas informações em até dois ciclos de relato (ano-base 2027).	8	-
GRI 407 Liberdade sindical e negociação coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	37	-	-	-	3	8
GRI 408 Trabalho infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	37	-	-	-	5	8 e 16
GRI 409 Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	37	-	-	-	4	8
	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	37 e 38	-	-	-	2	5, 8 e 16
GRI 414 Avaliação social de fornecedores 2016	414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	38	Alíneas b, c e d omitidas	Informação indisponível/incompleta	A nova ferramenta de controle de terceiros não incorporou filtros adequados para quantificar os fornecedores com impacto social negativo, tampouco contabilizar a elaboração de planos de ação para os impactos identificados. Vamos avaliar outras alternativas para a consolidação desses dados e esperamos apresentar essas informações em até dois ciclos de relato (ano-base 2027).	2	5, 8 e 16

Sumário de conteúdo do SASB

Utilidades Elétricas e Geradores de Energia (Versão 2023-12)

Tópico SASB	Código SASB	Métricas solicitadas pelo SASB	Página
Emissões de gases de efeito estufa e planejamento de recursos energéticos	IF-EU-110a.1	(1) Emissões globais brutas do escopo 1, percentual coberto por (2) regulamentos de limitação de emissões e (3) regulamentos de relatórios de emissões	56
	IF-EU-110a.2	Emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas ao fornecimento de energia	84
	IF-EU-110a.3	Discussão da estratégia ou plano de longo e curto prazo para gerenciar as emissões do escopo 1, metas de redução de emissões e uma análise do desempenho em relação a essas metas	55, 56 e 57
Qualidade do ar	IF-EU-120a.1	Emissões atmosféricas dos seguintes poluentes: (1) NOx (excluindo N ₂ O), (2) SOx, (3) material particulado (PM10), (4) chumbo (Pb) e (5) mercúrio (Hg); percentual de cada um dentro ou perto de áreas de população densa	Não se aplica, pois não emitimos poluentes atmosféricos (NOx, SOx, particulado, chumbo ou mercúrio) em nossas operações.
Gestão da água	IF-EU-140a.1	(1) Água total retirada, (2) água total consumida, percentual de cada uma em regiões com estresse hídrico de linha de base alto ou extremamente alto	86
	IF-EU-140a.2	Número de incidentes de não conformidade associados a licenças, padrões e regulamentos de quantidade e/ou qualidade da água	86
	IF-EU-140a.3	Descrição dos riscos de gestão da água e discussão de estratégias e práticas para mitigar esses riscos	24 e 25
Gestão de cinzas de carvão	IF-EU-150a.1	Quantidade de resíduos de combustão de carvão (CCR) gerados, porcentagem reciclada	Não se aplica, pois a Alupar não opera usinas a carvão.
	IF-EU-150a.2	Número total de represamentos de resíduos de combustão de carvão (CCR), discriminados por classificação de risco potencial e avaliação de integridade estrutural	Não se aplica, pois a Alupar não opera usinas a carvão.
Energia acessível	IF-EU-240a.1	Tarifa elétrica média de varejo para (1) clientes residenciais, (2) comerciais e (3) industriais	Não se aplica, pois a Alupar não atua no segmento de distribuição.
	IF-EU-240a.3	Número de desligamentos elétricos de clientes residenciais por falta de pagamento, percentual reconectado em até 30 dias	Não se aplica, pois a Alupar não atua no segmento de distribuição.
	IF-EU-240a.4	Discussão do impacto de fatores externos na acessibilidade do cliente à eletricidade, incluindo as condições econômicas do território de serviço	Não se aplica, pois a Alupar não atua no segmento de distribuição.

Tópico SASB	Código SASB	Métricas solicitadas pelo SASB	Página
Saúde e segurança da força de trabalho	IF-EU-320a.1	(1) Taxa total de incidentes registráveis (TRIR), (2) taxa de fatalidades e (3) taxa de frequência de quase acidentes (NMFR)	83
Eficiência e demanda de uso final	IF-EU-420a.2	Percentual de carga elétrica atendida pela tecnologia <i>smart grid</i>	Não se aplica, pois a Alupar não atua no segmento de distribuição.
	IF-EU-420a.3	Economia de eletricidade do cliente com medidas de eficiência, por mercado	Não se aplica, pois a Alupar não atua no segmento de distribuição.
Segurança nuclear e gestão de emergências	IF-EU-540a.1	Número total de unidades de energia nuclear, discriminadas pela Coluna da Matriz de Ação da Comissão Reguladora Nuclear (NRC) dos EUA	Não se aplica, pois a Alupar não opera usinas nucleares.
	IF-EU-540a.2	Descrição dos esforços para gerenciar a segurança nuclear e a preparação para emergências	Não se aplica, pois a Alupar não opera usinas nucleares.
Resiliência do <i>grid</i>	IF-EU-550a.1	Número de incidentes de não conformidade com padrões ou regulamentos de segurança física e/ou cibernética	74
	IF-EU-550a.2	(1) Índice de Duração Média de Interrupção do Sistema (SAIDI), (2) Índice de Frequência Média de Interrupção do Sistema (SAIFI) e (3) Índice de Duração Média de Interrupção do Cliente (CAIDI), incluindo dias de eventos importantes	Não se aplica, pois a Alupar não atua no segmento de distribuição.
Métricas de atividade	IF-EU-000.A	Número de: (1) clientes residenciais, (2) comerciais e (3) industriais atendidos	72
	IF-EU-000.B	Eletricidade total entregue a: (1) residencial, (2) comercial, (3) industrial, (4) todos os outros clientes de varejo e (5) clientes atacadistas	72
	IF-EU-000.C	Comprimento das linhas de transmissão e distribuição	15
	IF-EU-000.D	Total de eletricidade gerada, percentual por fonte de energia principal, percentual em mercados regulados	16 e 17
	IF-EU-000.E	Total de eletricidade por atacado comprada	17

Declaração de Asseguração

Introdução

O Bureau Veritas Quality International (BVQI), estabelecido na Alameda Xingu, 350 – Alphaville Industrial, Barueri, São Paulo, 3º andar, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº CNPJ 72.368.012/0002-65, declara, para os fins devidos, que a ALUPAR INVESTIMENTOS S.A., estabelecida na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, conjunto 161, sala A, Vila Olímpia, São Paulo, CEP: 04547-006, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº CNPJ: 08.364.948/0001-38, autorizada a publicar em todos os seus títulos e sites o trecho da Declaração de Verificação conforme redação a seguir:

O Bureau Veritas Quality International, com base nos processos e procedimentos descritos no seu Relatório de Verificação, declara que para o Relatório Anual da ALUPAR INVESTIMENTOS S.A., não existe evidência de que o mesmo não esteja materialmente correto, não seja uma representação justa dos dados e informações da Asseguração, e não tenha sido preparado em conformidade com as especificações da ISAE 3000.

Escopo

O escopo desta verificação abrangeu os padrões e Princípios¹ da Global Reporting InitiativeTM para Relatórios de Sustentabilidade e se refere à prestação de contas do

período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, assim como indicadores da SASB (Sustainability Accounting Standards Board).

Limitações e exclusões

Foi excluída desta verificação qualquer avaliação de informações relacionadas à(ao):

- Atividades fora do período reportado;
- Declarações de posicionamento (expressões de opinião, crença, objetivos ou futuras intenções) por parte da ALUPAR INVESTIMENTOS S.A.;
- Exatidão de dados econômico-financeiros contidos neste Relatório, extraídas de demonstrações financeiras, verificadas por auditores independentes;
- Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), incluindo dados de energia (verificado em processo a parte por outra equipe do Bureau Veritas);
- Dados e informações de empresas coligadas ou colaboradores terceirizados, sobre as quais não há controle operacional por parte da ALUPAR INVESTIMENTOS S.A.

As seguintes limitações foram aplicadas a esta verificação: Os princípios de Exatidão e Confiabilidade de dados foram verificados de forma amostral, exclusivamente à luz das informações e dados relacionados aos temas materiais apresentados no Relatório;

Método de trabalho

O trabalho se deu a partir das seguintes etapas:

1. Entrevistas com responsáveis pelos temas materiais e pelo conteúdo do Relatório;
2. Verificação remota acerca dos processos corporativos e operacionais (verificação de indicadores materiais GRI, SASB e amostragem de informações);
3. Análise de evidências documentais fornecidas pela ALUPAR INVESTIMENTOS S.A. para o período coberto pelo Relatório (2025);
4. Análise das atividades de engajamento com partes interessadas (*stakeholders*) desenvolvidas pela ALUPAR INVESTIMENTOS S.A.;
5. Avaliação da sistemática utilizada para determinação dos aspectos materiais incluídos no Relatório, considerando o contexto da sustentabilidade e abrangência das informações publicadas.

O nível de verificação adotado foi o Limitado, em conformidade com os requisitos da norma ISAE 3000², incorporados aos protocolos internos de verificação do Bureau Veritas. A asseguração foi realizada com base nos Padrões GRI como critério de avaliação.

1. Exatidão, Equilíbrio, Clareza, Comparabilidade, Completude, Contexto da Sustentabilidade, Tempestividade e Verificabilidade.

2. International Standard on Assurance Engagements 3000 – Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information.

Responsabilidades da Alupar Investimentos S.A. e do Bureau Veritas

As apresentações de todas as documentações relacionadas ao Escopo foram de inteira responsabilidade da ALUPAR INVESTIMENTOS S.A. A auditora foi responsável por verificar e analisar as documentações e ações realizadas de forma remota e, com isso, validar o proposto no escopo.

Conclusão

A ALUPAR INVESTIMENTOS S.A. atualizou e revisou, em 2025, o estudo de materialidade com o apoio de uma consultoria especializada, resultando na construção de sua matriz de dupla materialidade. Por meio de consultas e entrevistas com *stakeholders*, avaliação de estudos setoriais e *benchmarking* com outras companhias do setor elétrico, foram identificados 11 temas materiais. Esses temas reúnem os aspectos mais relevantes para nortear a identificação e o desenvolvimento de iniciativas com foco no tratamento de impactos, riscos e oportunidades sociais, ambientais e econômicos de toda a cadeia de valor. O reporte de informações no Relatório de Sustentabilidade está baseado nos temas materiais e alinhado às dinâmicas do mercado, às expectativas dos *stakeholders* e aos impactos do negócio.

Em nosso entendimento, o Relatório Anual da ALUPAR INVESTIMENTOS S.A. apresenta os impactos das atividades da Empresa de forma equilibrada.

Como resultado de nosso processo de verificação, nada chegou ao nosso conhecimento que pudesse indicar que:

- As informações prestadas no Relatório não sejam equilibradas, consistentes e confiáveis;
- A ALUPAR INVESTIMENTOS S.A. não tenha estabelecido sistemas apropriados para coleta, compilação e análise de dados quantitativos e qualitativos, utilizados no Relatório;
- O Relatório não seja aderente aos Princípios para definição de conteúdo e qualidade do Padrão GRI.

Validade

Esta Declaração de Asseguração não possui data de validade. Entretanto, a asseguração foi realizada em conformidade com o Relatório apresentado pela ALUPAR INVESTIMENTOS S.A., com processo conduzido no período de março/2026 a abril/2026, não podendo ser utilizada para ciclos futuros.

Ressalta-se que, caso haja alguma modificação significativa, inclusão ou exclusão de dados/ informações atualmente estabelecidas e validadas em relação ao escopo desta Declaração, deve-se realizar nova asseguração.

Declaração de independência e imparcialidade

O Bureau Veritas é uma empresa independente, com mais de 197 anos de experiência em verificação de Sistemas de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Possui um Sistema de Gestão da Qualidade certificado, garantindo conformidade ética, profissional e legal. Sua

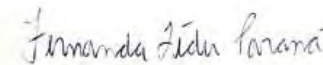
equipe atua de forma independente, sem vínculo com a Companhia Brasileira de Alumínio. Além disso, aplica um Código de Ética rigoroso para assegurar altos padrões de integridade e profissionalismo.

Ao final do processo e Asseguração, foram gerados Relatórios Detalhados de Asseguração, mantidos como registro em nosso Sistema de Gestão.

Contato

<https://www.bureauveritas.com.br/pt-br/fale-com-gente>

São Paulo, 24 de abril de 2026.



Fernanda Féder Paraná
Verificador(a)
Bureau Veritas Quality International



Nicole Pervelli Gonçalves
Gerente (Executivo ou Técnico) de Sustentabilidade
Bureau Veritas Quality International

Créditos

Coordenação geral

Área de Sustentabilidade da Alupar

Consultoria, conteúdo e design

usina82

Fotos

Andre Schneider Prietsch (capa e páginas 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 42, 43, 46, 51, 54, 58, 60, 63, 64 e 66)

Eros Bonilha (página 55)

Gabriel Somavilla Nunes (páginas 37, 38, 39 e 44)

Jessica Bertoldo (página 49)

Kaio Albano (página 40)

Luiz Botelho (páginas 17 e 69)

Marlon da Luz Soares (páginas 12, 24 e 67)

Informações corporativas

Alupar Investimento S.A.

Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 16º andar – Vila Olímpia

CEP 04547-006

São Paulo (SP) – Brasil

The Alupar logo consists of the word "Alupar" in a bold, blue, sans-serif font. A thick green horizontal bar is positioned above the letter "u".

Alupar